



Metropolitano de Lisboa

Plano de Atividades e Orçamento 2026

Revisão – ref. 1978745

Índice

I. INTRODUÇÃO	3
1. Apresentação e enquadramento	3
1.1. Apresentação da empresa	3
1.2. Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão	3
1.3. Política de Gestão	4
1.4. Carta do Cliente	4
1.5. Estrutura Organizacional	5
II. A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	7
1. Objetivos e Enquadramento Estratégico	7
1.1. Objetivos	7
1.2. Estratégia para o triénio 2026-2028	7
2. Contrato de Gestão	9
3. Caracterização dos Instrumentos de Planeamento e Controlo	10
III. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	11
1. Pressupostos de Referência	11
1.1. Pressupostos macroeconómicos de referência	11
1.2. Orientações financeiras para o triénio 2026-2028	11
1.3. Princípios de elaboração do PAO	12
2. Plano de Atividades 2026-2028	13
2.1. Atividade Operacional	13
2.2. Eficiência Energética	16
2.3. Atividade de Manutenção	16
IV. RECURSOS HUMANOS	20
1. Medidas de Política Salarial	20
2. Gestão do Efetivo	20
3. Análise Custo-Benefício das Contratações e Reclassificações Previstas	21
4. Gastos com Pessoal	23
V. INFORMAÇÃO FINANCEIRA	25
1. Projeções Económicas e Financeiras	25
1.1. Demonstrações Financeiras Previsionais	25
1.2. Eficiência Operacional	28
2. Indicadores de Desempenho Financeiros	30
2.1. Rádios Financeiros	30
2.2. Cumprimento de Orientações Financeiras	30
3. Estrutura de Financiamento e Dívida	32
3.1. Fontes de Financiamento da Atividade	32
3.2. Endividamento e Serviço da Dívida	32
4. Gestão de Tesouraria e Pagamentos	33
4.1. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e Pagamentos em Atraso	33
4.2. Conformidade com o Orçamento de Estado (OE) 2026	34
5. Informação Adicional Relevante	35
5.1. Frota Automóvel	35
5.2. Empresas Participadas do ML	35
VI. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	37
VII. PLANO DE INVESTIMENTOS	40
VIII. OUTROS	47
1. Unidade de Tesouraria do Estado	47
2. Portarias de Extensão de Encargos	47

3.	Resoluções do Conselho de Ministros	48
4.	Despachos	49
5.	Contratações ao abrigo do PRR	50
IX.	ANEXOS	51
1.	Parecer do Órgão de Fiscalização	51
	Revisor Oficial de Contas	51
	Conselho Fiscal	60
2.	Demonstrações Financeiras Previsionais	73
	Balanço 2024 - 2028	73
	Demonstração de Resultados por Natureza 2024 - 2028	74
	Demonstração dos Fluxos de Caixa 2024 - 2028	75
3.	Planificação de Recursos Humanos	76
	Mapa de Pessoal, assinado pela Tutela	76
	Mapa de Recursos Humanos - 2024-2026	81
	Mapa de Recursos Humanos - 2027-2028	81

Índice de Quadros

Quadro 1 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência 2024-2028	11
Quadro 2 - Plano de Procura 2026 (trimestral)	13
Quadro 3 - Plano de Procura 2026-2028	13
Quadro 4 - Plano de Oferta 2026 (trimestral)	14
Quadro 5 - Plano de Oferta (Carr x km) 2026-2028	14
Quadro 6 - Plano de Oferta	14
Quadro 7 - Variações na Receita	14
Quadro 8 - Orçamento de receitas tarifárias 2026 (sem IVA)	15
Quadro 9 - Orçamento de receitas tarifárias 2026-2028 (sem IVA)	15
Quadro 10 - Plano de Procura e Orçamento de receitas tarifárias	15
Quadro 11 - Orçamento de receitas complementares	15
Quadro 12 - Energia Elétrica - Plano 2026 (trimestral)	16
Quadro 13 - Eficiência Energética	16
Quadro 14 - Indicadores de Material Circulante	16
Quadro 15 - Manutenção da Infraestrutura	18
Quadro 16 - Modelo de Recrutamento ML	21
Quadro 17 - Análise Custo-Benefício das Contratações e Reclassificações Propostas	22
Quadro 18 - Análise Custo-Benefício - Comparação entre Cenários (Cenário 2 / Cenário 1)	22
Quadro 19 - Gastos com Pessoal	23
Quadro 20 - Demonstração de Resultados	25
Quadro 21 - Balanço (Ativo)	26
Quadro 22 - Balanço (Património Líquido e Passivo)	27
Quadro 23 - Resumo	28
Quadro 24 - Eficiência Operacional	28
Quadro 25 - Detalhe de FSE	29
Quadro 26 - Rácios financeiros	30
Quadro 27 - Fontes de Financiamento por Atividade (ótica financeira)	32
Quadro 28 - Fontes de Financiamento (Resumo)	32
Quadro 29 - Endividamento	32
Quadro 30 - Serviço da dívida	33
Quadro 31 - PMP e Pagamentos em Atraso	33
Quadro 32 - Demonstração de Fluxos de Caixa vs. OE (proposta)	34
Quadro 33 - Frota Automóvel	35
Quadro 34 - Eficiência Operacional Metrocom	35
Quadro 35 - Estimativa do Modelo de Remuneração 2026-2028	37
Quadro 36 - Detalhe da Demonstração de Resultados ajustada ao apuramento da COSP	38
Quadro 37 - Estimativa das Remunerações Autónomas 2026	38
Quadro 38 - Plano de Investimentos 2026-2028 [1/3]	40
Quadro 39 - Plano de Investimentos 2026-2028 [2/3]	41
Quadro 40 - Plano de Investimentos 2026-2028 [3/3]	42
Quadro 41 - Fontes de financiamento de investimentos (ótica económica)	46
Quadro 42 - Autorizações requeridas	46

I. INTRODUÇÃO

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Apresentação da empresa

O Metropolitano de Lisboa (ML) foi inaugurado em 29 de dezembro de 1959, tendo sido nacionalizado em 1975¹. Três anos depois, em 1978, foi constituída a Empresa Pública², passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa E.P.E.

A 26 de julho de 2009, assume a sua atual denominação como Entidade Pública Empresarial³ (E.P.E.).

1.2. Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O “Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente”, documento onde são definidas as diretrizes do “Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente”, foi aprovado pela Deliberação n.º 1416182, de 15 de novembro de 2018, que autorizou a integração dos Sistemas de Gestão do Metropolitano de Lisboa, da Ferconsult e a sua extensão à Metrocom.

Em 2021⁴ o Conselho de Administração deliberou aprovar a adoção dos conceitos “Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão”, que a seguir se enunciam:

PROPÓSITO

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

ÂMBITO

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura nomeadamente a conceção, a promoção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes.
- As expectativas das diferentes partes interessadas construindo relações duradouras de confiança com os nossos colaboradores, clientes, parceiros e comunidades.
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável.
- O rigor, a transparência e o comportamento ético.
- A qualidade e segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.

¹ Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 05 de junho.

² Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

³ Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

⁴ Deliberação n.º 1587859, de 2021.09.16.

1.3. Política de Gestão

1. **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos Clientes do sistema de Mobilidade da área Metropolitana de Lisboa e demais partes interessadas.
2. **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
3. **Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
4. **O envolvimento e qualificação das trabalhadoras e dos trabalhadores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
5. **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.
6. **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente – SGQA dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
7. **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
8. **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
9. **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
10. **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
11. **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementá-las sempre que adequado.

1.4. Carta do Cliente

O Metropolitano de Lisboa assume a sua missão para com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” onde estão especificados os seguintes compromissos:

- I. Oferta de serviço de transporte:
 - Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
 - Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
 - Implementar horários de comboios que correspondam eficazmente à procura existente.
- II. Segurança:
 - Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
 - Manter os veículos em bom estado de conservação;
 - Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.
- III. Regularidade:
 - Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações do serviço.

IV. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma perceptível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- Dinamizar a rede de vendas disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;
- Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que pela sua especificidade necessitem de uma análise especializada.

V. Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza.

VI. Recursos humanos:

- Assegurar a qualidade dos recursos humanos para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto, qualidade e rigor.

VII. Acessibilidade:

- Em colaboração com as entidades competentes assegurar a acessibilidade de todos os clientes mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

VIII. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar em tempo útil a respetiva resposta;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

IX. Ambiente:

- Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
- Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.

1.5. Estrutura Organizacional

O atual Conselho de Administração foi nomeado pelo Despacho dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática n.º 9167/2022, de 27 de julho, para o mandato 2022-2024, com efeitos ao dia da aprovação e pelo Despacho 8113/2023 dos Gabinetes do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e do Secretário de Estado do Tesouro, de 20 de julho de 2023, com efeitos a 10 de agosto de 2023.

Em 22 de junho de 2024 faleceu o Senhor Eng.º Vítor Domingues dos Santos, Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Metropolitano de Lisboa. Nos termos do disposto nos Estatutos do ML em vigor, aprovados pelo D.L. n.º 148-A/2009, de 26 de junho, o falecimento do PCA configura a falta definitiva de algum dos membros do Conselho de Administração (CA), devendo o mesmo ser substituído.

Na pendência de nomeação de substituto, o CA mantém a totalidade das suas competências, sendo substituído, no desempenho das suas funções, pelo Vogal que se encontre designado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 4.º dos Estatutos do ML.

Desta forma, a Vogal do CA/ Eng.ª Maria Helena Campos mantém-se no exercício das competências designadas ao cargo do Presidente do CA, em substituição do titular, nos termos propostos na deliberação n.º 1730735 de 10.08.2023 e do n.º 3 do artigo 4.º dos Estatutos do ML em vigor.

O Vogal do CA/Eng.º João Paulo Saraiva, com a competência prevista no n.º 4 do artigo 31.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, apresentou renúncia ao cargo, com efeitos a 30 de junho de 2025, passando o CA a contar apenas com duas vogais.

A empresa solicitou à Tutela confirmação sobre a manutenção do funcionamento do CA, atenta a sua atual composição, com apenas dois dos quatro membros designados, para o triénio 2022-2024. Através do Despacho n.º 67/2025-SETF, de 3 de julho, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças pronunciou-se sobre a legalidade e operacionalidade do funcionamento do CA e clarificou a situação do quórum deliberativo, mantendo a capacidade deliberativa por via da atual composição. Esta decisão foi tomada tendo por base a necessidade de garantir e assegurar, sem interrupções, até à nomeação do CA para o triénio 2025-2027, a gestão da empresa.

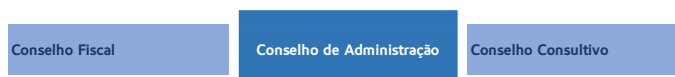
O CA deliberou atualizar as dependências hierárquicas e funcionais dos O.D.D.C.A. relativamente aos membros do CA, com o intuito de preservar a normalidade do funcionamento do ML.

O atual modelo organizacional encontra-se em vigor desde fevereiro de 2025.

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. detém participações em empresas subsidiárias e participadas, das quais se destacam a FERCONSULT – Projetos e Engenharia de Transportes, S.A.⁵ e a METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A., nas quais o ML detém 100% do capital.

Ilustração 1 – Organograma

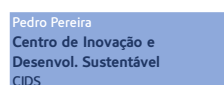
Estruturas Estatutárias



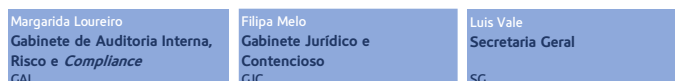
Estruturas Autônomas



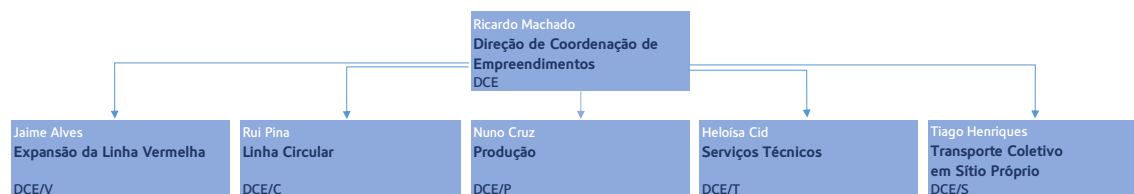
Estruturas de Missão



Estruturas de Apoio



Estruturas Corporativas



Estruturas Operacionais



Estruturas Participadas



⁵ Na sequência do Plano de Reestruturação da Ferconsult, foi aprovada por Despacho N.º 602/2020 – SET, de 08 de outubro, a integração dos trabalhadores da Ferconsult no ML, que se concretizou no mês de dezembro de 2020. A Ferconsult manter-se-á como veículo instrumental por constituir parte dos Agrupamentos Complementares de Empresas TREM e TREM II (Aluguer de Material Circulante).

II. A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

1. Objetivos e Enquadramento Estratégico

1.1. Objetivos

No triénio de 2026–2028 a atividade do Metropolitano de Lisboa e das suas empresas subsidiárias será orientada pelos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover ativamente, em articulação com os outros operadores e partes interessadas, a satisfação dos Clientes da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa;
- Promover uma experiência de viagem agradável e inclusiva aos Clientes;
- Apostar na Inovação e na Transformação Digital;
- Planear os ativos do futuro e valorizar os ativos existentes;
- Estar na vanguarda da Sustentabilidade Energética, Ambiental e Social;
- Assegurar a Sustentabilidade Financeira;
- Promover o Bem-Estar e a Motivação dos Trabalhadores, garantindo uma continuada modernização da Cultura Empresarial.

1.2. Estratégia para o triénio 2026–2028

A estratégia de desenvolvimento a seguir pelo ML no triénio 2026–2028, com particular impacto no plano de atividades e orçamento para 2026, tem subjacentes linhas de ação cuja implementação promova a consecução dos objetivos estratégicos. Estas linhas de ação serão monitorizáveis através de metas quantificáveis.

Promover ativamente, em articulação com os outros operadores e partes interessadas, a satisfação dos Clientes da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa

O Metropolitano de Lisboa assume a responsabilidade de ser a “espinha dorsal” do transporte público e da mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, fazendo parte integrante do quotidiano de milhares de cidadãos, oferecendo aos clientes da Rede Metropolitana de Mobilidade deslocações neutras e de confiança em transporte subterrâneo.

O ML desenvolve toda a sua atividade focado na fidelização dos atuais Clientes, bem como na captação ativa de novos Clientes, procurando:

- Satisfazer as suas necessidades de mobilidade e transformar as suas deslocações em viagens mais cómodas e rápidas;
- Oferecer um serviço público acessível a todos;
- Melhorar a qualidade de vida na Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo para o encurtamento das distâncias entre os diferentes Municípios e devolvendo tempo para o lazer e para a família aos clientes;
- Melhorar a Comunicação Externa, com vista a alcançar maior coerência e maior clareza e foco nos objetivos da empresa e da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa.

Este objetivo estratégico só é alcançável, se os operadores e outras partes interessadas, da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, estudarem, planearem, operarem e avaliarem a operação e o seu desenvolvimento de forma integrada e articulada.

O ML reitera o seu compromisso de ser parte ativa na consolidação da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, promovendo ativamente a articulação entre operadores e outras partes interessadas, designadamente integrando este objetivo/desígnio estratégico na sua cultura empresarial e nas suas decisões estratégicas, e ainda, promovendo novos modelos de serviços, operação e manutenção que maximizem a intermodalidade e a qualidade e segurança do serviço prestado pelo ML, no âmbito da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa.

Promover uma experiência de viagem agradável e inclusiva aos Clientes

O Metropolitano de Lisboa possui uma política continuada de foco no cliente.

Para este triénio, o objetivo centra-se na melhoria da experiência do Cliente, satisfazendo as suas necessidades de Mobilidade, contribuindo para a melhoria da atratividade do uso do transporte público, disponibilizando serviços complementares que ajudem a devolver aos Clientes tempo para o lazer e para a vida pessoal, nomeadamente através de:

- Melhoraria e aumento da oferta do serviço Metro;
- Simplificação dos procedimentos de aquisição, pagamento, renovação e validação do título de transporte;
- Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade;
- Melhoria das condições de conforto da utilização das estações e dos comboios;
- Promoção da desmaterialização inclusiva dos sistemas de informação ao Cliente;
- Aposta na melhoria da atratividade dos espaços comerciais das estações, criando verdadeiras condições de complementaridade nas deslocações diárias para a satisfação de necessidades do dia-a-dia.

Apostar na Inovação e na Transformação Digital

A digitalização é uma das principais apostas do ML para melhorar o serviço de transporte público em todas as suas áreas internas e externas, como a operação e a manutenção, bem como a gestão dos seus processos internos e a atenção e atendimento aos Clientes, designadamente através de:

- Digitalização da Bilhética, da informação de apoio ao Cliente e dos processos internos;
- Sistemas de apoio à operação/decisão, designadamente, reparação de avarias e manutenção de equipamentos;
- Reforço de uma estratégia de inovação no desenho de novas soluções e na implementação de projetos, envolvendo toda a comunidade do ML e partes interessadas;
- Promoção ativa de uma cultura de inovação e do trabalho colaborativo.

Planear os ativos do futuro e Valorizar os ativos existentes

O Metropolitano de Lisboa continuará o seu desígnio de diagnóstico interno e de reconhecimento do estado dos seus ativos, assim como de avaliação e apreciação de novos desafios, oportunidades de melhoria e de incremento da mobilidade integrada na AML, dando igualmente continuidade ao plano de expansão da rede e modernização, aprovados pela Tutela, salientando:

- Linha Circular (Prolongamento Rato/Cais do Sodré)
- Expansão da Linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião / Alcântara
- Projeto de Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linhas Azul, Amarela e Verde
- Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas
- Aquisição de Máquina Esmeriladora
- Remodelação da estação Cais do Sodré
- Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)
- Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores)
- Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)
- Sistema de Informação ao Cliente
- Torno rodas PMO III+ Sistema de medida automática de rodas
- Remodelação geral de máquinas automáticas de venda de títulos de transporte (MAVT)
- Aquisição de 24 Unidades Triplas
- Instalação de uma central Fotovoltaica nas vias de garagem do PMO II
- Remodelação da Estação Marquês de Pombal

Estar na vanguarda da Sustentabilidade Energética, Ambiental e Social

O Metropolitano de Lisboa está responsabilmente comprometido com o cumprimento da ODS 13, de combate às alterações climáticas, e com o objetivo de Portugal alcançar a Neutralidade Carbónica em 2050.

Neste âmbito continuaremos ativamente a:

- Consolidar a posição de entidade neutra em termos de emissões de CO₂;
- Equipar todos os espaços da rede do ML com sistemas de iluminação mais eficientes;
- Implementar critérios de eficiência energética e transformação digital no projeto, na manutenção e nas especificações técnicas dos nossos ativos, sejam comboios ou infraestruturas;
- Dar continuidade ao projeto de criação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II;
- Melhorar a eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais;
- Reduzir o consumo de recursos naturais, nomeadamente eletricidade, gás, água e papel.

Assegurar a Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade financeira da empresa é condição essencial para a sua manutenção e para que seja possível assegurar os compromissos estabelecidos com as diversas partes interessadas, a qual se pretende assegurar via:

- Cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público;
- Clarificação da titularidade dos ativos ILD e da gestão dos ativos;
- Rentabilização dos ativos não operacionais;
- Promoção do aumento da receita tarifária e não tarifária;
- Melhoria do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores.

Promover o Bem-Estar e a Motivação dos Trabalhadores, garantindo uma continuada modernização da Cultura Empresarial

Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa são um ativo precioso e a promoção do seu bem-estar, alinhamento organizacional e motivação fazem parte da estratégia do ML para o triénio.

Nesse âmbito, inclui-se também o aumento das suas competências profissionais e a promoção da igualdade de género (ODS 5), designadamente:

- Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
- Reforço do quadro de pessoal e da renovação dos quadros do ML;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Implementação do plano para a igualdade de género e diversidade;
- Assegurar que os processos de acesso ou de progressão nas carreiras são atrativos, estimulantes, transparentes e estrategicamente alinhados com as necessidades futuras da empresa;
- Promover a Cultura de avaliação e desempenho, aprimoramento a autonomia e assunção de responsabilidades, em que prevaleçam os valores de igualdade, integridade, honestidade e respeito, com vocação e comprometimento no serviço público;
- Promover a Cultura do foco na satisfação das necessidades dos Clientes, no trabalho em equipa quer na dimensão Metropolitano de Lisboa, quer na dimensão Rede Metropolitana de Mobilidade;
- Melhorar a comunicação interna, assegurando a sua eficácia.

2. Contrato de Gestão

O disposto nos artigos 18.º do Estatuto do Gestor Público, Decreto-Lei 71/2007 de 27 de março, determina a obrigatoriedade da celebração de um contrato de gestão que defina as formas de concretização das orientações da Tutela, sempre que possível através da definição de metas quantificadas.

Desde 2011, data em que o ML integrou o perímetro da Administração Pública, não foi celebrado qualquer contrato de gestão, apesar de existir recomendação da Inspeção Geral de Finanças para que a DGTF, no exercício da função acionista, desenvolva, em articulação com as Tutelas, a definição de prioridades e objetivos de médio e longo prazo para a empresa, assim como promova a celebração de contratos de gestão com os gestores públicos designados (conforme auditoria de seguimento 2019/219/A11/816).

No decurso de 2019, o ML submeteu à apreciação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças uma proposta de indicadores de atividade e de qualidade da oferta, devidamente quantificados. Apesar desta proposta não ter sido avaliada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no final de 2020 foi solicitado ao ML o envio de nova proposta, a qual foi remetida em 16 de fevereiro de 2021. O Painel de Indicadores proposto contemplava para cada indicador a meta quantificada a atingir em cada período e a respetiva ponderação.

Na sequência da nomeação do novo Conselho de Administração, através do Despacho dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática n.º 9167/2022, de 27 de Julho, e tomando conhecimento da nota técnica elaborada pela UTAM de apoio à elaboração das propostas de contratos de gestão para gestores do SEE, o ML concebeu propostas diferenciadas para cada administrador com indicadores que permitam aferir a eficiência das medidas de gestão a desenvolver ao longo do mandato deste Conselho de Administração, procurando identificar métricas de acompanhamento dos objetivos formulados, no âmbito da estratégia de sustentabilidade económica, social e ambiental da empresa, bem como nos campos definidos pela nota técnica da UTAM.

À luz do despacho n.º 8113/2023 de 8 de agosto, foi, também, designada vogal do Conselho de Administração do ML a Dra. Sónia Alexandra Martins Páscoa, pelo que, adotando os mesmos pressupostos de conceção, o ML enviou proposta de indicadores do Contrato de Gestão.

Na última listagem disponível, de maio de 2025, o ponto de situação referente às análises efetuadas pela UTAM às propostas de Contratos de Gestão dos Gestores das Empresas Públicas do SEE, indicava que as propostas enviadas pelo ML em 2023 se encontram em análise.

3. Caracterização dos Instrumentos de Planeamento e Controlo

As obrigações emergentes do contrato de concessão, a par da visão estratégica, são os elementos estruturantes do planeamento da atividade. Com base neles, definiu-se a estratégia para o triénio que, depois de adequada às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão e demais imposições legais, se encontra vertida neste documento.

Para garantir a prossecução dos objetivos, foram identificadas, calendarizadas e orçamentadas as tarefas a desenvolver, que têm internamente um responsável definido. Para além da monitorização mensal destas tarefas são, ainda, aferidos com a mesma periodicidade, pelo controlo interno, a execução orçamental e os indicadores operacionais que caracterizam e medem a atividade e o grau de desenvolvimento da estratégia. Esta informação é discutida mensalmente em reunião conjunta da gestão de topo com os responsáveis da estrutura da empresa. Para reforço do controlo, está em curso a implementação do projeto de contabilidade analítica, que além de cumprir os requisitos legais aplicáveis, permitirá obter e desenvolver programas mais eficazes de informação e controlo de gestão mais adequada e mais atual.

Paralelamente, são desenvolvidas diversas auditorias internas que têm como finalidade verificar não só os requisitos legais e de procedimentos, mas também a adequação da ação auditada aos objetivos definidos.

III. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

1. Pressupostos de Referência

1.1. Pressupostos macroeconómicos de referência

Conforme indicado nas *Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028*, os pressupostos macroeconómicos de referência considerados na elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2026 são os seguintes:

Quadro 1 – Pressupostos Macroeconómicos de Referência 2024-2028

%	2024	2025	2026	2027	2028
PIB nominal	6,4	5,0	4,7	3,7	3,7
PIB e componentes da despesa em termos reais*					
PIB	1,9	2,0	2,2	1,7	1,8
Consumo Privado	3,2	2,5	2,2	1,8	1,8
Consumo Público	1,1	1,8	0,7	0,3	0,5
Investimento	3,1	3,7	5,1	1,8	2,7
Exportações	3,3	1,9	2,2	3,3	2,8
Importações	5,1	3,3	2,9	3,2	2,9
Evoluções dos Preços	2,4	2,0	1,9	2,0	2,0
IHPC	2,7	2,1	2,0	2,0	2,0

Fonte: GPEARI

Notas:

* Preços Constantes (2016)

1.2. Orientações financeiras para o triénio 2026-2028

Os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) do ML, compreendendo o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o Plano de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais para 2026, 2027 e 2028, foram preparados em observância das diretrizes definidas pelo Acionista.

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Entidade do Tesouro e Finanças, através das *Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS*.

Como principais orientações do Acionista, todas as empresas públicas, para cada ano e ao longo do triénio 2026-2028, devem, sem prejuízo do cumprimento de todas as disposições legais, apresentar:

- Volume de negócios:** crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis, quando aplicável, desde que suportado por estimativas credíveis e sustentáveis;
- Gastos operacionais:** taxa de crescimento dos gastos operacionais inferior à do volume de negócios;
- Gastos com pessoal:** o aumento dos gastos com pessoal (GcP) não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios, exceto os que decorram de atualizações salariais obrigatórias, imposições do acionista ou decorrente de contratações autorizadas. Refira-se que para o referencial de atualização salarial previsto no acordo de rendimentos devem concorrer todas as atualizações salariais, nomeadamente as previstas em sede de instrumentos coletivos de trabalho, progressões e promoções. O aumento com GcP está, também, condicionado ao cumprimento do limite percentual do aumento da massa salarial global para cada ano (com referência ao aumento percentual para o salário médio do referido acordo), não incluindo eventuais efeitos de volume, decorrentes de aumentos líquidos do número de trabalhadores, conforme tem resultado dos despachos orientadores sobre a política salarial a adotar no Setor Empresarial do Estado em cada ano, exarado pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças;
- Fornecimentos e Serviços Externos:** O aumento da despesa em FSE, em termos reais, não deverá ser percentualmente superior à taxa de crescimento do volume de negócios. Este apuramento será realizado descontando autorizações de FSE conferidas para o de 2025 a título excecional (não recorrente), no âmbito do PAO 2025-2027;
- Eficiência operacional:** em cada ano do triénio, deverá ser igual ou inferior ao ano anterior. O rácio de eficiência deverá ser calculado de acordo com o ponto 3.1 deste Apêndice e nos termos do DLEO em vigor;
- Resultado operacional:** melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor. No caso das correções por justo valor, a dedução pode ser, eventualmente, excecionada, se tal for recomendável,

nas situações em que estas correções sejam inerentes à atividade da empresa, como no caso dos ativos biológicos. Justificar quando esta meta não seja, previsivelmente, atingível;

- g) **Resultado líquido:** melhoria do resultado líquido do período. Justificar quando esta meta não seja, previsivelmente, atingível;
- h) **Rácio de eficiência de recursos humanos:** otimizar a utilização dos recursos humanos assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição *sine qua non* para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa;
- i) **Novos investimentos:** realizar, apenas, os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados;
- j) **Planos financeiros:** devem evidenciar i) a sustentabilidade da atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas aos fundos estruturais), ii) ativos e passivos contingentes bem como garantias bancárias ou outras, iii) o financiamento da atividade operacional; e o iv) financiamento do investimento. Deve ser apresentado a Rentabilidade do Capital Próprio (ROE – *Return on Equity*), calculado como resultado líquido do período (RLP) dividido pelo capital próprio (CP)), que deve melhorar em cada ano (no caso do CP ser negativo, deverá ser demonstrado pela comparação da variação percentual do resultado operacional e do CP);
- k) **Endividamento:** o endividamento deve ser aferido de acordo com o ponto 5 do presente Apêndice e deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais;
- l) **Pagamentos em atraso:** redução significativa do volume dos pagamentos em atraso (Arrears), caso existam, tendo em vista a sua eliminação no primeiro ano do triénio, sendo que a execução o PAO não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso, nos termos do Artigo 7.º da Lei n.º 8/2012;
- m) **Prazo Médio de Pagamento:** aferido de acordo como disposto no n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual.

Considerando que, em 2011, o ML foi incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (publicada pelo INE) como entidade pública reclassificada (EPR), equiparada a Serviço e Fundo Autónomo (SFA), têm vindo a ser aplicadas a esta sociedade, desde janeiro de 2012, medidas com impacto relevante em matéria de controlo e execução orçamental. Neste sentido, pelo 14.º ano consecutivo, a elaboração do PAO para 2026 teve também em consideração as instruções para preparação de Orçamento de Estado para 2026, aprovadas por despacho do Diretor-Geral da Entidade Orçamental, através da Circular Série A n.º 1412, de 26 de junho de 2025

Nos termos da referida Circular, foram preparadas as Propostas Orçamentais da Despesa e da Receita a desenvolver em 2026 pelo ML. No âmbito deste processo foram ainda observadas orientações específicas recebidas da Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria de Estado da Mobilidade) e da ETF, no âmbito das operações financeiras a realizar com o Estado em 2026.

1.3. Princípios de elaboração do PAO

As projeções económicas e financeiras integradas nos IPG traduzem os impactos do Plano de Atividades a desenvolver pelo ML no exercício de 2026, dado ser este o ano de referência a ser considerado para a elaboração do plano anual.

Em capítulo próprio deste documento, é efetuada uma análise da proposta orçamental, avaliando o cumprimento dos princípios financeiros de referência no âmbito das orientações emitidas

É necessário cumprir os exigentes planos de manutenção, de material circulante e de infraestrutura, e assegurar a implementação dos novos projetos em curso no ML, com especial destaque para os de Modernização do sistema de sinalização e aquisição de material circulante e de Expansão, através da construção do prolongamento Rato/Cais do Sodré, do Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas e do Prolongamento S. Sebastião/ Alcântara.

O ML apresenta um Plano onde é acentuada a importância da aposta em projetos que tornem o transporte público, enquanto opção de mobilidade sustentável, mais competitivo do que o recurso ao veículo individual, que melhorem a experiência do cliente, promovam a digitalização e a complementaridade entre serviços, o desenvolvimento de soluções *smart mobility*, a implementação de novos canais de comunicação, pagamento e informação ao público e que cumpram as normas técnicas de acessibilidade para garantir a utilização por cidadãos com incapacidade ou mobilidade reduzida.

Sendo o transporte público um meio essencial ao cumprimento do objetivo da neutralidade carbónica até 2050, torna-se premente ao ML a prossecução dos objetivos e projetos delineados para o próximo triénio, criando as condições necessárias

para o aumento dos níveis de procura, e garantindo que o metropolitano é um modo de transporte seguro, eficiente e atrativo, através da rápida resposta às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa.

2. Plano de Atividades 2026–2028

2.1. Atividade Operacional

2.1.1. Procura

Estima-se que os valores da procura para 2026, sem fraude e considerando os passageiros com título pago, reflitam um acréscimo de 2,8%, face à estimativa para 2025, tendo sido considerados os seguintes pressupostos para o triénio 2026–2028:

- Aumento das validações do título EMV, em parte justificado pela transferência de passageiros dos títulos ocasionais Bilhete CA/ML e Zapping;
- Abertura à exploração do empreendimento da Linha Circular no quarto trimestre de 2026;
- Considerou-se uma taxa de fraude de 2,7% para os períodos estimados.

Os dados previsionais da procura espelham também o comportamento das gratuidades, atribuídas nos últimos anos, nomeadamente a gratuidade do passe Navegante Metropolitano 4–18/sub23 (a jovens estudantes até aos 23 anos inclusive), do passe Navegante Urbano Gratuito (residentes no Concelho de Lisboa e com + 65) e do passe Navegante Combatentes. Embora estes passes sejam gratuitos para o cliente, dão origem a compensações tarifárias que posteriormente são atribuídas aos operadores, pelo que os utilizadores integram o conjunto de passageiros com título pago.

Quadro 2 – Plano de Procura 2026 (trimestral)

Procura	2026 PREVISÃO	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
N.º passageiros com título pago	174.618.111	41.968.054	42.993.257	40.744.618	48.912.182
Gratuitos e fraude	7.742.084	1.863.104	1.882.632	1.842.469	2.153.879
N.º passageiros transportados	182.360.195	43.831.158	44.875.889	42.587.087	51.066.061
Passageiros x km	947.006.088	226.263.221	234.465.855	221.182.389	265.094.623

Quadro 3 – Plano de Procura 2026–2028

Procura	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
N.º passageiros com título pago	209.231.507	188.470.489	174.618.111	166.461.795	169.033.749	8.156.316	4,9%
Gratuitos e fraude	9.277.815	8.357.224	7.742.084	7.013.759	7.693.535	728.325	10,4%
N.º passageiros transportados	218.509.322	196.827.713	182.360.195	173.475.554	176.727.284	8.884.641	5,1%
Passageiros x km	1.134.732.711	1.022.138.748	947.006.088	899.261.588	922.918.550	47.744.500	5,3%

2.1.2. Oferta

O Plano Operacional de Oferta consiste num plano de organização e produção de carruagens x km comerciais de forma a satisfazer a procura estimada para cada período do dia, da semana e do ano, garantindo condições de eficácia, comodidade, rapidez e segurança.

Os pressupostos considerados para a elaboração do Plano Operacional de Oferta para 2026 considera:

1. Utilização de comboios de 6 carruagens durante todo o período de exploração.
2. Definição de acordo com a configuração de rede de 2025, com base no Projeto de Modernização.

A partir de 2026, considera-se o início da operação com utilização do CBTC na linha Azul, a partir de janeiro de 2026, na linha Verde a partir de abril de 2027 e na linha Amarela a partir de novembro de 2027.

Quadro 4 – Plano de Oferta 2026 (trimestral)

Oferta	2026 PREVISÃO	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
Carr x km – Linha Azul	11.534.784	2.895.552	2.885.844	2.802.468	2.950.920
Carr x km – Linha Amarela	6.553.632	1.941.648	1.933.218	1.350.720	1.328.046
Carr x km – Linha Verde	10.524.888	1.665.096	1.648.476	3.269.280	3.942.036
Carr x km – Linha Vermelha	6.949.206	1.712.076	1.731.942	1.753.788	1.751.400
TOTAL	35.562.510	8.214.372	8.199.480	9.176.256	9.972.402

Quadro 5 – Plano de Oferta (Carr x km) 2026–2028

Oferta	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
Carr x km – Linha Azul	11.524.356	11.526.378	11.534.784	9.559.403	9.548.407	1.975.381	20,7%
Carr x km – Linha Amarela	5.059.512	5.233.062	6.553.632	7.380.049	7.170.482	-826.417	-11,2%
Carr x km – Linha Verde	15.856.548	15.789.756	10.524.888	6.121.065	6.109.202	4.403.823	71,9%
Carr x km – Linha Vermelha	6.963.072	6.950.604	6.949.206	6.704.235	6.607.109	244.971	3,7%
TOTAL	39.403.488	39.499.800	35.562.510	29.764.753	29.435.201	5.797.757	19,5%

Quadro 6 – Plano de Oferta

Oferta	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
Carruagens x km	39.403.488	39.499.800	35.562.510	29.764.753	29.435.201	5.797.757	19,5%
Lugares x km	5.043.646.464	5.055.974.400	4.552.001.280	3.809.888.350	3.767.705.716	742.112.930	19,5%
Comboios x km	6.567.248	6.581.577	5.927.085	4.959.973	5.053.363	967.112	19,5%

2.1.3. Receitas

A previsão de receitas para 2026 teve como base os níveis de procura e respetivos pressupostos, mencionados no ponto anterior, relativo à Procura. A receita apresenta-se a preços constantes de 2025.

Na estimativa de receita para o triénio 2026–2028 estima-se um crescimento superior a partir de do quarto trimestre no âmbito do projeto de expansão da Linha Circular – Rato/Cais do Sodré.

A repartição de receita dos passes combinados LX teve como base o ano de 2024.

Prevê-se assim que a receita dos títulos e a receita, considerando compensações, apresente os seguintes comportamentos:

Quadro 7 – Variações na Receita

Variações na receita	2028/2027	2027/2026	2026/2025	2025/2024
Títulos Ocasionais	11,05%	7,98%	8,99%	-5,86%
Passes	11,02%	7,91%	4,02%	-6,68%
Receita de Títulos Ocasionais e Passes	11,04%	7,95%	6,77%	-6,23%
Comparticipações 4/18, sub23	11,02%	7,95%	-3,14%	31,36%
Compensações Circula PT	11,02%	7,93%	-4,97%	11,25%
Compensações OSP	11,02%	7,92%	19,38%	-15,03%
Compensações por congelamento de passes	11,02%	7,93%	-7,05%	56,71%
Total com Compensações OSP e congelamento Passes	11,02%	7,93%	5,28%	10,87%

Quadro 8 – Orçamento de receitas tarifárias 2026 (sem IVA)

Receitas (sem IVA)	2026 PREVISÃO	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
Receitas Tarifárias ¹	88.015.458 €	20.023.582 €	21.496.308 €	21.962.180 €	24.533.388 €
Congelamento Passes Navegante	3.269.039 €	809.081 €	797.028 €	739.425 €	923.504 €
Compensação tarifária - COSP	17.439.054 €	4.316.135 €	4.251.834 €	3.944.547 €	4.926.538 €
Comparticipações 4_18 / Sub23	16.871.140 €	4.187.866 €	4.348.553 €	3.652.499 €	4.682.222 €
Congelamento Passes sub 18+TP e sub23+TP	1.528.703 €	379.465 €	394.025 €	330.955 €	424.259 €
Compensações L/Operadores sub 18+TP e sub23+TP	177.353 €	43.805 €	42.138 €	26.593 €	64.818 €
Compensação Passe Social +	457.883 €	113.099 €	112.884 €	103.115 €	128.785 €
Congelamento Passes Social +	39.286 €	9.704 €	9.685 €	8.847 €	11.050 €
Compensação Navegante Urbano 3.ª Idade	2.201.014 €	491.106 €	484.758 €	618.366 €	606.784 €
Antigos Combatentes	1.063.348 €	233.591 €	223.669 €	315.925 €	290.163 €
Congelamento Antigo Combatente	93.032 €	20.437 €	19.569 €	27.640 €	25.386 €
TOTAL	131.155.310 €	30.627.871 €	32.180.451 €	31.730.092 €	36.616.897 €

Quadro 9 – Orçamento de receitas tarifárias 2026-2028 (sem IVA)

Receitas (sem IVA)	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
Receitas Tarifárias ¹	105.498.193 €	95.012.874 €	88.015.458 €	82.435.615 €	87.909.835 €	5.579.843	6,8%
Congelamento Passes Navegante	3.916.472 €	3.527.860 €	3.269.039 €	3.127.816 €	2.504.158 €	141.223	4,5%
Compensação tarifária - COSP	20.892.862 €	18.819.766 €	17.439.054 €	14.608.597 €	17.192.738 €	2.830.457	19,4%
Comparticipações 4_18 / Sub23	20.218.550 €	18.212.362 €	16.871.140 €	17.418.405 €	13.260.432 €	-547.265	-3,1%
Congelamento Passes sub 18+TP e sub23+TP	1.832.014 €	1.650.232 €	1.528.703 €	2.024.106 €	852.646 €	-495.403	-24,5%
Compensações L/Operadores sub 18+TP e sub23+TP	211.412 €	190.435 €	177.353 €	323.212 €	0 €	-145.859	-45,1%
Compensação passe Circula PT	548.607 €	494.172 €	457.883 €	481.810 €	433.099 €	-23.927	-5,0%
Congelamento Passes Circula PT	47.070 €	42.399 €	39.286 €	41.339 €	27.848 €	-2.053	-5,0%
Compensação Navegante Urbano 3.ª Idade	2.638.013 €	2.376.256 €	2.201.014 €	1.911.941 €	0 €	289.073	15,1%
Antigos Combatentes	1.274.686 €	1.148.205 €	1.063.348 €	928.663 €	838.425 €	134.685	14,5%
Congelamento Antigo Combatente	111.522 €	100.457 €	93.032 €	102.498 €	0 €	-9.466	-9,2%
Congelamento Passes próprios e/ou Combinados	0 €	0 €	0 €	8.461 €	0 €	-8.461	-100,0%
Gratuidade CML	0 €	0 €	0 €	0 €	1.849.388 €	0	-
TOTAL	157.189.402 €	141.575.016 €	131.155.310 €	123.412.463 €	124.868.570 €	7.742.847	6,3%

¹ Bilhetes e Passes

Quadro 10 – Plano de Procura e Orçamento de receitas tarifárias

Indicadores de Procura / Receita	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
Passageiros Transportados	218.509.322	196.827.713	182.360.195	173.475.554	176.727.284	8.884.641	5,1%
Passageiros x km	1.134.732.711	1.022.138.748	947.006.088	899.261.588	922.918.550	47.744.500	5,3%
Receitas Tarifárias (inclui compensações) (sem IVA)*	157.189.402 €	141.575.016 €	131.155.310 €	123.412.463 €	124.868.570 €	7.742.846,85 €	6,3%
Receita média / passageiro	0,72 €	0,72 €	0,72 €	0,71 €	0,71 €	0,01 €	1,1%
Receita média / passageiro.km	0,14 €	0,14 €	0,14 €	0,14 €	0,14 €	0,00 €	0,9%

* Inclui Comparticipações financeiras 4_18, Sub23, Compensações Social+, Compensações OSP e Compensações por congelamento de passes.

Quadro 11 – Orçamento de receitas complementares

Receitas Complementares (sem IVA)	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
Receitas Complementares Tarifárias	2 940 878	2 787 843	2 784 697	2 727 001	3 361 616	57 696	2,1%
Cartões Navegante Ocasional e Taxa de Urgência	2 598 705	2 448 878	2 448 878	2 460 538	2 942 592	- 11 660	-0,5%
Fee de Personalização	178 559	178 559	178 559	177 950	262 904	609	0,3%
Comissões	163 614	160 406	157 260	88 513	156 121	68 747	77,7%
Receitas Complementares não Tarifárias	4 136 931	4 055 815	3 976 284	4 140 282	4 014 439	- 163 998	-4,0%
Subconcessões	3 665 765	3 593 887	3 523 416	3 650 478	3 450 483	- 127 062	-3,5%
Outros (Aluguer espaços, filmagens, merchandising...)	471 166	461 928	452 868	489 805	563 956	- 36 937	-7,5%
Total das receitas complementares	7 077 809	6 843 658	6 760 981	6 867 284	7 376 055	- 106 302	-1,5%

2.2. Eficiência Energética

A estimativa de consumo energético projetada para 2026, com base na oferta programada, é a seguinte:

Quadro 12 – Energia Elétrica – Plano 2026 (trimestral)

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	2026 PREVISÃO	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
Consumo de Energia de Tração (kWh)	59.045.554	14.251.138	14.396.771	15.039.056	15.358.588
Serviços Complementares (kWh)	37.574.443	9.068.906	9.161.581	9.570.309	9.773.647
Serviços de apoio (kWh)	10.735.555	2.591.116	2.617.595	2.734.374	2.792.471
TOTAL Consumo Energia	107.355.552	25.911.160	26.175.946	27.343.739	27.924.706
Custo da Energia Elétrica [€]	9.479.606	2.287.982	2.311.363	2.414.480	2.465.780
Eficiência Energética (PK / kWh)	8,821	8,732	8,957	8,089	9,493
Consumo de energia por carruagem.km (kWh/carr.km)	1,660	1,735	1,756	1,639	1,540

Os indicadores de eficiência energética do ML para o período 2026-2028 são os seguintes:

Quadro 13 – Eficiência Energética

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
Consumo de Energia de Tração (kWh)	59.045.554	59.045.554	59.045.554	54.986.005	56.095.160	4.059.549	7,4%
Serviços Complementares (kWh)	37.574.443	37.574.443	37.574.443	32.981.151	33.046.738	4.593.292	13,9%
Serviços de apoio (kWh)	10.735.555	10.735.555	10.735.555	9.902.235	10.036.669	833.320	8,4%
TOTAL Consumo Energia	107.355.552	107.355.552	107.355.552	97.869.391	99.178.567	9.486.161	9,7%
Passageiros x km	1.134.732.711	1.022.138.748	947.006.088	899.261.588	922.918.550	47.744.500	5,3%
Carruagens x km	39.403.488	39.499.800	35.562.510	29.764.753	29.435.201	5.797.757	19,5%
Custo da Energia Elétrica [€]	9.005.232	9.005.232	9.479.606	12.925.418	13.328.561	-3.445.813	-26,7%
Eficiência Energética (PK / kWh)	10,570	9,521	8,821	9,188	9,31	-0,367	-4,0%
Consumo de energia por carruagem.km (kWh/carr.km)	1,498	1,495	1,660	1,847	1,91	-0,187	-10,1%

O compromisso da empresa em adotar soluções energeticamente eficientes e sustentáveis, traduz-se na implementação de medidas de eficiência energética e de racionalização de consumos, tais como a substituição da iluminação das estações e edifícios por tecnologia LED, a otimização da iluminação das estações, a otimização do regime de funcionamento da ventilação e a futura instalação de uma Central Fotovoltaica no PMO II.

Depois da acentuada quebra de procura ocorrida nos últimos anos, o indicador de Eficiência Energética mantém uma trajetória ascendente, superando já o valor registado em 2019 (período anterior à pandemia), prevendo-se que no final do triénio este indicador registre o melhor valor das últimas quatro décadas.

Apesar da grande volatilidade dos preços de energia, prevê-se para 2026 e 2027 que o valor do custo unitário (€/kWh) nos contratos de fornecimento de energia elétrica seja substancialmente inferior aos custos dos contratos mais recentes, ainda assim superiores aos valores praticados antes de 2022.

2.3. Atividade de Manutenção

2.3.1. Frota

O Parque de Material Circulante é composto atualmente por 336 carruagens (112 Unidades Triplas [UT]), tendo o ML recebido uma nova UT em 9 de agosto de 2024. Em 2025, foram entregues 7 UT, sendo as restantes 6 UT recebidas em 2026.

Quadro 14 – Indicadores de Material Circulante

MATERIAL CIRCULANTE	2028 PREVISÃO	2027 PREVISÃO	2026 PREVISÃO	2025 ESTIMATIVA	2024 EXECUÇÃO	Variação 2026/2025	
						Valor	%
Disponibilidade do Material Circulante [%]	90,0	90,0	90,0	83,4	81,5	6,6 p.p.	-
MKBF – Quilometragem média entre falhas [km]	14.000	14.000	14.000	12.599	11.949	1.401	11,1%

Para o planeamento das atividades e dos recursos materiais necessários à execução das tarefas de manutenção preventiva e corretiva requeridas pelo material circulante foi considerada a produção anual prevista para este triénio de 31 milhões de carr.km. Em paralelo, deverão manter-se as seguintes atividades de reabilitação ou beneficiação da frota já iniciadas:

- Revisão de 1.000.000 km de engates automáticos, semipermanentes e amortecedores;

- Reparação dos foles de intercomunicação;
- Reparação de fissuras de boggies.

Considerando o ciclo de vida técnico ou funcional dos equipamentos ou subsistemas do material circulante, foi considerada uma campanha de reinvestimento de meia vida do material circulante para permitir manter as condições de exploração das unidades até ao final da vida do material circulante (40 anos).

Em concreto, considera-se a renovação por fim de vida ou obsolescência dos seguintes equipamentos necessários à melhoria das prestações técnicas dos equipamentos, à atualização da tecnologia utilizada e das funcionalidades disponibilizadas pela frota:

Renovação de interiores de salão

Consiste na substituição de revestimentos e materiais desgastados e adaptação de espaços e funcionalidades no salão, nomeadamente a substituição de vidros, a repintura de portas, a renovação de revestimentos por alternativa a materiais com melhores características de limpeza e higienização e com características que possam minimizar a carga biológica das superfícies. Será renovado o *design* dos interiores com a introdução de espaços multiusos, de lugar destinados a pessoas com mobilidade reduzida (PMR) e a introdução de dispositivos multimédia de comunicação com o passageiro.

Início previsto para 2026 e conclusão em 2028.

Renovação de sistemas de vídeo e instalação de sistema de deteção de incêndio

Projeto destinado à substituição de tecnologia e funcionalidades obsoletas, designadamente a renovação do sistema de vídeo vigilância embarcado, incluindo:

- Reposicionamento de camaras de salão;
- Retrovisão;
- Cobertura exterior das portas de passageiros;
- Conectividade com o sistema central de videovigilância;
- Transmissão de imagem ao PCC.

Início previsto para 2026 e conclusão em 2028.

Renovação dos sistemas de alimentação elétrica

O reinvestimento em sistemas de alimentação elétrica é maioritariamente efetuado na frota ML90 pelas características tecnológicas e obsolescência dos seus equipamentos.

Nesta série de material circulante torna-se necessário substituir em tempo os equipamentos de alimentação elétrica já obsoletos. Estes equipamentos, inseridos na cadeia de tração e alimentação de auxiliares e controlo do comboio, são fundamentais à continuidade da operação no restante tempo de vida das unidades da série ML90. Foram considerados os seguintes projetos de reinvestimento na série ML90:

- Renovação do conversor de tração;
- Renovação do conversor auxiliar;
- Renovação do controlo de tração TCU (Traction control unit);
- Renovação do controlo central CCU (Central control unit).

Início previsto em 2026 e conclusão em 2028

Complementarmente, e tendo em conta a potencial melhoria da fiabilidade e a redução da dependência externa de fornecedores de material circulante, foi considerada a implementação gradual, em toda a frota ML95, ML97 e ML99, do protótipo de conversores de tração com tecnologia IGBT, desenvolvido internamente.

Para garantir a adequação do parque de sobresselentes às necessidades de manutenção e operacionalidade da frota, está prevista, para 2026, a aquisição de seis foles de intercomunicação ML97 e de 1.500 rodas para manutenção de material circulante.

Finalmente, considerando a necessidade de renovação ou atualização do equipamento oficial especial para a manutenção do material circulante, está prevista, para 2026, a aquisição de uma máquina de lavagem exterior de carruagens, devido à obsolescência do atual equipamento do PMO III. O investimento nestes equipamentos oficiais especiais visa não só substituir os equipamentos atuais por obsolescência ou inoperacionalidade, mas também dotar esta área com meios adequados às necessidades de manutenção diária da futura frota de material circulante.

2.3.2. Infraestruturas

Para os anos 2026 a 2028 foram estabelecidas as seguintes metas ao nível da manutenção da infraestrutura principal:

Quadro 15 – Manutenção da Infraestrutura

INFRAESTRUTURA	2028	2027	2026	2025	2024	Variação 2026/2025	
	PREVISÃO	PREVISÃO	PREVISÃO	ESTIMATIVA	EXECUÇÃO	Valor	%
Indisponibilidade da infraestrutura principal (horas/mês)	4,0	4,0	4,0	1,7	1,1	2,3	133,2%
MTBF – Tempo médio entre falhas (horas)	150	150	150	98	135	51,7	52,5%

Foram previstas atividades regulares de manutenção e conservação das infraestruturas fixas, geralmente constituídas por prestações de serviço de manutenção ou conservação regular de instalações. Paralelamente, foi prevista verba geral para reparação de equipamentos ou necessidade não prevista de conservação de instalações, bem como atividades específicas de renovação por fim de vida ou beneficiação de equipamentos e instalações existentes.

Destacam-se as seguintes atividades em cada disciplina de manutenção:

Via Férrea

- Conclusão da substituição gradual das travessas de pinho das vias de garagem do PMO II;
- Aquisição de serviços de soldadura aluminotérmica de carril na via-férrea;
- Aquisição de carril de rolamento para o ano de 2027;
- Roletes para Aparelhos Via;
- Aquisição de máquinas ferramentas ligeiras no triénio;
- Aquisição de draisine grua para substituição, por fim de vida, da Socofer, com mais de 40 anos de serviço;
- Empreitada de prolongamento da cobertura do edifício das fossas;
- Aquisição de Veículo Esmerilador para Manutenção de Via com entrega prevista em 2026.

Energia

- Aquisição de serviços de manutenção do centro de comando centralizado de energia e unidades remotas de telecomando (URT) da rede de energia;
- Fornecimento e Instalação de grupos de baterias para iluminação de emergência, sistemas de deteção automática de incêndios (SADI) e centrais telefónicas (CTF);
- Aquisição de serviços de manutenção UPS rede ML aquisição de Serviços de Manutenção das Unidades Permanentemente Socorridas (UPS) da Rede de Energia do ML;
- Fornecimento e instalação de unidades remotas de telecomando nas Subestações de Tração da Linha Vermelha;
- Empreitada para substituição de disjuntores gerais dos quadros gerais de baixa tensão (QGBT);
- Fornecimento e instalação de Empreitada para aquisição e instalação de transformador.

Eletromecânica

- Aquisição de serviços de manutenção completa de escadas, elevadores e tapetes;
- Aquisição de serviços de operação, manutenção completa e piquete de assistência às escadas mecânicas e elevadores das estações Baixa Chiado e Aeroporto;
- Execução de trabalhos de grande revisão das escadas mecânicas das estações;
- Provisão geral de reparações em escadas mecânicas e elevadores e substituição de variadores;
- Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de ventilação principal, bombagem e AVAC das estações e troços;
- Renovação do AVAC dos espaços comerciais;
- Substituição de bombas obsoletas em postos de bombagem;
- Remodelação de postos de ventilação;
- Empreitada de substituição de 5 ventiladores;
- Remodelação e substituição de compressores e reservatório de ar comprimido, secadores de ar e separadores óleo/água, nos PMO II e PMO III.

Instalações e iluminação de estação

- Aquisição de serviços de substituição integral de iluminação em 6 estações/ano;
- Aquisição de serviços de manutenção de conduta seca de galeria;
- Prestação de serviços de desinfecções químicas das redes de águas – Legionella;
- Empreitada para a substituição de chapas de policarbonato alveolar e perfis de remate nas coberturas das oficinas no PMO III;
- Empreitada recuperação fachada NW oficina de manutenção no PMO III;
- Provisão para reparações em instalações de estação;
- Remodelação e renovação das redes de blocos autónomos das estações da rede ML;
- Aquisição de serviços de limpeza e desentupimento em redes de drenagem na via.

Sinalização

- Aquisição de serviços de assistência técnica, de reparação, de reposição e de substituição de equipamentos de sinalização ferroviária instalados na rede;
- Substituição de unidades elétricas monofásicas por unidades trifásicas nos motores de agulha MD2000 na rede ML (inclui substituição dos módulos de contadores);
- Fornecimento bastidor e equipamentos de sala de Circuitos de Via FS3000;
- Substituição das lâmpadas dos sinais por lâmpadas LED da linha A;
- Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida.

Comunicações e Controlo

- Aquisição de serviços de manutenção para rede CITV, SIRESP, SADI, rede de dados e rede telefónica;
- Aquisição de serviços de comunicações fixas (voz e dados);
- *Upgrade* da rede telefónica do ML;
- Remodelação dos autómatos e infraestrutura para IP em 2 estações;
- Aquisição Máquinas de Venda Automáticas de Títulos (MAVT);
- Renovação das impressoras, motores e TFT das Máquinas Semiautomáticas de Venda de Títulos (MSAVT).

IV. RECURSOS HUMANOS

1. Medidas de Política Salarial

A preparação do orçamento de Gastos com Pessoal teve subjacente um conjunto de medidas de política salarial, determinado pela legislação em vigor aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Destacam-se os seguintes pressupostos:

Efetivos

- Identificação das necessidades de recrutamento externo para o triénio 2026/2028, com concretização a partir do segundo semestre de 2025;
- Saída por reforma por idade dos trabalhadores que, em cada ano, completam 66 anos e 7 meses de idade, assumindo o pressuposto de substituição dos mesmos, nos termos do despacho n.º 343/18 da Secretaria de Estado do Tesouro, da Informação n.º 26814/2019/SG/SRH/DGRH de 30 de agosto, da Informação n.º 52/2019/GSEAMob de 23 de setembro e do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025;
- Concretização das movimentações de categoria, dentro de cada uma das carreiras existentes nos Acordos de Empresa, para o preenchimento das dotações necessárias à prestação do serviço público, nos termos da informação n.º 26462/2021/SG/SRH/DGRH, de 4 de outubro.

Matérias salariais:

- Aplicação da regulamentação em vigor (nomeadamente os Acordos de Empresa) no que diz respeito a Avaliação de Desempenho (evolução na carreira e prémios de performance/desempenho) e contagem de antiguidade (anuidades);
- Realização de trabalho suplementar em conformidade com o plano de atividades das áreas operacionais.

2. Gestão do Efetivo

Durante o exercício de 2026, o ML procurará desenvolver a gestão do seu efetivo dando cumprimento às orientações transmitidas às empresas do Setor Empresarial do Estado.

As necessidades de recrutamento externo identificadas para 2026 correspondem à contratação de 49 trabalhadores, de acordo com o seguinte detalhe, e conforme quadros no anexo Planificação de Recursos Humanos:

- Para as áreas de Operação e Comercial, 38 Agentes de Tráfego, indispensáveis para garantir as movimentações de categoria necessárias para a operação da Linha Circular.
- Com o objetivo de reforçar e rejuvenescer o *know-how* especializado, nomeadamente ao nível dos projetos de expansão e modernização da rede e reforço de competências técnicas em várias áreas da Empresa: 11 Técnicos Especializados (técnicos superiores).

Para além das referidas contratações e das alterações de categoria imprescindíveis ao preenchimento das dotações necessárias para a prestação do serviço público, o orçamento de gastos com pessoal proposto considera ainda, no âmbito do Acordo de Empresa I, os custos com a evolução de categoria de 48 Agentes de Tráfego para Operadores Comerciais e de 33 Operadores Comerciais para Maquinistas.

Ainda no âmbito do Acordo de Empresa I, estão previstas outras movimentações necessárias para o preenchimento de vagas existentes, nomeadamente de categorias de chefia. Estas movimentações serão realizadas na sequência de concurso interno ou nomeação, mecanismos previstos no Acordo de Empresa I (Anexo IV), não estando sujeitas a autorização das tutelas desde 2020 (cfr. art.º 17.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março). Os custos associados, quando existentes, estão refletidos no orçamento de gastos com pessoal.

3. Análise Custo-Benefício das Contratações e Reclassificações Previstas

A análise custo-benefício tem como objetivo identificar e avaliar sistematicamente todos os custos e benefícios associados a diferentes alternativas, e determinar qual a que maximiza a diferença entre benefícios e custos.

A admissão de 38 Agentes de Tráfego é essencial, por um lado, para cumprir o plano da oferta da operação e o plano de guarnecimento das estações, aumentando a capacidade de resposta às atuais exigências do serviço público e, por outro, adequar os recursos humanos necessários à abertura das novas estações, nomeadamente, Estrela e Santos, integradas no projeto de Expansão Rato/Cais do Sodré, cuja abertura ao público está prevista para o 4º trimestre de 2026. A operacionalização deste e outros projetos de expansão em curso exige um conjunto de recursos humanos, nomeadamente Agentes de Tráfego (AT), Operadores Comerciais e Maquinistas, que só será viável via contratação de novos AT.

Com efeito, o Acordo de Empresa em vigor define a entrada nas Carreiras de Operações e Comercial pela categoria de Agente de Tráfego, obrigando a que toda a sucessão de categorias nesta carreira se faça por via do cumprimento deste processo, assentando a progressão na carreira pela aquisição cumulativa de experiência e conhecimentos da rede e da operação.

Desta forma, o preenchimento de vagas de Operadores Comerciais para guarnecimento das estações e de Maquinistas para concretização do plano de operação, obriga sempre à contratação prévia de Agentes de Tráfego para, posteriormente, se proceder à abertura dos concursos internos para aquelas categorias.

Quadro 16 – Modelo de Recrutamento ML

Modelo	Categoria	Processo de Recrutamento	Formação	Tempo total (acumulado)
Recrutamento Externo	Agente de Tráfego	12 semanas	6 semanas	18 semanas
Concurso Interno	Operador Comercial	6 semanas	5 semanas	29 semanas
Concurso Interno	Maquinista	6 semanas	8 semanas	43 semanas

Os processos de recrutamento/concursos internos e as subsequentes ações de formação são longos pela elevada exigência dos procedimentos e regulamentos de segurança associados à operação de um sistema de Metro pesado e pelo nível de qualidade a que a Empresa se obriga na prestação do serviço público de transporte de passageiros.

Para além das ações de formação decorrentes dos concursos internos, a instalação do novo sistema de sinalização (CBTC) exigirá um reforço de ações de formação para que os Maquinistas possam conduzir com este novo sistema, prevendo-se que estas ações se prolonguem em 2026 e impactem a sua disponibilidade para a operação.

A execução da calendarização de recrutamento elaborada no âmbito do PAO 2026–2028 é premente e essencial para, por um lado, realizar a abertura à exploração da expansão de rede com a linha circular e integrar o novo sistema de sinalização CBTC na operação e, por outro, evitar prejuízos financeiros para a empresa pela introdução de ineficiências na escolha do uso de recursos, bem como externalidades negativas para os nossos clientes.

A admissão de 11 técnicos superiores permitirá rejuvenescer o *know-how* especializado, nomeadamente ao nível dos projetos de expansão e modernização da rede e reforço de competências técnicas em várias áreas da empresa. A necessidade de contratação de quadros superiores em áreas chave do ML é vista como fulcral para assegurar a passagem do conhecimento e experiência acumulado ao longo de anos, mitigando-se assim o risco da perda de conhecimento específico e de competências e capacidades únicas.

Nos últimos anos, o ML tem vindo a envidar esforços de rejuvenescimento dos seus quadros, recorrendo a um Programa de *Trainees*, através do qual pretende captar jovens talentos recém-formados, oferecendo aos jovens uma experiência imersiva e completa no mercado de trabalho. A possibilidade de reter esse talento depende das aprovações dos Planos de Atividades e Orçamento.

No seguimento do acima descrito, estabeleceram-se dois cenários, 1 (considerando as contratações) e 2 (sem contratações), onde se consideram os seguintes pressupostos:

- ✓ No conjunto do triénio retirou-se o impacto do aumento da procura estimada para a abertura das novas estações de Estrela e Santos a partir do 4º trimestre de 2026, refletindo-se uma queda acentuada da receita tarifária;
- ✓ Face ao desguarnecimento de estações, considerou-se um aumento dos gastos com Segurança e Vigilância, bem como, o acréscimo das necessidades de trabalho suplementar (eventos especiais), com especial magnitude do aumento em 2027, primeiro ano completo da abertura da Linha Circular;

- ✓ Em relação à não contratação dos técnicos especializados, e tendo em conta os atuais projetos em curso, já aprovados por RCM, e a gestão dos fundos destinados aos mesmos, estimou-se o aumento de trabalhos especializados, considerando 10% do valor médio entre 2022 e 2024.

Quadro 17 – Análise Custo-Benefício das Contratações e Reclassificações Propostas

ANÁLISE CUSTO - BENEFÍCIO	2028		2027		2026	
	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2
Vendas e Serviços Prestados	164 270 936	157 139 608	148 422 324	145 408 327	137 919 865	137 403 059
Probabilidade de Redução de Passageiros por desguarnecimento das estações e/ou impossibilidade de abertura das novas estações		(7 131 329)	-	(3 013 997)	-	(516 807)
Fornecimentos e serviços externos	50 143 391	50 667 393	48 583 229	49 096 956	52 422 588	52 550 899
Aumento Gastos Segurança e Vigilância		348 840	-	342 000	-	114 000
Acréscimo em trabalhos especializados		175 162	-	171 727	-	14 311
Gastos com o pessoal	117 076 206	114 127 316	115 225 035	112 322 063	114 416 164	113 530 332
Impacto nos Gastos com Pessoal:	-	(2 948 891)	-	(2 902 972)	-	(885 832)
Custos dos AT		(1 651 352)	-	(1 628 552)	-	(547 766)
Custos dos técnicos especializados		(400 412)	-	(394 884)	-	(120 152)
Custo das Reclassificações		(897 127)	-	(879 536)	-	(217 914)
Outros gastos e perdas	874 406	874 406	859 399	859 399	1 197 657	1 197 657
Impacto no EBITDA (corrigido)	7 220 416	(1 399 605)	28 058 111	23 540 449	55 068 700	54 971 537

Legenda:

Cenário 1: PAO 2026 – 2028 c/contratações

Cenário 1: PAO 2026 – 2028 s/contratações

Quadro 18 – Análise Custo-Benefício – Comparação entre Cenários (Cenário 2 / Cenário 1)

ANÁLISE CUSTO - BENEFÍCIO	Variação 2028		Variação 2027		Variação 2026	
	Valor (€)	%	Valor (€)	%	Valor (€)	%
Vendas e Serviços Prestados	(7 131 329)	-4,3%	(3 013 997)	-2,0%	(516 807)	-0,4%
Fornecimentos e serviços externos	524 002	1,0%	513 727	1,1%	128 311	0,2%
Gastos com o pessoal	(2 948 891)	-2,5%	(2 902 972)	-2,5%	(885 832)	-0,8%
Impacto no EBITDA (corrigido)	8 620 021	119,4%	4 517 662	16,1%	97 163	-0,2%

Considerando o exposto, o ML enquanto operador de um meio de transporte nevrálgico da mobilidade em Lisboa, terá de realizar nos próximos anos um esforço adicional no rejuvenescimento e transferência de *know-how* do seu efetivo. Por um lado, para corresponder às exigências atuais de acompanhamento dos projetos em curso e gestão das obrigações de reporte das diversas fontes de financiamento, e por outro, para atempadamente adequar o funcionamento das áreas operacionais e corporativas às alterações estruturais motivadas pelo crescimento nos próximos anos das saídas por reforma de técnicos especializados, nomeadamente, trabalhadores com cargos de dirigentes intermédios de 1.º, 2.º e 3.º grau.

4. Gastos com Pessoal

O quadro seguinte evidencia a evolução do efetivo, considerando os recrutamentos autorizados com a aprovação do PAO de 2025, cujos processos se encontram a decorrer, mas ainda não estão finalizados, bem como os recrutamentos considerados na elaboração do PAO 2026-2028, apresentando-se da seguinte forma:

Quadro 19 – Gastos com Pessoal

Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	1.573	1.758	1.659	1.747	1.754	1.755	88	5%
N.º de membros dos órgãos sociais	6	7	8	8	8	8	0	0%
N.º de membros cargos de direção	22	22	22	22	22	22	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	1.545	1.729	1.629	1.717	1.724	1.725	88	5%
Gastos totais com pessoal*	102.288.041 €	107.041.983 €	105.181.050 €	114.416.164 €	115.225.035 €	117.076.206 €	9.235.114 €	9%
Gastos com órgãos sociais**	413.712 €	452.153 €	361.336 €	722.929 €	731.853 €	742.099 €	361.593 €	100%
Gastos com cargos de direção	2.087.220 €	2.305.201 €	2.250.790 €	2.405.393 €	2.405.393 €	2.439.068 €	154.603 €	7%
Remuneração do pessoal	69.465.697 €	74.443.138 €	71.173.446 €	77.696.974 €	78.755.751 €	79.858.332 €	6.523.527 €	9%
Benefícios pós-emprego	12.031.351 €	10.602.851 €	13.568.226 €	12.961.717 €	12.195.062 €	12.365.793 €	-606.509 €	-4%
Ajudas de custo	23.628 €	20.165 €	20.381 €	25.349 €	25.704 €	26.063 €	4.967 €	24%
Rescisões / Indemnizações	0 €	0 €	0 €	150.000 €	152.100 €	154.229 €	150.000 €	
Restantes encargos	18.266.433 €	19.218.476 €	17.806.871 €	20.453.804 €	20.959.173 €	21.490.622 €	2.646.933 €	15%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2026	467.155 €	0 €	405.609 €	1.384.857 €	1.454.100 €	1.526.805 €	979.248 €	241%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	1.353.718 €	1.798.012 €	1.798.012 €	2.652.418 €	2.785.039 €	2.924.291 €	854.406 €	48%
(iii) Cumprimento de disposições legais		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	1.682.999 €	1.918.619 €	1.987.668 €	0 €	0 €	0 €		
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	1.577.826 €	1.309.068 €	2.330.223 €	1.084.971 €	1.139.220 €	1.196.181 €	-1.245.252 €	-53%
(vi) Outras valorizações remuneratórias	140.865 €	80.275 €	442.085 €	1.038.348 €			596.263 €	135%
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-413.712 €	-452.153 €	-361.336 €	-722.929 €	-731.853 €	-742.099 €	-361.593 €	-100%
(-) Cumprimento de disposições legais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-1.577.826 €	-1.309.068 €	-2.330.223 €	-1.084.971 €	-1.139.220 €	-1.196.181 €	1.245.252 €	53%
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0 €	0 €	0 €	-150.000 €	-152.100 €	-154.229 €	-150.000 €	
(+) Absentismo	-1.366.384 €	-1.458.894 €	-1.455.599 €	-1.531.839 €	-1.608.431 €	-1.688.852 €	-76.240 €	-5%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	98.930.119 €	103.821.868 €	101.033.892 €	110.926.425 €	111.593.431 €	113.294.845 €	9.892.534 €	10%

* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social

** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Admissões em 2025:

Decorrentes da aprovação do PAO 2025: 30 (308.026€);

Restantes contratações: por substituição, no âmbito do PRR, por nomeação para o CA (439.019€)

O acréscimo de gastos totais com pessoal de 2025 para 2026 (9,2 milhões de euros) é explicado pelos principais fatores:

- Gastos com Órgãos Sociais: 361,6 mil euros, por nomeação de 5 elementos para o Conselho de Administração;
- Gastos com cargos de Direção: decorrente da dinâmica salarial, 154,6 mil euros;
- Remuneração do pessoal: 6,5 milhões de euros
 - 88 admissões a realizar no decorrer de 2026
 - 49 relativas a proposta do PAO 2026:
 - 38 Agentes de Tráfego (505,9 mil euros)
 - 11 Técnicos Superiores (120,5 mil euros)
 - 39 por substituição, transitadas de 2025 (349,6 mil euros)
 - Programa de Trainees (192,9 mil euros);
 - Promoções por aplicação do acordo de empresa:
 - processo de avaliação de desempenho (893,5 mil euros)
 - anuidades (191,5 mil euros)
 - Movimentações de categoria ou reclassificações e IHT (474,9 mil euros)

- Medidas gestionárias como o aumento do subsídio de refeição (525,4 mil euros)
- Gastos c/ contratações autorizadas ou previstas em 2026 (979,2 mil euros)
- Gastos c/ contratações previstas em anos subsequentes (854,4 mil euros)
- Restantes variações (1,4 milhões de euros). Destas variações, destaca-se a atualização de acréscimos na rubrica Sub. Férias, a qual foi afetada pela sobre orçamentação de períodos anteriores.
- Benefícios pós-emprego: -606,5 mil euros. O desvio deve-se à alteração na taxa de crescimento salarial e de pensões que poderá provocar uma insuficiência orçamental nesta rubrica em 2026.
- Ajudas de custo: 4,9 mil euros
- Rescisões / indemnizações: 150,0 mil euros
- Restantes encargos (TSU + Seguros + Refeitórios + outros): 2,6 milhões de euros

V. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. Projeções Económicas e Financeiras

1.1. Demonstrações Financeiras Previsionais

As demonstrações financeiras previsionais⁶ apresentadas neste relatório foram elaboradas de acordo com o modelo proposto pelo ML ao acionista para efeitos de tratamento contabilístico do disposto no Aditamento ao Contrato de Concessão. Atualmente, o ML aguarda concordância quanto ao modelo proposto ou nova indicação por parte do acionista. Apesar de o ML ter enviado ao acionista uma proposta de regularização da sua dívida histórica, as demonstrações previsionais não consideram essa proposta, uma vez que este processo já decorre há alguns anos, sem evolução e sem haver elevado grau de certeza quanto à sua aceitação no triénio em análise. A estimativa de 2025 já considera alguns valores finais das contas do ano, pelo que são apresentados valores mais aproximados dos finais face à primeira versão do PAO. Esta atualização alterou de forma relevante algumas análises comparativas entre os anos 2025 e 2026.

Quadro 20 – Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	Unidade EUR					
	2024	2025	2025	2026	2027	2028
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas	11.924 €	33.500 €	28.513 €	3.514 €	3.649 €	3.726 €
Prestações de serviços	132.244.626 €	138.069.443 €	130.381.681 €	137.916.291 €	148.418.674 €	164.267.211 €
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos	6.214.575 €	10.925.680 €	40.902.890 €	89.636.035 €	48.059.933 €	14.869.118 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp. conjuntos	-9.963.415 €	0 €	-6.748.785 €	-3.523.337 €	-3.523.407 €	-3.523.337 €
Trabalhos para a própria entidade	6.716.249 €	6.934.835 €	6.966.311 €	7.545.609 €	7.662.352 €	7.783.364 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3.097.100 €	-3.652.426 €	-3.741.287 €	-6.770.135 €	-4.929.628 €	-5.022.347 €
Fornecimentos e serviços externos	-38.198.439 €	-45.181.871 €	-40.419.609 €	-52.422.588 €	-48.583.229 €	-50.143.391 €
Gastos com pessoal	-102.288.041 €	-107.041.983 €	-105.181.050 €	-114.416.164 €	-115.225.035 €	-117.076.206 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0 €	0 €	-975.063 €	0 €	0 €	0 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-35.306 €	0 €	-295.177 €	0 €	0 €	0 €
Provisões (aumentos/reduções)	-592.250 €	0 €	-3.448.164 €	0 €	0 €	0 €
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-1.000.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Aumentos / reduções de justo valor	1.527.650 €	753.511 €	4.367.225 €	-252.689 €	18.800 €	-1.942 €
Outros rendimentos e ganhos	4.003.961 €	794.267 €	1.544.349 €	1.968.626 €	1.168.945 €	1.192.513 €
Outros gastos e perdas	-1.886.423 €	-872.740 €	-4.978.806 €	-887.521 €	-859.399 €	-874.406 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	- 6.341.990 €	762.216 €	18.403.029 €	58.797.641 €	32.211.655 €	11.474.301 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	- 12.603.695 €	- 10.708.375 €	- 18.558.939 €	- 15.741.197 €	- 18.579.556 €	- 26.187.418 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	30.488 €	- €	7.531 €	- €	- €	- €
Resultado operacional (EBIT)	-18.915.197 €	- 9.946.159 €	- 148.379 €	43.056.444 €	13.632.099 €	-14.713.117 €
Resultado operac. líquido de provisões, imparidades e correções justo valor	-18.815.291 €	-10.699.670 €	202.800 €	43.309.133 €	13.613.300 €	-14.711.175 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Juros e gastos similares suportados	-909.000 €	-588.464 €	-2.595.977 €	-36.335.160 €	-19.250.849 €	-947.363 €
Resultado antes de impostos	-19.824.197 €	-10.534.623 €	- 2.744.356 €	6.721.284 €	- 5.618.750 €	-15.660.480 €
Imposto sobre o rendimento	-17.114 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Resultado líquido do período	-19.841.311 €	-10.534.623 €	- 2.744.356 €	6.721.284 €	- 5.618.750 €	-15.660.480 €

A aplicação do disposto no Aditamento ao Contrato de Concessão tem dois impactos principais na Demonstração de Resultados:

- Reconhecimento de subsídios à exploração relativos a:
 - Compensação pelo Cumprimento de Obrigações de Serviço Público (COSP), calculada de acordo com o modelo de remuneração definido no referido Aditamento (cerca de € 40,9 milhões, € 17,1 milhões e € 2,5 milhões, em 2026, 2027 e 2028, respetivamente);
 - Remuneração Autónoma, no montante dos encargos com pensões, encargos financeiros e reconhecimento de justo valor (cerca de € 48,9 milhões, € 30,9 milhões e € 12,4 milhões em 2026, 2027 e 2028, respetivamente).
- Alteração na contabilização de gastos financeiros ILD, que até à entrada em vigor do Aditamento ao Contrato de Concessão eram anulados e reconhecidos como ativo a receber pelo Estado, passando depois disso a ser incluídos na rubrica “Juros e gastos similares suportados” pela assunção do seu financiamento por Remuneração Autónoma.

⁶ As demonstrações financeiras previsionais com o detalhe trimestral para 2026 encontram-se no Anexo 2.

Estima-se que o reconhecimento dos referidos subsídios à exploração origine um **Resultado Líquido** positivo em 2026, o que se deverá alterar em 2027 e 2028 uma vez que o valor apurado da compensação COSP considera as amortizações do exercício de bens afetos à concessão, sendo que a partir de 2027 esse valor reduz significativamente na sequência da chegada ao fim da vida útil de material circulante.

Importa ainda assinalar as seguintes reduções em 2026, face a 2025:

- **“Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos”**, justificada pela transferência definitiva para a propriedade do ML da 1.ª tranche de carruagens anteriormente detidas pelo TREM-II.
- **“Aumentos/Reduções de Justo Valor”**, uma vez que os derivados que o ML ainda detinha foram alvo de *early terminations* no terceiro trimestre de 2025. Deste modo, a partir de 2026, esse efeito já não terá impacto nas demonstrações financeiras.

No capítulo [1.2. Eficiência Operacional](#) serão detalhadas as rubricas de resultados que são parte integrante dessa análise, nomeadamente CMVMC, FSE e Volume de Negócios. A análise de Gastos com Pessoal encontra-se no capítulo [IV – Recursos Humanos, 4. Gastos com Pessoal](#).

Quadro 21 – Balanço (Ativo)

Rubricas	Notas	2024	2025	2025	2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
A T I V O							
Ativo não corrente							
Ativos fixos tangíveis		3.567.806.398 €	3.950.843.245 €	3.595.936.480 €	3.702.135.608 €	3.733.657.448 €	3.778.992.921 €
Propriedades de Investimento		14.374.082 €	15.691.354 €	15.838.009 €	15.497.770 €	15.037.219 €	14.576.668 €
Ativos intangíveis		9.067.929 €	9.080.865 €	8.710.963 €	8.710.963 €	8.710.963 €	8.710.963 €
Participações financeiras		49.972.581 €	76.870.533 €	25.337.994 €	21.862.668 €	18.339.261 €	14.815.924 €
Outros ativos financeiros		25.692.781 €	22.299.241 €	18.196.187 €	18.703.324 €	18.762.123 €	18.800.181 €
Outras contas a receber		2.035.774.308 €	2.014.015.846 €	2.079.912.706 €	1.592.204.367 €	1.154.128.616 €	1.138.785.792 €
	Subtotal	5.702.688.079 €	6.088.801.084 €	5.743.932.339 €	5.359.114.700 €	4.948.635.630 €	4.974.682.449 €
Ativo corrente							
Inventários		9.998.665 €	11.471.245 €	9.354.266 €	10.032.171 €	12.148.565 €	13.508.336 €
Clientes, contribuintes e utentes		701.471 €	1.179.874 €	598.122 €	599.922 €	599.922 €	599.922 €
Estado e outros entes públicos		3.304.017 €	20.785.904 €	5.386.070 €	22.673.999 €	25.498.553 €	30.111.295 €
Outras contas a receber		17.817.939 €	12.554.182 €	123.767.556 €	120.195.841 €	120.655.419 €	119.231.062 €
Diferimentos		29.921.290 €	31.375.945 €	22.627.799 €	22.627.799 €	22.627.799 €	22.627.799 €
Outros ativos financeiros		22.767.914 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Caixa e depósitos		138.654.387 €	74.287.446 €	140.713.878 €	68.537.408 €	59.736.928 €	48.057.952 €
	Subtotal	223.165.683 €	151.654.596 €	302.447.692 €	244.667.141 €	241.267.186 €	234.136.366 €
	Total do Ativo	5.925.853.762 €	6.240.455.680 €	6.046.380.032 €	5.603.781.841 €	5.189.902.816 €	5.208.818.816 €

No que respeita à evolução do Ativo no triénio 2026–2028, é de salientar:

- **Ativos Fixos Tangíveis:** crescimento médio da rubrica de 5% no triénio, na sequência dos novos investimentos previstos para o período;
- **Outras Contas a Receber:** o Aditamento ao Contrato de Concessão define que as despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do concedente (investimento e grandes reparações em ILD e Material Circulante, serviço da dívida/derivados, benefícios pós-emprego e todos os que não correspondam a custos correntes de exploração) são financiados por Remuneração Autónoma. Em termos previsionais, considerou-se que o recebimento da Remuneração Autónoma para as amortizações de capital do triénio ocorrerá por contrapartida da redução do ativo a receber por conta do Estado;
- **Inventários:** o aumento do valor de material em *stock* decorre principalmente da compra de materiais para a manutenção de material circulante, de acordo com o respetivo plano de manutenção;
- **Estado e Outros Entes Públicos:** o aumento desta rubrica no triénio está relacionada com os projetos de investimento projetados para o período;
- **Caixa e Depósitos Bancários:** a redução deste valor decorre da previsão da utilização de Saldo de Gerência alocado a projetos de investimento financiado por fundos nacionais/comunitários.

Quadro 22 – Balanço (Património Líquido e Passivo)

Rubricas	Notas	2024	2025	2025	2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património / Capital		4.276.458.143 €	4.551.072.115 €	4.429.928.143 €	4.447.668.159 €	4.460.302.021 €	4.470.452.084 €
Reservas		1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €
Resultados transitados		-2.008.841.945 €	-2.024.102.127 €	-2.028.683.255 €	-2.031.427.611 €	-2.024.706.327 €	-2.030.325.076 €
Excedentes de revalorização		37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €
Outras variações no Património Líquido		3.514.283 €	297.973.740 €	41.297.610 €	124.603.485 €	151.078.814 €	181.168.698 €
Resultado líquido do período		-19.841.311 €	-10.534.623 €	-2.744.356 €	-5.618.284 €	-5.618.750 €	-15.660.480 €
Total do Património Líquido		2.290.046.721 €	2.853.166.656 €	2.478.555.692 €	2.586.322.868 €	2.619.813.309 €	2.644.392.777 €
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Provisões		8.670.698 €	9.335.001 €	11.812.888 €	10.660.899 €	10.660.899 €	10.660.899 €
Financiamentos obtidos		962.418.430 €	552.857.955 €	490.008.774 €	439.579.915 €	19.939.249 €	31.915.297 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		279.899.630 €	260.266.752 €	284.379.866 €	284.379.866 €	283.431.747 €	282.470.354 €
Outras contas a pagar		3.501.878 €	936.328 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subtotal		1.254.490.634 €	823.396.036 €	786.201.528 €	734.620.681 €	314.031.895 €	325.046.551 €
Passivo corrente							
Fornecedores		2.996.044 €	3.526.737 €	6.167.568 €	5.486.004 €	5.486.004 €	5.486.004 €
Estado e outros entes públicos		3.616.051 €	4.039.085 €	3.430.822 €	3.430.822 €	3.430.822 €	3.430.822 €
Financiamentos obtidos		2.115.029.533 €	2.262.396.410 €	2.477.439.188 €	2.055.458.392 €	2.029.706.217 €	2.012.896.934 €
Outras contas a pagar		253.685.979 €	289.416.576 €	290.164.741 €	214.042.583 €	213.014.078 €	213.145.237 €
Diferimentos		5.988.798 €	4.514.180 €	4.420.491 €	4.420.491 €	4.420.491 €	4.420.491 €
Subtotal		2.381.316.406 €	2.563.892.988 €	2.781.622.811 €	2.282.838.292 €	2.256.057.612 €	2.239.379.488 €
Total do Passivo		3.635.807.041 €	3.387.289.024 €	3.567.824.339 €	3.017.458.973 €	2.570.089.507 €	2.564.426.039 €
Total do Património Líquido e Passivo		5.925.853.762 €	6.240.455.680 €	6.046.380.032 €	5.603.781.841 €	5.189.902.816 €	5.208.818.816 €

Relativamente à evolução do Património Líquido e Passivo no triénio 2026-2028, destacam-se as seguintes variações:

- **Património Líquido** com um crescimento médio de 6,7% no triénio, na sequência das melhorias projetadas para o Resultado Líquido e Outras variações no Património Líquido, sendo estas últimas resultado do reconhecimento de subsídios ao investimento;
- **Financiamentos Obtidos** com uma redução de cerca de 31,1% no triénio, resultando principalmente da amortização de empréstimos obrigacionistas a vencer em 2026 e 2027, bem como regularização de empréstimos ETF por contrapartida da conta a receber do Estado (ILD) ou conversão de créditos (ML). Para o triénio, apenas se preveem novos empréstimos no âmbito do projeto de investimento da Aquisição de 24 UT, conforme contrato de suprimentos celebrado em 2024.

Un.: M€

Financ. ETF	Contrapartida	2026	2027	2028
ILD	Conta a receber do Estado	56,38	38,33	15,47
ML	Conversão Créditos	16,03	12,10	9,20
		72,41	50,43	24,67

- **Outras Contas a Pagar:** a redução de cerca de 26% verificada de 2025 para 2026 está relacionada com a devolução prevista dos adiantamentos efetuados pelo PRR.

É ainda relevante mencionar o impacto da devolução dos montantes do PRR atribuídos para os projetos de expansão da Linha Vermelha e Linha Violeta, no total de € 75,31 Milhões. Deste total, o ML executou despesa de € 31,75 Milhões e mantém nas suas disponibilidades os restantes € 43,56 Milhões. Considerou-se que o apoio financeiro de € 31,75 Milhões será concretizado na forma de subsídio ao investimento e não remuneração autónoma, uma vez que a despesa financiada por esta verba não se enquadra no âmbito do Contrato de Concessão pelo momento no tempo em que ocorreu. O registo contabilístico associado a esta devolução será equiparado a um subsídio reembolsável, conforme previsto no parágrafo 13 da NCRF 22 – Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas.

Quadro 23 – Resumo

Demonstrações financeiras					
Unid: 1.000 €					
Balanco	2024	2025	2026	2027	2028
Ativo (total)	5.925.854	6.046.380	5.603.782	5.189.903	5.208.819
não corrent.	5.702.688	5.743.932	5.359.115	4.948.636	4.974.682
corrente	223.166	302.448	244.667	241.267	234.136
CP (total)	2.290.047	2.478.556	2.586.323	2.619.813	2.644.393
result.trans.	-2.008.842	-2.028.683	-2.031.428	-2.024.706	-2.030.325
Passivo (total)	3.635.807	3.567.824	3.017.459	2.570.090	2.564.426
não corrent.	1.254.491	786.202	734.621	314.032	325.047
corrente	2.381.316	2.781.623	2.282.838	2.256.058	2.239.379
Demonstração de resultados	2024	2025	2026	2027	2028
Volume de Negócios (incl. ICs)	138.471	171.313	227.556	196.482	179.140
% de crescimento		24%	33%	-14%	-9%
Gastos com Pessoal	-102.288	-105.181	-114.416	-115.225	-117.076
% de crescimento		3%	9%	1%	2%
Fornecimentos e serviços externos	-38.198	-40.420	-52.423	-48.583	-50.143
% de crescimento		6%	30%	-7%	3%
EBITDA	-6.342	18.403	58.798	32.212	11.474
% de crescimento		-390%	219%	-45%	-64%
EBIT	-18.915	-148	43.056	13.632	-14.713
% de crescimento		-99%	-29118%	-68%	-208%
Resultado líquido	-19.841	-2.744	6.721	-5.619	-15.660
% de crescimento		-86%	-345%	-184%	179%
Eficiência operacional	2025	2026	2027	2028	
GO/VN	84%	75%	85%	95%	

1.2. Eficiência Operacional

Quadro 24 – Eficiência Operacional

Unidade EUR							
Eficiência operacional	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor %
Gastos operacionais (GO)	-143.583.580	-155.876.279	-149.341.946	-173.608.887	-168.737.892	-172.241.945	-24.266.941 -16,2%
CMVMC	-3.097.100	-3.652.426	-3.741.287	-6.770.135	-4.929.628	-5.022.347	-3.028.848 -81,0%
FSE	-38.198.439	-45.181.871	-40.419.609	-52.422.588	-48.583.229	-50.143.391	-12.002.979 -29,7%
Gastos com pessoal	-102.288.041	-107.041.983	-105.181.050	-114.416.164	-115.225.035	-117.076.206	-9.235.114 -8,8%
Impactos decorrentes de obrigações legais	3.401.690	3.307.962	4.759.976	2.123.319	1.139.220	1.196.181	-2.636.657 -55%
GP – Orientações expressas do acionista Estado	1.682.999 €	1.918.619 €	1.987.668 €	0 €	0 €	0 €	-1.987.668 -100,0%
GP – Valorizações remuneratórias obrigatórias	1.577.826 €	1.309.068 €	2.330.223 €	1.084.971 €	1.139.220 €	1.196.181 €	-1.245.252 -53,4%
GP – Outras valorizações remuneratórias	140.865 €	80.275 €	442.085 €	1.038.348 €	0 €	0 €	596.263 134,9%
Gastos operacionais ajustados	140.181.890	152.568.317	144.581.970	171.485.568	167.598.672	171.045.764	26.903.598 18,6%
Volume de negócios	138.471.124	149.028.623	171.313.084	227.555.840	196.482.256	179.140.054	56.242.756 32,8%
Vendas	11.924	33.500	28.513	3.514	3.649	3.726	-24.999 -87,7%
Prestações de Serviços	132.244.626	138.069.443	130.381.681	137.916.291	148.418.674	164.267.211	7.534.611 5,8%
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	6.214.575	10.925.680	40.902.890	89.636.035	48.059.933	14.869.118	48.733.145 119,1%
Volume de Negócios ajustado	138.471.124	149.028.623	171.313.084	227.555.840	196.482.256	179.140.054	56.242.756 32,8%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	101%	102%	84%	75%	85%	95%	-9%

Em 2026, estima-se que o peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios seja de 75%, o que representa um decréscimo face à estimativa de 2025 e à realização de 2024. Esta evolução positiva é justificada pelo aumento do valor de subsídios à exploração, a título de compensação COSP e Remuneração Autónoma. Em 2026, deverá ocorrer um aumento proporcionalmente superior de Gastos Operacionais Ajustados face ao aumento previsto do Volume de Negócios. A tendência crescente deste rácio no triénio está relacionada com a redução do valor de subsídios à exploração, pelos motivos anteriormente enunciados.

Quadro 25 – Detalhe de FSE

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	Unidade EUR							
	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Vigilância e segurança	7.578.145	7.486.252	8.136.428	8.097.977	8.327.702	8.564.110	-38.450	0%
Conservação e Reparação	6.090.127	9.371.739	6.953.805	16.885.034	14.420.753	14.875.127	9.931.230	143%
Energia (média/baixa tensão + alta tensão)	13.328.561	13.781.826	12.907.930	9.474.445	9.000.317	9.000.317	-3.433.485	-27%
Serviços de limpeza	5.559.070	6.064.644	5.539.649	7.161.697	7.744.119	8.177.605	1.622.048	29%
Deslocações e alojamento	74.481	223.000	62.683	266.550	293.205	322.526	203.867	325%
Ajudas de custo	23.628	20.165	20.381	25.349	25.704	26.063	4.967	24%
Associados à frota automóvel	447.784	406.407	441.837	479.583	499.630	517.163	37.746	9%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1.204.830	2.697.221	1.459.343	4.331.960	2.437.836	2.844.485	2.872.617	197%
Outros	3.891.812	5.130.617	4.897.554	5.699.992	5.833.963	5.815.994	802.439	16%
TOTAL	38.198.439	45.181.871	40.419.609	52.422.588	48.583.229	50.143.391	12.002.979	30%

Face à estimativa atualizada de 2025, prevê-se para 2026 um aumento de cerca de 30% nos FSE, justificado pela previsão de maiores gastos em rubricas com impacto direto na qualidade da prestação de serviço público, que permitem melhorar as condições de transporte, conforme detalhe abaixo:

- **Conservações e Reparações (+9,9 milhões de euros)**, estando este aumento relacionado com:
 - Contratos de Assistência Técnica, entre eles a aquisição de serviços de operação, manutenção completa e piquete de assistência às escadas mecânicas e elevadores das estações Baixa-Chiado e Aeroporto, a reparação, reposição e substituição de equipamentos de sinalização ferroviária e a prestação de serviços de manutenção de elevadores e escadas mecânicas / tapetes rolantes.
 - Edifícios e Outras Construções, nomeadamente aquisição de serviços de limpeza e manutenção dos sistemas de drenagem de águas de infiltrações ou a empreitada de obra pública para substituição de chapas de policarbonato alveolar e perfis de remate nas coberturas das oficinas do PMO III;
 - Equipamento Básico, incluindo aquisição de serviços de manutenção das unidades permanentemente socorridas (UPS) da rede de energia, aquisição de serviços de manutenção do centro de comando centralizado de energia e unidades remotas de telecomando (URT) da rede de energia, grande reparação de foles de intercirculação, prestação de serviços para a revisão geral de 72 engates, (24 automáticos e 48 semipermanentes), entre outros.
- **Energia (- 3,4 milhões de euros)**, sendo esta redução justificada pela previsão de que em 2026 e 2027 o valor do custo unitário (€/kWh) nos contratos de fornecimento de energia elétrica seja substancialmente inferior aos custos dos contratos mais recentes;
- **Serviços de Limpeza (+ 1,6 milhões de euros)**, sendo que os valores propostos contemplam a previsão da abertura de 3 estações em 2026, o aumento da Remuneração Mínima Garantida e a atualização para valores de mercado;
- **Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (+ 2,9 milhões de euros)**, sendo de destacar os custos previstos com o prolongamento do Metro Sul do Tejo, o projeto de loteamento de Sete Rios/PMOI e outros previstos no âmbito da expansão da rede, nomeadamente estudos de viabilidade económico-financeira, pareceres técnicos, assessoria jurídica e assessoria de imprensa.

No que respeita aos Rendimentos, é de assinalar o crescimento médio de 7% no triénio da Prestação de Serviços, cujo aumento previsto se baseia na evolução favorável da procura e da abertura de novas estações em 2026 (vd. Capítulo [2.1 Atividade Operacional](#)).

2. Indicadores de Desempenho Financeiros

2.1. Rácios Financeiros

Quadro 26 – Rácios financeiros

Rácios Financeiros	Formúla	Unidade %				
		2024	2025	2026	2027	2028
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	-5%	11%	26%	16%	6%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		0%	1%	0%	0%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		0%	0%	0%	-1%
Passivo total	Passivo/Ativo	61%	59%	54%	50%	49%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	40%	46%	41%	43%	43%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	39%	41%	46%	50%	51%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	9%	11%	11%	11%	10%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	- 12.025 -	89	24.646	7.772 -	8.384

Relativamente aos rácios de rentabilidade, é de assinalar que no triénio 2026-2028 se prevê uma evolução bastante favorável da **rentabilidade das vendas** face ao valor obtido em 2024 e 2025, considerando a previsão de obtenção de EBITDA positivo nos anos em análise. Sendo positivo, este rácio indica que a empresa consegue gerar valor através das suas vendas, cobrindo gastos operacionais e contribuindo para o resultado líquido do exercício. A **rentabilidade do ativo**, que mede a eficiência com que a empresa utiliza os seus ativos para gerar resultados operacionais mostra uma tendência de estabilidade no triénio, sendo que a projeção perto de 0% para o triénio é demonstrativa da diferença da ordem de grandeza de valores entre os resultados obtidos e o ativo detido pela empresa.

Quanto aos rácios de estrutura e liquidez, destaca-se a estabilidade da estrutura de ativos e capital, sendo que o **endividamento corrente** está em fase de redução, considerando as amortizações de capital previstas para o triénio.

A **liquidez geral** apresenta valores relativamente baixos, considerando a grandeza de valores na rubrica “Financiamentos obtidos” e “Outras Contas a Pagar” do Passivo Corrente do ML. Estas componentes do Balanço incluem maioritariamente capital e juros de empréstimos ETF cujo pagamento tem vindo a ser diferido através de aditamentos aos contratos de empréstimos originais. Ao longo dos últimos anos, o ML tem vindo a diligenciar junto da ETF para regularizar o serviço da dívida, mas a situação não teve evoluções, esperando-se que a assinatura do Aditamento ao Contrato de Concessão contribua para que esta questão seja resolvida.

2.2. Cumprimento de Orientações Financeiras

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano			Cumpre Triénio		
	2025	2026	2027	2028					S	N	N/A	S	N	N/A
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão										
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%						
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%						
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%						
a) Volume de negócios	171.313	227.556	196.482	179.140	33%	-14%	-9%	2%	S				N	
b) EBIT, liq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	203	43.309	13.613	-14.711	43.106	-29.696	-28.324	-4.971	S				N	
c) Resultado líquido	-2.744	6.721	-5.619	-15.660	9.466	-12.340	-10.042	-4.305	S				N	
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)		0%	1%	0%	0,7 p.p.	-0,5 p.p.	-0,5 p.p.	-0,1 p.p.	S				N	
e) Rentabilidade dos RH	-	89x	24.646x	7.772x	-	24.735x	-	16.156x	-	2.765x			N	
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)		0%	0%	0%	-1%	0,4 p.p.	-0,5 p.p.	-0,4 p.p.	-0,2 p.p.	S			N	
g) Financiamento líquido de novos investimentos	7.397.376	6.942.706	6.509.947	6.515.264	-	454.670	-	432.759	5.317	-	294.037	S		S
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
i) Volume de negócios (real)	171.313	223.094	188.853	168.808	30%	-15%	-11%	0%	S			S		
ii) Gastos operacionais (%)	144.582	171.486	167.599	171.046	19%	-2%	2%	6%	S				N	
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS														
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	144.582	168.123	164.312	167.692	23.541	-	3.811	3.380	7.703	N			N	

Relativamente ao cumprimento de orientações financeiras para o triénio, é importante assinalar o seguinte:

- Volume de negócios:** este indicador apresenta tendência decrescente, uma vez que o seu cálculo considera os subsídios à exploração, que, por motivos já referidos, deverá diminuir no triénio. Contudo, se apenas for analisado o valor de prestações de serviços, o crescimento médio do triénio é de cerca de 8%;
- Gastos Operacionais:** prevê-se um crescimento médio de 6% para o triénio, superior ao do volume de negócios. No entanto, se este crescimento apenas for comparado ao do valor de prestações de serviços, é cumprida a orientação de crescimento dos gastos operacionais a uma taxa inferior à do volume de negócios;

- c) **Gastos com Pessoal:** prevê-se um crescimento médio de 3,7% para o triénio (sem ajustamentos), superior ao do volume de negócios. No entanto, se este crescimento apenas for comparado ao do valor de prestações de serviços, é cumprida a orientação de crescimento dos gastos com pessoal a uma taxa inferior à do volume de negócios;
- d) **Fornecimentos e Serviços Externos:** no triénio 2026-2028, apenas para 2026 se prevê um crescimento de FSE superior ao crescimento das prestações de serviços. O crescimento de gastos desta natureza está devidamente fundamentado no capítulo [1.2. Eficiência Operacional](#), sendo de assinalar a importância desta componente de gastos para que a empresa consiga assegurar a qualidade do serviço público prestado;
- e) **Eficiência Operacional:** este rácio apresenta valores crescentes ao longo do triénio, uma vez que o seu cálculo inclui os subsídios à exploração, que registam tendência decrescente, conforme já referido e justificado. Ainda assim, assinala-se que a previsão deste indicador no triénio apresenta sempre valores abaixo de 100%;
- f) **Resultado Operacional (ajustado):** retirando o efeito de provisões, imparidades e justo valor, prevê-se que o resultado operacional apresente uma melhoria de 2025 para 2026, sendo que em 2027 e 2028 deverá ocorrer um decréscimo por via da já referida redução de subsídios à exploração;
- g) **Resultado Líquido:** a evolução deste indicador segue o referido para o Resultado Operacional ajustado, pelos mesmos motivos;
- h) **Rácio de eficiência de recursos humanos:** a evolução deste indicador deverá ter tendência decrescente no triénio, pela já referida redução de subsídios à exploração;
- i) **Novos Investimentos:** os novos investimentos a considerar são necessários ao aumento da qualidade do serviço público prestado. O capítulo VII. Plano de Investimentos detalha em mais pormenor os investimentos do triénio;
- j) **Planos Financeiros:** para o triénio, estão previstos novos empréstimos ETF exclusivamente para financiamento de projetos de investimento de aquisição de material circulante, de modo a garantir que a despesa do triénio estaria integralmente coberta. Este projeto de investimento já possui um contrato de suprimentos celebrado em 2024, para assegurar a satisfação dos encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato de aquisição de 24 unidades triplas, que não sejam cofinanciados por fundos europeus;
- k) **Endividamento:** vd. capítulo [3.2 Endividamento e Serviço da Dívida](#);
- l) **Pagamentos em atraso:** vd. capítulo [4.1. Prazo Médio de Pagamentos \(PMP\) e Pagamentos em Atraso](#);
- m) **Prazo Médio de Pagamentos:** vd. capítulo [4.1. Prazo Médio de Pagamentos \(PMP\) e Pagamentos em Atraso](#).

3. Estrutura de Financiamento e Dívida

3.1. Fontes de Financiamento da Atividade

Quadro 27 – Fontes de Financiamento por Atividade (ótica financeira)

ATIVIDADE OPERACIONAL			2026	2027	2028
Tipo Despesa	Fonte Financiamento	Entidade	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)
Gastos c/ Pessoal	Receita Própria	ML	96.738.312	99.025.716	100.412.967
Gastos c/ Pessoal – Pensões	Remuneração Autônoma	GPIAAF	12.961.717	12.195.062	12.365.793
			109.700.029	111.220.779	112.778.760
FSE	Receita Própria	ML	36.929.545	56.808.787	70.337.285
FSE	COSP Concessão	GPIAAF	40.216.419	15.406.693	3.262.782
			77.145.964	72.215.480	73.600.066
Out. Gastos Oper.	COSP Concessão	GPIAAF	634.765	657.760	664.900
			634.765	657.760	664.900
		TOTAL Operação	187.480.758	184.094.019	187.043.727

ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			2026	2027	2028
Tipo Despesa	Fonte Financiamento	Entidade	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)
Investimento	Receita Própria	ML	23.059.116	20.992.655	22.513.275
Investimento	Remuneração Autônoma	GPIAAF	201.848.221	279.235.832	275.394.852
Investimento	Receb. Investimento	GPIAAF	32.553.473	800.000	800.000
Investimento	Fundos Comunitários	PACS2030	67.272.876	19.342.329	22.956.884
Investimento	Fundos Nacionais	F. Ambiental	16.833.000	6.333.000	6.333.000
Investimento	Fundos Nacionais	F. Ambiental – SG	28.614.163	8.800.480	11.678.976
Investimento	Fundos Comunitários	PRR – SG	43.562.308	0	0
Investimento	Dotação Capital	ETF	1.200.000	0	0
Investimento	Financiamento	ETF	0	5.036.018	19.843.449
		TOTAL Investimento	414.943.156	335.504.296	339.676.988

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			2026	2027	2028
Tipo Despesa	Fonte Financiamento	Entidade	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)
Amortização Capital	Remuneração Autônoma	GPIAAF	400.000.000	400.000.000	0
Enc. Financeiros	Remuneração Autônoma	GPIAAF	37.058.082	19.998.600	0
Enc. Financeiros	Receita Própria	ML	109.423	68.882	61.317
		TOTAL Financiamento	437.167.505	420.067.482	61.317
		TOTAL Despesa	1.039.591.419	939.665.797	526.782.031

Quadro 28 – Fontes de Financiamento (Resumo)

Fonte Financiamento	Entidade	2026	2027	2028
Receita Própria	ML	156.836.396	176.896.040	193.324.844
COSP Concessão	GPIAAF	40.851.184	16.064.453	3.927.682
Remuneração Autônoma	GPIAAF	651.868.020	711.429.494	287.760.645
Receb. Investimento	GPIAAF	32.553.473	800.000	800.000
Fundos Comunitários	PACS2030	67.272.876	19.342.329	22.956.884
Fundos Nacionais	F. Ambiental	16.833.000	6.333.000	6.333.000
Dotação Capital	ETF	1.200.000	0	0
Financiamento	ETF	0	5.036.018	19.843.449
Total Receita		967.414.949	930.865.317	515.103.055
Utilização SG		72.176.470	8.800.480	11.678.976
TOTAL		1.039.591.419	939.665.797	526.782.031

Relativamente à primeira versão do PAO 2026, é de assinalar o aumento da fonte de financiamento “Remuneração Autônoma” em cerca de € 128,7 Milhões. Este acréscimo resulta da substituição da fonte de financiamento dos projetos de investimento de expansão da rede da Linha Vermelha e Linha Violeta, considerando que foram excluídos do PRR.

3.2. Endividamento e Serviço da Dívida

Quadro 29 – Endividamento

Endividamento (fórmula)	Unidade EUR							
	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026–2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	4.276.458.143	4.551.072.115	4.429.928.143	4.447.668.159	4.460.302.021	4.470.452.084	17.740.016	0%
Financiamento remunerado	3.077.447.962	2.815.254.365	2.967.447.962	2.495.038.307	2.049.645.466	2.044.812.231	-472.409.656	-16%
(-) Novos investimentos com expressão material								
Δ de endividamento (%)		0,17%	0,59%	-6,15%	-6,23%	0,08%	-6,7 p.p.	

A variação do endividamento prevista para 2026 é de -6,15%, na sequência da maturidade do empréstimo obrigacionista 2026, e considerando que não estão previstos novos investimentos com expressão material, de acordo com o conceito estabelecido nas Instruções para a Elaboração dos PAO 2026-2028 (ponto 5 do Apêndice). Assim, verifica-se o cumprimento do limite estabelecido de 2% para este indicador.

Quadro 30 – Serviço da dívida

Un.: EUR

Designação do empréstimo	Mutuante	Finalidade	Taxa de juro	Maturidade do empréstimo	2026		2027		2028	
					Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Estado ¹	ETF (2019)	ILD / ML	0,60%	nov/26	21.980.797	43.962	-	-	-	-
Empréstimo obrigacionista	JPMorgan	ILD	4,06%	dez/26	400.000.000	16.244.000	-	-	-	-
Estado ¹	ETF (2020)	ILD / ML	0,25%	nov/27	25.752.175	108.642	25.752.175	43.367	-	-
Empréstimo obrigacionista	BNPP	ILD	4,80%	dez/27	-	19.196.000	400.000.000	19.196.000	-	-
Estado ¹	ETF (2021)	ILD / ML	0,25%	nov/28	16.809.283	113.521	16.809.283	70.914	16.809.283	28.424
Estado ¹	ETF (2022)	ILD / ML	1,38%	nov/29	5.866.272	313.336	5.866.272	227.827	5.866.272	142.787
Estado ¹	ETF (2023)	ILD / ML	2,17%	nov/30	1.504.048	154.350	1.504.048	121.259	1.504.048	88.439
Estado ¹	ETF (2024)	ILD / ML	2,19%	nov/31	497.082	62.443	497.082	51.419	497.082	40.516
Estado ¹	ETF (24 UT)	ML	3,10%	dez/39	-	142.574	-	142.574	-	142.965
Financiamentos existentes (2025)					472.409.656	36.378.827	450.428.859	19.853.361	24.676.684	443.132
Estado ¹	ETF (24 UT)	ML	2,69%	dez/39	-	-	-	125.872	-	137.931
Financiamentos a contrair (2027)					-	-	-	125.872	-	137.931
Estado ¹	ETF (24 UT)	ML	2,69%	dez/39	-	-	-	-	-	497.459
Financiamentos a contrair (2028)					-	-	-	-	-	497.459
TOTAL					472.409.656	36.378.827	450.428.859	19.979.232	24.676.684	1.078.522

¹ 2026: Conversão de créditos: 16.540.016 €. Assunções de passivos: 56.808.467 €;

2027: Conversão de créditos: 12.633.862 €. Assunções de passivos: 38.578.229 €;

2028: Conversão de créditos: 10.150.063 €. Assunções de passivos: 15.605.142 €.

4. Gestão de Tesouraria e Pagamentos

4.1. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e Pagamentos em Atraso

Quadro 31 – PMP e Pagamentos em Atraso

Outros	Unidade Dias							Δ (2026-2025)	
	2024	2025	2025	2026	2027	2028	2028		
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	18	45	18	40	40	40	40	22	122%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0	

Para 2026, estima-se um PMP de 40 dias, considerando que estão em curso as empreitadas relacionadas com projetos de expansão da rede, em que os PMP contratualizados são 60 dias.

Quanto a dívidas vencidas, e de acordo com a definição do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, não se prevê quaisquer valores para o triénio.

4.2. Conformidade com o Orçamento de Estado (OE) 2026

Quadro 32 – Demonstração de Fluxos de Caixa vs. OE (proposta)

Unidade: EUR

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – SNC	DFC	OE	Explicação de diferenças	Classificação Econômica
ATIVIDADES OPERACIONAIS – método direto				
Recebimentos de clientes	146.391.041	146.391.262		R.07.02
Pagamentos a fornecedores	-77.145.964	-77.145.964		D.02
Pagamentos ao pessoal	-109.700.029	-109.700.029		D.01
	-150.000	-150.000		D.01.02.12
	-1.374.574	-1.374.574		D.01.02.13
Caixa gerada pelas operações	-40.454.952	-40.454.731		
Outros recebimentos / pagamentos	40.851.184	35.774.704	Revisão do recebimento COSP em função das novas DF	R.06.03.01.CT.CF
	12.961.717	12.961.717		R.06.03.01.RA.00
	9.449.943	11.211.514	Revisão do recebimento de impostos em função das novas DF	R.08.01.99.RI.00
	-508.211	-508.211		D.06.02.01.IT.00
	997.184	961.344		R.07.03.99.IM.00
	-126.554	-126.554		D.06.02.03.OD.00
	0	-10.588.511	Valor da reserva	D.06.02.03.R0.00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	23.170.311	9.231.272		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:	-414.943.156	-511.555.549		
Ativos fixos tangíveis	-414.943.156	-511.555.549	Revisão do investimento previsto; inclui verba a devolver ao PRR	D.07
Recebimentos provenientes de:	318.507.569	240.827.217		
Subsídios ao investimento	16.833.000	39.652.772	Utilização de Saldo de Gerência. Considerado por lapso na rubrica R.10 em vez de R.16	R.10.03.08.FA.00
	67.272.875	67.272.875		R.10.09.01.FC.00
	0	60.000.000	Anulação desta fonte de financiamento, considerando que o ML já não terá projetos financiados pelo PRR	R.10.09.01.99.78
	32.553.473	800.000	Inclusão de verba para devolução de adiantamentos PRR	R.10.03.08.01.00
	201.848.221	73.101.569	Aumento da Remuneração Autônoma, pela alteração das fontes de financiamento de projetos de investimento (Linha Vermelha e Linha Violeta)	R.10.03.01.RA.00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-96.435.587	-270.728.332		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:	438.256.311	702.120.672		
Financiamentos obtidos	0	264.976.286	Anulação desta fonte de financiamento para projetos de investimento, substituída pela Remuneração Autônoma	R.12.06.03.F1.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	1.200.000	0	Aumento de Capital Ferconsult	
Outras operações de financiamento	437.056.311	437.144.386		R.06.03.01.RA.00
Pagamentos respeitantes a:	-437.167.505	-437.255.580		
Financiamentos obtidos	-400.000.000	-400.000.000		D.10.06.03.A0.00
Juros e gastos similares	-37.167.505	-37.255.580	Retirados encargos financeiros com swap inicialmente previstos, considerando que foram cancelados no 3.º trimestre de 2025.	D.03
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	1.088.806	264.865.092		
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-72.176.470	3.368.032		
Caixa e seus equivalentes no início do período	140.713.878	142.342.158		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	68.537.408	145.710.190		

5. Informação Adicional Relevante

5.1. Frota Automóvel

Quadro 33 – Frota Automóvel

Frota automóvel	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional – EUR	219.128	195.282	197.336	249.014	259.423	268.527	51.678	26%
Operacional – n.º de viaturas	23	27	27	27	27	27	0	0%
Não operacional – EUR	228.656	211.125	205.916	230.569	240.207	248.636	24.653	12%
Não operacional – n.º de viaturas	24	24	24	25	25	25	1	4%

Nota: Relativamente a 2024, reportado no Relatório e Contas, acrescem 5 viaturas para abate.

Para 2026, prevê-se o aumento de 1 veículo da frota não operacional, encontrando-se os respetivos gastos incluídos no orçamento para 2026-2028. Este acréscimo decorre da possibilidade de o Conselho de Administração vir a ser composto por 5 membros, conforme previsto estatutariamente, sendo que o número atual de viaturas existentes, para utilização dos membros do Conselho de Administração, são 4.

5.2. Empresas Participadas do ML

Por forma a cumprir as orientações da ETF no âmbito da preparação do Plano de Atividade Anual, apresenta-se informação respeitante aos indicadores das sociedades participadas a 100% (Ferconsult e Metrocom), nomeadamente no que respeita aos princípios financeiros de referência para 2026.

Quadro 34 – Eficiência Operacional Metrocom

Eficiência operacional	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-2.525.672	-2.862.141	-2.525.499	-2.601.158	-2.619.070	-2.666.846	-75.660	-3,0%
CMVMC	0	0	0	0	0	0	0	
FSE	-2.265.565	-2.575.275	-2.303.993	-2.369.387	-2.375.892	-2.419.294	-65.393	-2,8%
Gastos com pessoal	-260.108	-286.866	-221.505	-231.772	-243.177	-247.552	-10.266	-4,6%
Gastos operacionais ajustados	2.525.672	2.862.141	2.525.499	2.601.158	2.619.070	2.666.846	75.660	3,0%
Volume de negócios	2.573.839	2.917.725	2.614.100	2.637.852	2.694.661	2.752.670	23.752	0,9%
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	
Prestações de Serviços	2.573.839	2.917.725	2.614.100	2.637.852	2.694.661	2.752.670	23.752	0,9%
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Volume de Negócios ajustado	2.573.839	2.917.725	2.614.100	2.637.852	2.694.661	2.752.670	23.752	0,9%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	98%	98%	97%	99%	97%	97%	2%	

A Metrocom S.A. – lojas no metro, é a empresa do grupo Metropolitano de Lisboa responsável, em regime de subconcessão, pela gestão dos espaços comerciais e outros equipamentos, com uma vasta experiência na exploração comercial na rede de estações do ML.

Nesse sentido, assegura a gestão de um leque de espaços comerciais dispersos pela rede, com características distintas e de atividades diversas (comércio, serviços, entre outros), dispondo de soluções inovadoras e flexíveis para a valorização, requalificação e rentabilização dos ativos afetos à inerente concessão. Recentemente viu a sua subconcessão ser prolongada até ao final do primeiro semestre de 2030.

Em 2019, a empresa atingiu um Volume de Negócios (VN) recorde de 2,87 milhões de euros. Nos anos seguintes, devido a diversos fatores, como sejam a epidemia de Covid19 ou o aproximar da data de final da subconcessão, o VN situou-se consecutivamente abaixo daquele máximo: 1,63 milhões de euros em 2020, 1,79 milhões de euros em 2021. Em 2022 o VN recuperou, mas não foi possível manter o ritmo de crescimento, mantendo-se em 2023 e 2024 na ordem dos 2,6 milhões de euros.

Esta estagnação do VN foi fortemente influenciada pela aproximação da data do final da subconcessão (30 de junho de 2024), circunstância que reduziu o interesse de potenciais interessados, adiando as suas decisões para além do horizonte de junho de 2024.

Para 2025 a estimativa é que o VN se situe na ordem dos 2,6 milhões de euros, tal como em 2026, prevendo-se a recuperação nos anos seguintes para 2,7 milhões de euros (2027) e 2,75 milhões de euros (2028).

Neste triénio 2026–2028 a empresa tem por objetivo a conclusão da renovação da oferta comercial da estação Alameda e a implementação de novos conceitos em duas outras estações principais da rede Metro, Marquês de Pombal e Campo Grande. Nesta última, a renovação da oferta comercial passa pela introdução do conceito de grande superfície dedicada ao comércio a retalho.

Para a Ferconsult, não se prevê atividade comercial, pelo que, por esse motivo, não há lugar a avaliação de eficiência operacional.

Importa referir que, para 2026, o ML considera nesta versão revista do PAO um aumento de capital no total de € 1.200.000, como medida de boa gestão, com vista a resolver as seguintes questões:

- A Ferconsult tem um processo de litígio com um prestador de serviços, devido ao atraso do pagamento de créditos com elevada antiguidade, por falta de liquidez;
- As contas da Ferconsult evidenciam estar perdida mais de metade do capital social, pelo que o ML, enquanto acionista, e para assegurar o cumprimento do previsto no art.º 35 do CSC, deverá tomar as medidas convenientes para resolução desta matéria, nomeadamente através da realização de capital.

VI. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A 27 de Março de 2024, o Estado, assumindo a posição de Concedente e de autoridade de transportes competente, celebrou com o ML um Aditamento ao Contrato de Concessão em vigor, reconhecendo ser necessário prorrogar o prazo de duração da concessão atribuída ao ML, E. P. E., até 1 de julho de 2030.

Assim, importa elencar os aspetos fundamentais da estrutura do modelo de remuneração pelas obrigações de serviço público prestados pelo ML, enquanto concessionário.

A remuneração do Concessionário compreende as seguintes componentes:

- Receitas não Tarifárias;
- Receitas Tarifárias;
- Remunerações Autónomas

Relativamente às remunerações Autónomas, conforme estipulado na cláusula 32.5 do Aditamento ao Contrato de Concessão, não produzem qualquer efeito financeiro antes da aprovação pelo Concedente das atividades desenvolvidas por sua conta, bem como da autorização da respetiva despesa nos termos da Lei. Assim, sendo o Plano de Atividades e Orçamento a base para a estimativa por trimestres a enviar até final de outubro, os valores presentes no PAO 2026-2028 revestem a informação que permite dar cumprimento à referida cláusula.

Compensação por cumprimento de OSP (COSP)

O apuramento da compensação por cumprimento das obrigações de serviço público (COSP) é obtido considerando os custos relacionados com a atividade operacional da empresa, os quais estão na esfera de ação do operador (Concessionário), e aos quais são deduzidos as receitas de operação (receitas tarifárias), posteriormente corrigidos pelo fator de eficiência (apenas por perda de eficiência), obtido através do quociente entre os rácios de Gastos Operacionais sobre o número de passageiros.km realizados no período.

Adicionalmente, o segundo termo da fórmula de cálculo do COSP pretende constituir um prémio de eficiência pelo melhor desempenho na gestão, sendo o eventual incremento desse resultado operacional partilhado em partes iguais.

Resulta ainda do Modelo de Remuneração proposto que seja aplicada uma penalização à variação do prémio de eficiência, resultado dos valores díspares que este pode vir a assumir, de acordo com o estimado pelo modelo financeiro proposto. Dessa forma, será subtraída ao prémio uma parcela constituída por 3% do quadrado da variação do resultado operacional, indexado à unidade de milhão, com o objetivo de normalizar o prémio de incentivo.

A fórmula de cálculo proposta contempla, portanto, por um lado a correção da compensação financeira por ineficiências da empresa, nomeadamente pela taxa de crescimento de gastos operacionais se esta se superiorizar à taxa de crescimento do indicador de passageiros.km e, por outro lado, a atribuição de um incentivo à gestão e à eficiência, adequadamente partilhados.

Para efeitos de elaboração do PAO 2026-2028, de acordo com os IPG e demais responsabilidades do ML, foram apurados os montantes relativos à COSP. No quadro abaixo detalham-se os termos do modelo de remuneração do contrato:

Quadro 35 – Estimativa do Modelo de Remuneração 2026-2028

COSP	ESTIMATIVA 31/12/2025	PAO 31/12/2026	PAO 31/12/2027	PAO 31/12/2028
Gastos Operacionais	-154 439 791	-175 762 454	-161 669 782	-162 784 640
Receita Operacional	126 788 444	134 911 270	144 551 234	160 322 610
"Défice Operacional"	-27 651 347	-40 851 184	-17 118 548	-2 462 030
Fator de Eficiência	0	0	0	0
Correção do fator de eficiência	0	0	0	0
Prémio de Eficiência (assumindo EBIT DR ajustada à Concessão)	0	0	0	0
Valor da compensação Serviço Público	27 651 347	40 851 184	17 118 548	2 462 030
Penalidades	0	0	0	0
Valor após Penalidades	27 651 347	40 851 184	17 118 548	2 462 030

Analisando o quadro com as estimativas do modelo, importa assinalar que:

- As previsões de gastos operacionais, em contraste com as previsões do PAO 2025-2027, incluem os gastos com amortizações e depreciações. Esta componente não foi considerada anteriormente dado que, aquando da elaboração das projeções financeiras constantes no Anexo IV ao Aditamento ao Contrato de Concessão, estava ainda em análise

a forma de afetação de financiamentos europeus e verbas nacionais aos ativos geridos pelo ML. Atualmente, com suporte em estudo elaborado por consultor externo para enquadramento da concretização do regime financeiro e contabilístico previsto no referido Aditamento, em apreciação pela ETF, resulta um conjunto de ativos afetos à concessão e financeiramente suportados pelo ML. Estes ativos geram, para o ano de 2025 e 2026, um valor estimado na rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” de 17,8 e 14,6 milhões de euros.

No quadro abaixo apresenta-se uma Demonstração de Resultados, ajustada ao cumprimento das obrigações de serviço público. Isto é, de acordo com os pressupostos que revestem o cálculo da compensação, segundo o aditamento, foi construída uma demonstração financeira ajustada, onde é apurado o valor anual da compensação devida ao ML.

Quadro 36 – Detalhe da Demonstração de Resultados ajustada ao apuramento da COSP

RENDIMENTOS E GASTOS	EST	ORÇ	ORÇ	ORÇ
	DEZ 2025	DEZ 2026	DEZ 2027	DEZ 2028
Vendas e Serviços Prestados	126 241 398,10 €	133 940 007,37 €	144 362 859,45 €	160 130 279,54 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos / perdas imputadas às subsidiárias, assoc e emp. conjuntos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	31 476,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 736 354,37 €	-6 746 175,00 €	-4 905 141,54 €	-4 997 317,73 €
Fornecimentos e serviços externos	-40 400 540,67 €	-52 401 438,19 €	-48 561 655,76 €	-50 121 386,88 €
Gastos com o pessoal	-91 612 823,42 €	-101 304 446,94 €	-102 877 873,16 €	-104 556 184,02 €
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos / reduções)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos / reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	515 569,48 €	971 262,37 €	188 374,50 €	192 330,36 €
Outros gastos e perdas	-852 495,42 €	-686 284,85 €	-657 759,77 €	-664 900,27 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-9 813 769,72 €	-26 227 075,24 €	-12 451 196,28 €	-17 179,00 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-17 837 577,03 €	-14 624 109,00 €	-4 667 352,00 €	-2 444 851,00 €
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-27 651 346,75 €	-40 851 184,24 €	-17 118 548,28 €	-2 462 030,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	-27 651 346,75 €	-40 851 184,24 €	-17 118 548,28 €	-2 462 030,00 €
Imposto sobre o rendimentos do exercício	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do exercício	-27 651 346,75 €	-40 851 184,24 €	-17 118 548,28 €	-2 462 030,00 €

Importa, por fim, relevar que a informação vertida relativamente à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público visa dar cumprimento às obrigações contratuais decorrentes do aditamento em vigor, nomeadamente no que respeita à cláusula 31.ª/4.

Remunerações Autónomas

Em cumprimento das obrigações decorrentes do Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado, o ML deve apresentar ao concedente a estimativa por trimestre para o ano de 2026 com o devido detalhe até ao final de outubro, em linha com o exposto no PAO 2026-2028.

Quadro 37 – Estimativa das Remunerações Autónomas 2026

Remunerações Autónomas	PAO	PAO	PAO	PAO	PAO	PAO
	1º Trimestre 2026	2º Trimestre 2026	3º Trimestre 2026	4º Trimestre 2026	2027	2028
Benefícios Pós emprego (+)	3 006 672 €	3 006 672 €	3 006 672 €	3 941 701 €	12 195 062 €	12 365 793 €
Investimento (+)	74 179 954 €	50 484 813 €	92 559 505 €	79 426 512 €	301 539 838 €	301 501 513 €
Investimento Financiado (-)	54 541 669 €	26 529 000 €	24 738 979 €	6 910 390 €	39 511 826 €	60 812 310 €
Grandes Reparações (+)	3 926 351 €	5 768 493 €	5 811 303 €	3 211 327 €	18 007 821 €	35 505 648 €
Serviço da Dívida (+)	- €	- €	- €	437 058 082 €	419 998 600 €	- €
Total	26 571 309 €	32 730 978 €	76 638 501 €	516 727 232 €	712 229 494 €	288 560 645 €

A informação elencada relativamente à componente das Remunerações Autónomas pretende responder à obrigação que decorre da cláusula 32.ª/5 do Aditamento ao Contrato de Concessão.

Quanto ao Modelo de Monitorização do Contrato, este compreende o Anexo 5 ao Aditamento que se divide em três partes.

A Parte I prevê um conjunto de indicadores de execução e fiscalização do Contrato – designados de Indicadores de Eficácia – de cujo cumprimento ou incumprimento poderão resultar penalidades:

- Disponibilidade da infraestrutura (DIF)

- Disponibilidade do material circulante (DMC)
- Disponibilidade das escadas mecânicas (DEM)
- Disponibilidade dos ascensores (DAS)
- Fiabilidade do serviço comercial (FSC)
- Regularidade (REG)
- A Parte II prevê o cálculo de penalidades em função dos desvios entre os valores constatados dos Indicadores de Eficácia e os valores-objetivo.
- A Parte III descreve as obrigações de reporte através de relatórios de eficácia do cumprimento contratual, bem como a periodicidade da sua comunicação.

Para o ano de 2026, prevê-se o cumprimento de todos os valores de referência para os indicadores que compõem o Anexo 5.

VII. PLANO DE INVESTIMENTOS

Em 2026 prevê-se que o Plano de Investimentos do ML atinja cerca de 317,1 milhões de euros (formação bruta de capital fixo) com o detalhe apresentado no quadro abaixo.

Quadro 38 – Plano de Investimentos 2026–2028 [1/3]

Investimentos	Notas	Unidade EUR				
		2025 PAO	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
1. Prolongamento Rato / Cais do Sodré	RCM 89/2023	55.785.835	45.429.332	51.006.777	125.155	0
434 - PACS		36.109.312	33.086.186	29.990.455	0	0
541 - Fundo Ambiental (SG)		19.676.524	12.343.146	21.016.322	125.155	0
VAL estimado (em €)						
2. Prolongamento S. Sebastião / Alcântara	RCM 31/2024	80.056.851	9.509.494	98.564.776	96.763.346	84.592.946
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	98.564.776	96.763.346	84.592.946
483 - PRR		80.056.851	0	0	0	0
483 - PRR (SG)		0	9.509.494	0	0	0
VAL estimado (em €)						
3. Projeto Modernização Sistema Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C	RCM 33/2024	53.269.701	22.898.945	46.026.352	5.886.672	11.678.976
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)			0	0	0	0
434 - PACS		0	22.898.945	29.731.962	5.886.672	0
541 - Fundo Ambiental		10.500.000	0	10.500.000	0	0
541 - Fundo Ambiental (SG)		6.686.979	0	5.794.391	0	11.678.976
713 - Financiamento ETF		36.082.722	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
4. Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	RCM 70/2025	70.233.174	199.660	30.981.876	126.208.523	135.554.322
31B - Transferências de RI - PRR		0	199.660	0	0	0
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)	31B	0	0	30.981.876	126.208.523	135.554.322
483 - PRR		70.233.174	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
5. Máquina Esmeriladora	PEE 736/2020	5.595.896	14.039	5.602.066	0	0
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	5.602.066	0	0
513 - Receita Própria		0	14.039	0	0	0
721 - Dotação de Capital		5.595.896	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	PEE 408/2024/2; PEE 775/2022	4.163.200	0	8.300.451	5.795.641	0
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	8.300.451	5.795.641	0
721 - Dotação de Capital		4.163.200	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	RCM 9/2007; SCEP 01/2024; SCEP 02/2024; SCEP 03/2024; PEE 293/2024 - Est A; PEE 352/2024 - Est AV	6.556.092	4.332.960	8.712.478	5.923.528	5.040.000
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	7.912.478	5.123.528	4.240.000
319 - GPIAAF Investimento (Ex PIDDAC)		0	700.000	800.000	800.000	800.000
513 - Receita Própria		0	3.632.960	0	0	0
721 - Dotação de Capital		6.556.092	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
8. Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software		2.650.550	771.218	2.546.036	2.780.000	3.280.000
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	2.546.036	2.780.000	3.280.000
513 - Receita Própria		0	771.218	0	0	0
721 - Dotação de Capital		2.650.550	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
9. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	PEE 668/2022; PEE 405/2024; SCEP 04 e 05/2023	10.171.250	923.363	10.281.319	5.779.578	8.989.691
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	10.281.319	5.779.578	8.989.691
513 - Receita Própria		0	923.363	0	0	0
721 - Dotação de Capital		10.171.250	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
10. Renov. Sist. vídeo e comunicação + SADI carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	PEE 768/2021	598.400	0	1.953.600	2.220.000	2.220.000
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	1.953.600	2.220.000	2.220.000
721 - Dotação de Capital		598.400	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
11. Sistema de Informação ao Cliente	PEE 37/2023	2.239.612	256.148	3.510.008	3.000.000	2.000.000
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	3.510.008	3.000.000	2.000.000
513 - Receita Própria		0	256.148	0	0	0
721 - Dotação de Capital		2.239.612	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
12. Central Fotovoltaica no PMO III		1.750.000	0	2.200.000	0	0
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	2.200.000	0	0
721 - Dotação de Capital		1.750.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
13. Remod. e Renovação de Instalações Sociais - Ampliação e Requalificação PMO III	SCEP 03/2023; SCEP 07/2023	0	7.370	236.950	2.675.942	6.213.659
318 - Remuneração Autônoma (Sec 8)		0	0	236.950	2.675.942	6.213.659
513 - Receita Própria		0	7.370	0	0	0
VAL estimado (em €)						

Quadro 39 – Plano de Investimentos 2026-2028 [2/3]

Investimentos	Notas	Unidade EUR				
		2025 PAO	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
14. Remodelação Geral de MAVT	SCEP 10/2023- PAEP 394_2024 Portaria n.º 610/2025/2	1.673.000	522.546	2.327.496	4.600.000	2.900.000
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	2.327.496	4.600.000	2.900.000
513 – Receita Própria		0	522.546	0	0	0
721 – Dotação de Capital		1.673.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
15. Aquisição de 24 UT	RCM 49/2025	15.881.303	6.704.055	15.686.908	33.500.000	49.133.333
434 – PACS		5.342.334	0	7.550.459	13.455.657	22.956.884
541 – Fundo Ambiental		8.073.395	371.055	6.333.000	6.333.000	6.333.000
541 – Fundo Ambiental (SG)		0	6.333.000	1.803.449	8.675.325	0
713 – Financiamento ETF		2.465.573	0	0	5.036.018	19.843.449
VAL estimado (em €)						
16. Central Fotovoltaica PMO II	SCEP 11/2023 – PAEP 40/2024	731.166	0	4.148.660	5.199.266	8.000
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	4.148.660	5.199.266	8.000
721 – Dotação de Capital		731.166	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
17. Substituição travessas de pinho – PMO II		117.693	0	1.100.000	825.000	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	1.100.000	825.000	0
721 – Dotação de Capital		117.693	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
18. Aquisição Draisine Grua	SCEP 7/2024	900.000	401	900.000	2.100.000	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	900.000	2.100.000	0
513 – Receita Própria		0	401	0	0	0
721 – Dotação de Capital		900.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
19. Empreitada de Manutenção Sistemas de Iluminação das estações		715.960	14.685	825.648	650.700	656.514
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	825.648	650.700	656.514
513 – Receita Própria		0	14.685	0	0	0
721 – Dotação de Capital		715.960	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
20. Remodelação da Estação Marquês de Pombal		1.332.000	16.762	1.510.943	253.165	8.706.661
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	1.510.943	253.165	8.706.661
513 – Receita Própria		0	16.762	0	0	0
721 – Dotação de Capital		1.332.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
21. Conversores de Tração ML90		0	0	2.400.000	3.300.000	3.300.000
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	2.400.000	3.300.000	3.300.000
VAL estimado (em €)						
22. Projeto Normalização Imagem ML	SCEP 2/2022	624.627	0	1.026.047	778.977	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	1.026.047	778.977	0
721 – Dotação de Capital		624.627	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
23. SADI – Estações + Edifícios	PEE 768/2021	877.490	124.852	448.983	1.227.500	1.085.000
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	448.983	1.227.500	1.085.000
513 – Receita Própria		0	124.852	0	0	0
721 – Dotação de Capital		877.490	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
24. Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)		650.000	18.445	1.068.445	1.071.000	1.092.420
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	1.068.445	1.071.000	1.092.420
513 – Receita Própria		0	18.445	0	0	0
721 – Dotação de Capital		650.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
25. CITY + Sistemas de Detecção de Descida à Via		614.000	596	50.000	50.000	50.000
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	50.000	50.000	50.000
513 – Receita Própria		0	596	0	0	0
721 – Dotação de Capital		614.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
26. Empreitada de Vias de inversão da estação Alameda e Bela Vista		414.600	0	471.333	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	471.333	0	0
721 – Dotação de Capital		414.600	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
27. Empreitada EPAL S.Sebastião		220.800	0	122.750	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	122.750	0	0
721 – Dotação de Capital		220.800	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
28. Implementação de Sistemas de Otimização do Invest. Sustentável		380.000	0	650.000	270.000	215.000
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	650.000	270.000	215.000
721 – Dotação de Capital		380.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
29. Obra de reabilitação do edifício FPM		450.000	0	416.667	1.666.667	1.666.667
513 – Receita Própria		0	0	416.667	1.666.667	1.666.667
721 – Dotação de Capital		450.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
30. Reabilitação Campo Grande		686.812	0	447.656	1.141.834	3.456.819
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	447.656	1.141.834	3.456.819
721 – Dotação de Capital		686.812	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						

Quadro 40 – Plano de Investimentos 2026-2028 [3/3]

Investimentos	Notas	Unidade: EUR				
		2025 PAO	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
31. Reabilitação Colégio Militar – 2ª Fase		815.997	0	1.908.074	1.511.291	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	1.908.074	1.511.291	0
721 – Dotação de Capital		815.997	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
32. Reabilitação de Interiores ML_90_95		0	0	240.000	2.160.000	3.840.000
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	240.000	2.160.000	3.840.000
721 – Dotação de Capital						
VAL estimado (em €)						
33. Reabilitação do edifício da Barbosa du Bocage		150.000	108.363	96.313	0	0
513 – Receita Própria		0	108.363	96.313	0	0
721 – Dotação de Capital		150.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
34. Reabilitação Estação Odiveiras	SCEP 17/2021	0	0	0	25.875	622.500
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	0	25.875	622.500
VAL estimado (em €)						
35. Remodelação Esquadra PSP da Estação do Marquês de		410.000	0	490.000	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	490.000	0	0
721 – Dotação de Capital		410.000	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
36. Remodelação Posto de Tração PMO II		0	0	0	318.458	199.167
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	0	318.458	199.167
VAL estimado (em €)						
37. Aquisição/instalação de torno de rodas em fossa e sistema de medição automático de rodas no PMO III	PEE 804/2021	0	0	1.037.801	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	1.037.801	0	0
VAL estimado (em €)						
38. Substituição das lâmpadas da sinalização por lâmpadas		0	0	800.000	800.000	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	800.000	800.000	0
VAL estimado (em €)						
39. Aquisição de peças sobresselentes para aparelhos de via		0	0	386.000	298.000	196.060
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	386.000	298.000	196.060
VAL estimado (em €)						
40. Upgrade da rede telefónica do ML		0	0	800.000	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	800.000	0	0
VAL estimado (em €)						
41. Empreitada de substituição de ventiladores		0	0	354.000	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	354.000	0	0
VAL estimado (em €)						
42. Remodelação dos quadros elétricos ABB dos postos de ventilação		0	0	350.000	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	350.000	0	0
VAL estimado (em €)						
43. Fornecimento/instalação de unidades remotas de telecomando		0	0	450.000	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	450.000	0	0
VAL estimado (em €)						
44. Aquisição de máquina de lavagem de comboios para o		0	0	350.000	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	350.000	0	0
VAL estimado (em €)						
45. Outros Investimentos		4.098.321	4.161.312	5.118.230	2.308.210	1.976.094
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	5.094.828	2.308.210	1.976.094
513 – Receita Própria		0	4.161.312	23.402	0	0
721 – Dotação de Capital		4.098.321	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		4.098.321	0	0	0	0
Aumento de Capital Ferconsult		0	0	1.200.000	0	0
721 – Dotação de Capital		0	0	1.200.000	0	0
Upgrade unidades remotas telecomando – Subestações de Tração	Projeto apenas no PAO 2025	287.575	74.040	0	0	0
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)		0	0	0	0	0
513 – Receita Própria		0	74.040	0		
721 – Dotação de Capital		287.575	0	0	0	0
VAL estimado (em €)						
Total investimento		325.101.905 €	96.088.585 €	317.104.641 €	321.214.325 €	338.673.828 €
Total financiamento		325.101.905 €	96.088.585 €	317.104.641 €	321.214.325 €	338.673.828 €

Nota: A desagregação da execução económica de 2025 por fonte de financiamento (estimativa) tem por base informação a reportar à Entidade Orçamental (EO), relativa ao apuramento do Saldo de Gestão de 2025.

O plano de investimentos para 2026-2028 ascende a 977 milhões de euros, dos quais 317 milhões de euros a realizar em 2026 (32,5%), 321 milhões de euros em 2027 (32,9%) e 339 milhões de euros em 2028 (34,7%). Detalham-se abaixo os projetos mais relevantes:

Linha Circular (Prolongamento Rato/Cais do Sodré)

O Projeto de Prolongamento Rato/Cais do Sodré, cuja obra se iniciou durante o 1.º trimestre de 2021, após a consignação do Lote 1 em agosto de 2020, tem previsão de abertura à exploração no quarto trimestre de 2026.

O valor de investimento estimado para 2026 é de 51 milhões de euros, prevendo-se neste ano assessorias diversas (estudos, arqueologia, jurídicas, modelo avaliação propostas, risco, comunicação), bem como a continuação de contratos vigentes a nível de revisão de projeto, acabamentos e sistemas, fiscalização e revisão de preços. Para 2027 prevêem-se assessorias e fiscalização.

Expansão da Linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião / Alcântara

O Projeto de Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara contempla um contrato do tipo conceção/construção que se encontra em execução, ou seja, encontra-se em curso a fase de conceção desde 22 de maio de 2024 (anteprojeto concluído, iniciado o projeto de execução que se prevê concluir até à primeira consignação dos trabalhos). Prevê-se que o início dos trabalhos de construção civil ocorra até ao final do primeiro semestre de 2026. A abertura à exploração está prevista para o último trimestre de 2029.

O valor de investimento estimado para o triénio é de 279,9 milhões de euros. Durante o ano de 2026, os trabalhos a desenvolver serão serviços especializados (revisão de projeto, fiscalização e assessorias várias), expropriações e empreitada, no total de 98,6 milhões de euros; para o ano de 2027, está previsto o montante de 96,8 milhões de euros para serviços especializados e empreitada geral; o ano de 2028 contempla a verba de 84,6 milhões de euros.

No âmbito da revisão para a simplificação do PRR, verificou-se não ser possível garantir a execução física deste projeto na data-limite para a conclusão dos marcos e das metas definidas. Por conseguinte foi proposto pelo Estado Português retirar do PRR o mencionado investimento, o que veio a ser aprovado pelo Conselho da União Europeia, conforme decisão de execução n.º 15796/25, de 04/12/2025. Com a saída deste investimento, o ML fica sem beneficiar de qualquer apoio no âmbito dos investimentos financiados pelo PRR, pelo que se tornará necessário proceder à restituição dos montantes recebidos.

Projeto Modernização Sistema Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C

Ao longo do triénio, continuará o projeto de aquisição e instalação de um sistema de sinalização CBTC nas Linhas Azul, Amarela e Verde (incluindo equipamento embarcado CBTC em 70 das 111 UT existentes) e aquisição de 14 novas UT equipadas com nova sinalização, aprovado em RCM n.º 45/B-2021 de 28 de Abril.

Metro Ligeiro de Superfície Loures/ Odivelas

A RCM n.º 70/2025, de 25 de março, autorizou a extensão do prazo de execução deste investimento até 2029 e a realização de despesa adicional no valor máximo de 150,2 milhões de euros face ao constante na RCM n.º 155/2023, de 27 de novembro, sendo assim o valor global previsto para a totalidade do projeto de 667,5 milhões de euros.

A 15 de abril de 2025 foi lançado o novo procedimento de concurso público internacional (tendo o primeiro sido lançado em março de 2024), para a contratação da empreitada de conceção e construção da infraestrutura do sistema de metro ligeiro e do reordenamento urbano envolvente, fornecimento de 12 veículos tipo LRV (*Light Rail Vehicle*) e a prestação de serviços de manutenção da infraestrutura ferroviária e dos veículos, durante os primeiros três anos de operação do sistema de transporte.

Em 30 de julho de 2025 foi elaborado o relatório preliminar sobre a análise e avaliação das propostas. O relatório final ainda não foi elaborado dado que, em setembro de 2025, o ML foi notificado pela Comissão Europeia (CE) para fornecer informação acerca dos concorrentes e respetivos subcontratados, assim como em relação a decisões tomadas no processo de concurso, no âmbito das exigências resultantes do Regulamento (UE) n.º 2022/2560, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativo a subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno.

Após o fornecimento dessas informações, o ML foi notificado de que, em novembro de 2025, a CE decidiu, ao abrigo do disposto naquele Regulamento, iniciar uma investigação aprofundada depois de ter considerado existirem indícios de que a subcontratada anunciada por um dos agrupamentos concorrentes teria recebido subvenções estrangeiras suscetíveis de distorcer o mercado interno.

No âmbito deste procedimento de investigação, o ML teve várias interações com a CE para a prestação de informações, em cumprimento dos deveres de cooperação a que se encontra adstrito. No decurso do procedimento de investigação aprofundada acerca da eventual distorção do mercado, não pode haver lugar à tomada da decisão de adjudicação no concurso da Linha Violeta, sendo que a CE dispõe de um prazo de 110 dias úteis para concluir o procedimento de investigação.

Estima-se para o triénio uma verba de 292,7 milhões de euros. Durante o ano de 2026, os trabalhos a desenvolver serão serviços especializados (revisão de projeto, fiscalização e assessorias várias), expropriações e desenvolvimento dos trabalhos da empreitada de conceção/construção, no total de 31 milhões de euros; para o ano de 2027, está previsto o montante de

126,2 milhões de euros para serviços especializados e empreitada geral; para o ano de 2028 prevê-se a verba de 135,5 milhões de euros.

No âmbito da revisão para a simplificação do PRR, verificou-se não ser possível garantir a execução física deste projeto na data-limite para a conclusão dos marcos e das metas definidas. Por conseguinte foi proposto pelo Estado Português retirar do PRR o mencionado investimento, o que veio a ser aprovado pelo Conselho da União Europeia, conforme decisão de execução n.º 15796/25, de 04/12/2025. Com a saída deste investimento, o ML fica sem beneficiar de qualquer apoio no âmbito dos investimentos financiados pelo PRR, pelo que se tornará necessário proceder à restituição dos montantes recebidos.

Aquisição de Máquina Esmeriladora

Equipamento essencial à realização das tarefas de reperfilagem do carril de rolamento e eliminação do desgaste ondulatório, com um custo estimado de 5,6 milhões de euros.

Remodelação da estação Cais do Sodré

Projeto de reabilitação da estação, nas vertentes de reparação de patologias existentes, atualização de infraestruturas de baixa-tensão, telecomunicações obsoletas e fora de serviço, incluindo sistemas de conforto e refrescamento geral de instalações, no valor global de 14,1 milhões de euros em 2026 e 2027.

Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades (PNPA)

Este projeto visa dotar todas as estações da rede ML com meios mecânicos acessíveis a pessoas de mobilidade reduzida. O projeto insere-se num vasto plano de adaptação e modernização das estações que o ML tem vindo a concretizar, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” estabelecido no DL 163/2006, de 8 de Agosto.

Com um investimento previsto de 19,7 milhões de euros no triénio, estão atualmente em curso (com previsão de conclusão em 2025) os trabalhos em Campo Pequeno, Picoas, Intendente, Martim Moniz e Praça de Espanha. Há previsão de início, no triénio, dos trabalhos nas estações Anjos, Avenida, Jardim Zoológico, Laranjeiras, Alto dos Moinhos, Parque e Baixa Chiado.

Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software

Com um custo estimado de 8,6 milhões de euros no triénio, este projeto tem como objetivo melhorar a performance no acesso aos sistemas de informação e disponibilizar um ambiente aplicacional mais atualizado que permitirá melhorar a qualidade e a rapidez no acesso à informação, quer interna quer externa, assim como dotar a empresa das ferramentas de *hardware* e *software* que permitam melhorar processos de trabalho, tornando-os mais automatizados e eficazes. Destaca-se a implementação de um novo sistema de Gestão Documental, a evolução das plataformas de produtividade individual e a evolução do sistema SAP para plataforma SAP 4/HANA.

Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores)

O projeto de substituição das escadas mecânicas, ascensores e tapetes de várias estações da rede ML tem como valor de investimento estimado 25,1 milhões de euros para o triénio. Prevê-se para 2026 o início dos trabalhos de substituição dos elevadores das estações Odivelas, Oriente, Pontinha, Restauradores e Rossio e das escadas mecânicas das estações Alameda, Odivelas, Oriente, Terreiro do Paço e Parque. Para o triénio, prevê-se ainda a intervenção nos elevadores das estações Olaias, Rato, Santa Apolónia, Senhor Roubado, Terreiro do Paço, Alvalade, Amadora Este, Cabo Ruivo, Lumiar e Telheiras e nas escadas mecânicas de Chelas, Olaias e Olivais.

Renovação do Sistema de vídeo e comunicação + SADI carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)

Com um custo estimado no triénio de 6,4 milhões de euros, este projeto destina-se à substituição de tecnologia e funcionalidades obsoletas, permitindo a melhoria do sistema de videovigilância dos salões e transmissão de imagem à consola do maquinista e ao PCC, bem como de intercomunicação entre os salões e a cabine do maquinista e do PCC com os comboios.

Sistema de Informação ao Cliente

Este projeto tem como objetivo a digitalização de informação ao Cliente através da Instalação de sistema central de gestão de informação e de equipamentos digitais e de megafonia nas estações e material circulante. Assegurar-se-á a transmissão de informação digital (imagem e som), de âmbito comercial e operacional, em tempo real na rede de estações, estimando-se que o custo global no triénio seja de 8,5 milhões de euros.

Remodelação e Renovação de Instalações do PMOIII

Este projeto compreende a ampliação, adaptação e modernização dos edifícios do PMO III, dando também resposta às necessidades de reabilitação e reparação de patologias e à materialização de projetos de melhoria das instalações do edifício administrativo (cozinha, bar, refeitório, piso 0, 1 e 2). Prevê também a reabilitação e melhoria das instalações do CCDTML,

Comissão dos trabalhadores e Sindicato, bem como a alteração das portarias e reabilitação dos muros exteriores e dos arranjos exteriores. O valor global estimado deste investimento para o triénio é de 9,1 milhões de euros.

Remodelação Geral de MAVT

Tendo em conta o estado de obsolescência, o elevado grau de desgaste e a necessidade de implementar novas funcionalidades nas máquinas automáticas de venda de títulos de transporte (MAVT), a maioria em operação há 20 anos, é necessário adquirir novos equipamentos para substituição dos antigos, estimando-se um custo de 9,8 milhões de euros no triénio.

Aquisição de 24 Unidades Triplas

Tendo em conta os desafios atuais, decorrentes desde logo da necessidade de substituição do material circulante em fim de ciclo de vida, assim como do alargamento e expansão da rede do ML atualmente em curso, torna-se necessário realizar os investimentos indispensáveis para a aquisição de 24 UT, tendo em vista a substituição e o reforço do material circulante afeto à rede do ML. A RCM n.º 122/2023 autorizou a despesa até ao montante global de 140 milhões de euros.

Central Fotovoltaica PMO II

Com o objetivo de reduzir o consumo de energia do ML, encontra-se em estudo a construção de um Cobertura Metálica sobre as Vias de Estacionamento das Composições e Instalação de Central Fotovoltaica nas Instalações do PMO II, com o custo estimado de 9,4 milhões de euros no triénio. Nesta verba está incluído a elaboração e a revisão do projeto, a obra de montagem e instalação da central e a sua fiscalização.

Remodelação da Estação Marquês de Pombal

Este projeto consiste na remodelação da estação nas vertentes de reparação de patologias existentes, bem como na atualização de infraestruturas de Baixa Tensão e Telecomunicações obsoletas e fora de serviço, incluindo sistemas de conforto e refrescamento geral de instalações. O custo estimado é de 10,5 milhões de euros no triénio, que inclui a elaboração do projeto de execução, a obra e as assessorias técnicas (revisão de projeto e fiscalização da obra).

Conversores de tração

A necessidade de substituição dos sistemas de alimentação elétrica da frota ML90 deve-se às características tecnológicas e à obsolescência dos seus equipamentos. Os conversores de tração, inseridos na cadeia de tração e controlo do comboio, são fundamentais para a continuidade da operação durante o restante tempo de vida das unidades da série ML90. Estima-se um investimento de 9 milhões de euros, a ser realizado em três anos.

Reabilitação Campo Grande

Intervenção na cobertura da estação do Campo Grande. O valor estimado para o investimento é de 5,05 milhões de euros no triénio, valor que contempla a elaboração do projeto, a execução da obra e as assessorias técnicas (revisão do projeto e fiscalização).

Aumento capital Ferconsult

A Ferconsult, SA é uma empresa 100% detida pelo ML. Face ao acumulado de resultados deficitários que a empresa apresentou foi autorizada a integração dos seus trabalhadores no ML, em dezembro de 2020. A empresa mantém-se apenas como veículo instrumental como parte integrante dos TREM e TREM II – Aluguer de Material Circulante.

A Ferconsult tem um processo de litígio com um prestador de serviços, devido ao atraso do pagamento de créditos com elevada antiguidade, por falta de liquidez.

Por outro lado, as contas da Ferconsult evidenciam estar perdida mais de metade do capital social, pelo que o ML, enquanto acionista, deverá tomar as medidas convenientes para resolução desta matéria, nomeadamente através da realização de capital.

Com o objetivo de regularizar a situação do capital próprio negativo, para assegurar o cumprimento do previsto no art.º 35 do CSC, e de chegar a acordo com o prestador de serviços credor, com a maior brevidade possível, é necessário efetuar um aumento de capital na Ferconsult, no montante de € 1.200.000, como medida de boa gestão.

Os restantes projetos são investimentos relacionados com as necessidades correntes do ML, essenciais à continuidade da atividade da empresa e emergentes do desgaste usual quer de edifícios quer de equipamentos.

O quadro seguinte apresenta um resumo da cobertura estimada do plano de investimentos.

Quadro 41 – Fontes de financiamento de investimentos (ótica económica)

Unidade: 10³ €

Cobertura financeira	2025	2026	2027	2028	TOTAL 2026-2028	TOTAL
318 – Remuneração Autónoma (Sec 8)	0	201.848	279.236	275.395	756.479	756.479
319 – GPIAAF Investimento (Ex PIDDAC)	700	800	800	800	2.400	3.100
31B – Transferências de RI – PRR	200	0	0	0	0	200
434 – PACS	55.985	67.273	19.342	22.957	109.572	165.557
483 – PRR	0	0	0	0	0	0
483 – PRR (SG)	9.509	0	0	0	0	9.509
513 – Receita Própria	10.647	536	1.667	1.667	3.870	14.517
541 – Fundo Ambiental	371	16.833	6.333	6.333	29.499	29.870
541 – Fundo Ambiental (SG)	18.676	28.614	8.800	11.679	49.094	67.770
713 – Financiamento ETF	0	0	5.036	19.843	24.879	24.879
721 – Dotação de Capital	0	1.200	0	0	1.200	1.200
TOTAL	96.089	317.105	321.214	338.674	976.993	1.073.081

QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Quadro 42 – Autorizações requeridas

Autorizações necessárias	Fundamentação	Normativo aplicável	Página do PAO correspondente
Planificação de recursos humanos	Necessidades de recrutamento externo	Artigo 138.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março Mapa de Pessoal, assinado pela Tutela	Pág.ª 20 Pág.ª 76
Dispensa UTE	Serviço de Transporte e Tratamento de valores Garantias bancárias Custódia de Títulos Compra de moeda estrangeira Contratos de <i>leasing</i> , <i>factoring</i> e afins	N.º 6, do artigo 13.º, da Lei n.º 45-A/2024, conjugado com o disposto pelo n.º 5, do artigo 97º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025	Pág.ª 47
Otimização dos Gastos Operacionais	O aumento dos Gastos Operacionais prende-se sobretudo com o aumento dos gastos com pessoal detalhado no ponto 4. Gastos com Pessoal. Adicionalmente, o peso dos gastos com fornecimentos e serviços externos para 2026 cresce impulsionado dos gastos com conservação e reparação, bem como trabalhos especializados. Estes gastos estão diretamente relacionados com serviços essenciais à segurança de pessoas e bens, que o ML considera indispensável à prestação de um serviço público de qualidade e único na mobilidade urbana na área metropolitana de Lisboa. Importa assinalar que, apesar dos gastos sofrerem adicionalmente o efeito da inflação, do lado da receita, esta apenas varia com o número de passageiros transportados, já que o ML não tem autonomia quanto à gestão das tarifas.	Alínea b) Gastos Operacionais, do Ponto 2. Orientações financeiras para o triénio 2026-2028, Apêndice – Elaboração da proposta de PAO 2026-2028, das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Setor Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS.	Pág.ª 28
Contratações ao abrigo do PRR	As contratações visam satisfazer as necessidades temporárias do Metropolitano de Lisboa, que se prendem com a execução dos projetos INVESTIMENTO TC-C15-i01 “Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara” e INVESTIMENTO TC-C15-i03 “Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures”	Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021	Pág.ª 50

VIII. OUTROS

1. Unidade de Tesouraria do Estado

Foi autorizado, pelo IGCP, através da Ref.º EU: SGC 144/2024 de 14/11/2024, o excecionamento da Unidade de Tesouraria devido ao objeto da atividade da empresa implicar a existência de determinadas operações de tesouraria que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar.

2. Portarias de Extensão de Encargos

Dando cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e respetivas alterações, foram emitidas Portarias de Extensão de Encargos que autorizam a realização de despesas plurianuais, nomeadamente:

- **Portaria n.º 736/2020, de 15 de dezembro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., a efetuar a reprogramação dos encargos relativos à aquisição de máquina pesada de esmerilagem de carril de rolamento
- **Portaria n.º 768/2021, de 16 de dezembro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição e instalação de sistema de videovigilância (CITV) e sistema de extinção de incêndios (SADI) para o material circulante do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 804/2021, de 24 de dezembro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de um torno de rodas atlas para a manutenção do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
- **Portaria n.º 668/2022, de 06 de setembro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Empreitada de modernização das escadas mecânicas 2, 4 e 6 e substituição das escadas mecânicas 9 a 12 da estação Baixa-Chiado das linhas Azul e Verde do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 37/2023, de 27 de janeiro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., entidade pública reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de um sistema central de gestão da informação ao cliente do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 38/2023, de 27 de janeiro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., entidade pública reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de serviços de vigilância e segurança para toda a rede do Metropolitano de Lisboa, e para guarnecimento das portarias, realização de rondas específicas em edifícios e PMO do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 118/2023, de 08 de março**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de serviços de limpeza nos edifícios, instalações técnicas, oficinas e material circulante do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 293/2024, de 16 de fevereiro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Execução de intervenções para a garantia de acessibilidades a pessoas de mobilidade reduzida da Estação Anjos, da Linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 352/2024, de 27 de fevereiro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Execução de Intervenções para a Garantia de Acessibilidades a Pessoas de Mobilidade Reduzida da Estação Avenida da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.

- **Portaria n.º 405/2024, de 21 de março**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Empreitada de substituição de escadas mecânicas das Estações Alameda, Terreiro do Paço, Odivelas, Parque e Oriente do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 408/2024, de 21 de março**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Entidade Pública Reclassificada, a proceder à reprogramação financeira e temporal e à repartição dos encargos relativos ao contrato de Empreitada para a reabilitação estrutural da Estação do Cais do Sodré, da Linha Verde do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 410/2024, de 21 de março**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., a realizar a despesa e a proceder à repartição dos encargos relativos a todos os estudos, levantamentos e demais trabalhos acessórios tendo em vista a contratação do prolongamento da rede do Metro do Sul do Tejo à Costa de Caparica.
- **Portaria n.º 46/2025/1, de 20 de fevereiro**
Estabelece a atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços com duração plurianual.
- **Portaria n.º 220/2025/2, de 27 de março**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., a proceder à repartição de encargos plurianuais relativos ao contrato para serviço de manutenção completa para 22 escadas mecânicas e 6 elevadores, com serviços complementares de gestão da operação, gestão de reclamações e interface com os clientes e gestão das inspeções periódicas.
- **Portaria n.º 399/2025/2, de 04 de junho**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., a assumir encargos plurianuais relativos ao contrato para Aquisição de serviços para implementação de um novo sistema de gestão documental do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 608/2025/2, de 30 de outubro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato para a Empreitada de construção de cobertura metálica sobre as vias de estacionamento das composições e instalação de Central Fotovoltaica nas Instalações do PMO II.
- **Portaria n.º 609/2025/2, de 30 de outubro**
Autoriza Metropolitano de Lisboa, E. P. E. a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) para as instalações do Metropolitano de Lisboa, E. P. E. designadamente linhas, parques oficiais e edifícios administrativos.
- **Portaria n.º 610/2025/2, de 30 de outubro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E. a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de 166 Máquinas de Venda Automáticas de Títulos (MAVT) para substituição das atuais em toda a rede do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Portaria n.º 780/2025/2, de 19 de dezembro**
Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E. P. E., a assumir os encargos plurianuais relativos ao contrato para a «Aquisição de serviços para fornecimento de refeições e ceias e exploração de cafetarias nas instalações do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.».

3. Resoluções do Conselho de Ministros

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2023, de 4 de agosto**
Autoriza a reprogramação dos encargos plurianuais relativos ao Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa — Prolongamento das Linhas Amarela e Verde — Rato-Cais do Sodré.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2024, de 1 de março**
Autoriza a reprogramação dos encargos plurianuais relativos à expansão da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2024, de 1 de março**
Autoriza a alteração da fonte de financiamento dos investimentos previstos no contrato de aquisição do sistema de sinalização de material circulante.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-D/2024, de 28 de março**
Autoriza a despesa relativa à compensação financeira a atribuir pelo Estado ao Metropolitano de Lisboa, no âmbito das obrigações de serviço público.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2025, de 17 de março**
Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2023, de 9 de outubro, determinando a redistribuição da despesa relativa à aquisição de 24 novas unidades para o Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2025, de 25 de março**
Autoriza a despesa adicional relativa à Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, entre Loures e Odivelas.

4. Despachos

- **Despacho n.º 4956/2024, de 7 de maio – Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças**
Autorização para assunção de compromissos plurianuais.
- **Despacho n.º 1103-B/2025, de 23 de janeiro – Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças**
Orientações sobre a política salarial a adotar no setor empresarial do Estado em 2025.
- **Despacho n.º 1386/2025, de 30 de janeiro – Gabinete da Secretária de Estado da Mobilidade**
Delega no conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., com faculdade de subdelegação, as competências necessárias para a prática de todos os atos subsequentes no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-B/2021, de 28 de abril.
- **Despacho n.º 1387/2025, de 30 de janeiro – Gabinete da Secretária de Estado da Mobilidade**
Delega no conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., com faculdade de subdelegação, as competências necessárias para a prática de todos os atos subsequentes no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2023, de 9 de outubro
- **Despacho n.º 1388/2025, de 30 de janeiro – Gabinete da Secretária de Estado da Mobilidade**
Delega no conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., com faculdade de subdelegação, as competências necessárias para a prática de todos os atos subsequentes no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2018, de 13 de dezembro.
- **Despacho n.º 1389/2025, de 30 de janeiro – Gabinete da Secretária de Estado da Mobilidade**
Delega no conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., com faculdade de subdelegação, as competências necessárias para a prática de todos os atos subsequentes no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2022, de 29 de dezembro, posteriormente alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2024, de 22 de fevereiro.
- **Despacho n.º 4108/2025, de 01 de abril – Gabinete da Secretária de Estado da Mobilidade**
Delega no conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., com faculdade de subdelegação, as competências necessárias para a prática de todos os atos subsequentes no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2023, de 27 de novembro, posteriormente complementada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2025, de 10 de março.
- **Despacho n.º 13215/2025, de 11 de novembro – Gabinete da Secretária de Estado da Mobilidade**
Subdelega no Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E. P. E., os poderes para a prática de vários atos.
- **Despacho n.º 1920/2026, de 16 de fevereiro – Gabinete da Secretária de Estado da Mobilidade**
Subdelega no Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E. P. E., poderes para a prática de vários atos.

5. Contratações ao abrigo do PRR

Ao abrigo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, foram contratados em 2023, três trabalhadores para acompanhamento da execução dos projetos INVESTIMENTO TC-C15-i01 “Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara” e INVESTIMENTO TC-C15-i03 “Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures”, aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e objeto de dois contratos de financiamento celebrados entre a Estrutura de Missão “RECUPERAR PORTUGAL” e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. a 17 de setembro de 2021.

IX. ANEXOS

1. Parecer do Órgão de Fiscalização

Revisor Oficial de Contas



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO REFERENTES A 2026

1. Introdução

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., (adiante também designado por "Entidade" ou "ML"), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, compete ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre os planos anual e plurianual de atividades.

Por outro lado, na Carta-convite do procedimento concursal que conduziu à nossa nomeação como Revisor Oficial de Contas previu-se, no ponto 1.2. referente ao objeto, entre outras funções, a elaboração de relatórios sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) do ML.

Visando dar cumprimento à obrigação acima identificada, procedemos à revisão do Plano de Atividades e Orçamento para 2026, contidos no documento subscrito pelo Conselho de Administração que compreendem o Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026-2028, o Plano de Investimentos anual e plurianual e as demonstrações financeiras previsionais relativas a 2026, 2027 e 2028, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto III do citado documento.

O PAO para 2026-2028 em apreciação, constitui uma segunda versão, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 6 de maio de 2026, substituindo a versão que havia sido aprovada em reunião do Conselho de Administração de 3 de dezembro de 2025.

Por sua vez, este nosso parecer substitui o emitido em 5 janeiro de 2026.

2. Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos previsionais de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação dos IPG, bem como a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam.

Estes IPG são preparados nos termos das disposições estatutárias e legais, designadamente da alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos do ML e do artigo 43.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Em conformidade com o n.º 6 do Art.º 39.º do RJSPE, as orientações específicas para preparação dos IPG para 2026, foram transmitidas pela Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).

3. Responsabilidades do auditor sobre os instrumentos previsionais de gestão

A nossa responsabilidade consiste em:

- i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos IPG;



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

- ii) verificar se os IPG foram preparados de acordo com os pressupostos e foram observadas as orientações da ETF; e
- iii) concluir sobre se a apresentação dos IPG é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3400 – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

4. Análise efetuada

4.1. Plano de Atividades

Para o triénio 2026-2028, o ML estabeleceu como grandes linhas de atuação e objetivos estratégicos:

- Promover ativamente em articulação com os outros operadores e partes interessadas, a satisfação dos Clientes da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa promovendo uma experiência de viagem agradável e inclusiva aos Clientes;
- Apostar na Inovação e na Transformação Digital;
- Planejar os ativos do futuro e valorizar os ativos existentes;
- Estar na vanguarda da Sustentabilidade Energética, Ambiental e Social;
- Assegurar a Sustentabilidade Financeira;
- Promover o Bem-Estar e a Motivação dos Trabalhadores, garantindo uma continuada modernização da Cultura Empresarial.

Na prossecução dos objetivos acima expostos foi celebrado um Aditamento ao Contrato de Concessão, assinado em 27 de março de 2024 entre o Estado Português e o ML e que teve visto prévio do Tribunal de Contas em 15 de julho de 2024. O referido aditamento, entre outros aspetos, prorroga o prazo de duração da concessão atribuída ao ML por mais seis anos, até 1 de julho de 2030, e clarifica a titularidade das infraestruturas ferroviárias de forma a responder às recomendações do Tribunal de Contas, bem como cria um mecanismo de equilíbrio de remuneração, que compense financeiramente o ML pelo cumprimento das obrigações de serviço público contratadas.

Assim, importa elencar os aspetos fundamentais da estrutura do modelo de remuneração pelas obrigações de serviço público prestados pelo ML, enquanto concessionário.

A remuneração do Concessionário compreende as seguintes componentes:

- Receitas não tarifárias;
- Receitas tarifárias;
- Remunerações autónomas.

Relativamente às remunerações autónomas, conforme estipulado na cláusula 32.5 do Aditamento ao Contrato de Concessão, não produzem qualquer efeito financeiro antes da aprovação pelo Concedente das atividades desenvolvidas por sua conta, bem como da autorização da respetiva despesa nos termos da lei. Assim, sendo o Plano de Atividades e Orçamento a base para a estimativa por trimestres, os valores presentes no PAO 2026-2028 relativos a investimento e grandes reparações em Infraestruturas Ferroviárias e Material Circulante, serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego, revestem informação que permite ao Concedente dar cumprimento à cláusula referida.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

Para efeitos de elaboração do PAO 2026-2028, em linha com os IPG, foram considerados os valores de compensação por cumprimento das obrigações de serviço público (COSP) para os exercícios de 2026 a 2028 presentes no contrato celebrado com o Concedente.

De salientar que, no referido "Aditamento", está prevista uma remuneração do Concessionário (o ML), que compreende, designadamente, as "Remunerações Autónomas" e a "Compensação por cumprimento de obrigações do serviço público". A componente "Remunerações Autónomas" visa compensar as despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Estado, nomeadamente os encargos assumidos pelo ML com os benefícios pós-emprego, enquanto a "Compensação por cumprimento das obrigações de serviço público" assenta em indicadores de eficiência que relacionam os resultados obtidos com os meios empregues para os obter.

Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2024, do Regulamento n.º 1362-C/2023, o qual procedeu à 6.ª alteração ao Regulamento n.º 278-A/2019, a metodologia de repartição da receita, gerada pela venda dos passes Navegante e a respetiva compensação tarifária, passou a ser realizada de acordo com a utilização mensal dos serviços de cada operador, medida em passageiros quilómetros (Pass.km), atendendo ao número de quilómetros que um determinado número de passageiros percorre em cada operador de transporte público.

Na elaboração do PAO 2026-2028, prevê-se que a receita relativa ao sistema tarifário metropolitano (passes municipais/metropolitano de valor acessível) atinja o montante de 429,9 milhões de euros dos quais 131,2 milhões de euros em 2026.

Relativamente às compensações COSP, para o triénio 2026-2028 prevê-se o recebimento de 60,5 milhões de euros, dos quais 40,9 milhões de euros em 2026.

Em termos de procura, o PAO 2026 prevê, para o ano em apreço, um acréscimo de 4,9% face à estimativa para 2025 (+8.156.316) do número de passageiros transportados com título pago.

No que diz respeito à oferta a mesma também irá registar um acréscimo de 19,5% face à estimativa para 2025, conforme evidenciam os indicadores apresentados no ponto 2.1.2 do Plano de Atividades 2026-2028, em grande medida pela variação que irá ocorrer na linha verde.

4.2. Plano de investimentos plurianual

Para o triénio 2026-2028, o ponto VII do PAO 2026 apresenta a previsão de investimentos, no montante total de 977 milhões de euros.

Em 2026 preveem-se investimentos no montante de 317,1 milhões de euros, dos quais se destacam:

- i) o prolongamento da linha vermelha (S. Sebastião – Alcântara), no montante de 98,6 milhões de euros, mantendo-se a abertura à exploração prevista para o último trimestre de 2029;
- ii) a implementação do Metro ligeiro de superfície Loures/Odivelas, no montante de 31 milhões de euros;
- iii) a ligação das linhas amarela e verde (prolongamento Rato - Cais do Sodré), no montante de 51 milhões de euros;
- iv) a modernização do sistema de sinalização e do material circulante: linhas A, B e C, no montante de 46 milhões de euros;

 JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.
Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

- v) o investimento em material circulante com a aquisição de 24 novas unidades triplas (UT), no montante de 16 milhões de euros;
- vi) a renovação de Sistemas de Conforto, que prevê a substituição das escadas mecânicas, tapetes rolantes e ascensores em algumas estações, no montante de 10 milhões de euros;
- vii) o plano de promoção de acessibilidades, no montante de 8,7 milhões de euros; e
- viii) a aquisição de uma máquina esmeriladora, no montante de 5,6 milhões de euros.

Acresce ainda, em 2026, a previsão de um aumento de capital na Ferconsult, S.A., no montante de € 1.200.000, como medida de boa gestão associada à perda de mais de metade do capital social e à necessidade de regularização de litígio com credor. Quanto ao financiamento das necessidades de investimento previstas para 2026, o PAO revisto evidencia uma reformulação material das fontes de financiamento, com reforço da Remuneração Autónoma em cerca de 129 milhões face à primeira versão, decorrente da exclusão dos projetos da Linha Vermelha e da Linha Violeta do PRR, mantendo-se ainda recurso a receita própria, Fundo Ambiental, Fundo de Coesão (PACS) e financiamento ETF.

4.3. Demonstrações financeiras previsionais

O Volume de Negócios previsto para o ano de 2026 atinge o montante de 227.555.840 euros, o que representa um aumento de 32,8% face ao valor estimado em 2025, comportamento fortemente influenciado pela receita não tarifária, já que o mesmo, além das receitas tarifárias, é composto, bem como pelas seguintes receitas, que se prevê crescerem 119% em 2026 face à estimativa para 2025 :

- Compensação pelo Cumprimento de Obrigações de Serviço Público (COSP), calculada de acordo com o modelo de remuneração definido no referido Aditamento em cerca de 40,9 milhões de euros para 2026;
- Remuneração Autónoma, com cerca de 48,9 milhões de euros estimados para 2026.

Os gastos operacionais (CMVMC + Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) que, para 2026, se estimam em 173.608.887 euros, apresentam um aumento de 16,2% face ao estimado para 2025.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, no montante de 52.422.588 euros, apresenta um incremento de cerca de 30% face à estimativa atualizada de 2025. Este incremento projetado decorre, essencialmente, do aumento:

- dos custos com conservação e reparação (+9,9 milhões de euros), relacionados com (i) contratos de assistência técnica, entre eles a aquisição de serviços de operação, manutenção completa e piquete de assistência às escadas mecânicas e elevadores, (ii) edifícios e outras construções, nomeadamente através da aquisição de serviços de limpeza e manutenção dos sistemas de drenagem de águas de infiltrações ou a empreitada para a substituição de chapas de policarbonato das oficinas da PMO III, e (iii) equipamento básico, incluindo serviços de manutenção das UPS da rede de energia, aquisição de serviços de manutenção do centro de comando, reparações de foles de inter circulação, prestação de serviços de revisão geral de 72 engates, entre outros;



 JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.
Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

- dos gastos associados à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria, com mais 2,9 milhões de euros, sendo de destacar os previstos com o prolongamento do Metro Sul do Tejo, projeto de loteamento de Sete Rios / PMOI e outros previstos no âmbito da expansão da rede, nomeadamente estudos de viabilidade económico-financeira, pareceres técnicos e assessorias;
- dos serviços de limpeza, com mais 1,6 milhões de euros, sendo que já se encontram contemplados os serviços previstos com a abertura de 3 estações de 2026; e
- da redução dos gastos com energia, em cerca de 3,4 milhões de euros, decorrente da previsão de diminuição do custo unitário da eletricidade em 2026 e 2027.

O rácio “Fornecimentos e Serviços Externos/Volume de Negócios”, atinge 23% em 2026, o que reflete uma ligeiríssima melhoria de eficiência relativamente ao estimado para 2025 (23,6%).

Os gastos com pessoal previstos para 2026, no montante de 114.416.164 euros, representam 50,3% do volume de negócios e apresentam um aumento de 8,8% relativamente ao valor estimado para 2025, incorporando os seguintes efeitos:

- i) Remunerações do pessoal, com um aumento de 6,5 milhões de euros, que decorre de:
 - a. Admissões de 2025 que se encontravam previstas no PAO de 2023 e que foram aprovadas em 2025;
 - b. 49 admissões a ocorrer em 2026, relativas à proposta do PAO de 2026;
 - c. 39 admissões a ocorrer em 2026, relativas à proposta de PAO de 2025;
 - d. Acréscimos remuneratórios previstos nos Acordos de Empresa (promoções e anuidades) e da avaliação de desempenho;
 - e. Outras valorizações remuneratórias, como aumento do subsídio de alimentação, reclassificações, entre outros).
- ii) Benefícios pós-emprego, com uma diminuição de 607 mil euros, que resulta de alteração na taxa de crescimento salarial e de pensões que poderá provocar uma insuficiência orçamental nesta rubrica em 2026; e
- iii) Gastos com órgãos sociais e cargos de direção, que resulta da nomeação de 5 elementos para o Conselho de Administração e da dinâmica salarial, respetivamente.

O EBITDA previsto para 2026, de 58.797,6 mil euros, regista um incremento de 40,4 milhões de euros face à estimativa de 2025 (+219,5%), explicado em grande medida pelo aumento no Volume de Negócios (+56.242,8 mil euros), já que os Gastos Operacionais relevantes não registam agravamentos que anulem aquele aumento: os Fornecimentos e Serviços Externos agravam-se em 12.003 mil euros, os Gastos com Pessoal sobem 9.235 mil euros e o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas sobe 3.029 mil euros.

O PAO 2026 revisto evidencia uma reformulação material das necessidades e fontes de financiamento, refletindo a redução do plano de investimentos, o reforço da Remuneração Autónoma em cerca de € 129 milhões face à primeira versão e a limitação do financiamento ETF, no âmbito do triénio, ao projeto de aquisição de 24 UT.





JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

4.4. Cumprimento das orientações financeiras

De acordo com as Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE), que foram transmitidas pela Entidade de Tesouro e Finanças, existe um conjunto de orientações financeiras que as empresas públicas devem ter em consideração:

- a. Prever um crescimento gradual do volume de negócios e a maximização das receitas mercantis;
- b. A taxa de crescimento dos gastos operacionais deve ser inferior à do volume de negócios;
- c. O aumento dos gastos com o pessoal não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios, exceto quando ocorram algumas situações indicadas;
- d. O aumento dos fornecimentos e serviços externos, não deverá ser percentualmente superior à taxa de crescimento do volume de negócios;
- e. Em cada triénio a eficiência operacional, deverá ser igual ou inferior ao ano anterior;
- f. O resultado operacional deverá melhorar em cada ano do triénio;
- g. O resultado líquido deverá melhorar em cada ano do triénio;
- h. O rácio de eficiência de recursos humanos, deverá ser melhorado em cada ano (resultado operacional pelo número de trabalhadores);
- i. Os novos investimentos devem viabilizar um aumento do resultado operacional da empresa;
- j. Os planos financeiros devem evidenciar i) a sustentabilidade da atividade da empresa, ii) ativos e passivos contingentes bem como garantias bancárias, iii) financiamento da atividade operacional e o iv) financiamento do investimento. A rentabilidade do capital próprio deverá ser melhorada em cada ano;
- k. O endividamento deve ser diminuído em cada ano, em termos nominais;
- l. Redução significativa dos pagamentos em atraso, tendo em vista a sua eliminação no triénio; e
- m. Prazo médio de pagamento que deverá ser aferido de acordo com a legislação em vigor.

Tendo por base as considerações e previsões efetuadas no Plano de Atividades e Orçamento analisado, atenta toda a informação analisada, sintetizada no ponto "2.2 Cumprimento de orientações financeiras", verificamos que a Entidade, apesar de uma melhoria em todos os indicadores em 2026 muito determinada pela influência da subsídio incluída no Volume de Negócios, não cumpre, no triénio de 2026-2028, a generalidade das orientações financeiras, não obstante cumpra, no triénio, o objetivo de aumento gradual do volume de negócios e maximização das receitas mercantis, e o de reduzir o financiamento líquido de novos investimentos.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

4.5. Impactos do Aditamento ao Contrato de Concessão

As Demonstrações Financeiras previsionais apresentadas no PAO 2026-2028 foram elaboradas de acordo com o tratamento contabilístico proposto pelo ML ao Estado, tendo em consideração o disposto no Aditamento ao Contrato de Concessão. No entanto, é de salientar que o ML ainda se encontra a aguardar a concordância quanto ao modelo proposto, e refletido nas demonstrações previsionais, ou uma nova indicação superior.

Ao nível da Demonstração dos Resultados, a aplicação do disposto no Aditamento ao Contrato de Concessão, tem dois impactos principais, a saber:

- Reconhecimento de subsídios à exploração, relativos à:
 - COSP, que se encontra calculada de acordo com o modelo de Remuneração previsto no aditamento;
 - Remuneração Autónoma, que tem em consideração os montantes dos encargos com pensões, encargos financeiros e reconhecimento do justo valor dos derivados.
- Alteração na contabilização de gastos financeiros associados aos ILD, que até à data de entrada do Contrato de Aditamento eram anulados e reconhecidos numa conta a receber do Estado, passando agora a ser mantidos em juros e gastos similares suportados, devido à assunção do seu financiamento por Remuneração Autónoma.

O efeito do reconhecimento dos subsídios à exploração tem impacto positivo relevante em 2026, sendo que a situação se irá alterar em 2027 e 2028, na medida que o montante apurado de COSP considera o efeito das depreciações de bens do exercício de bens afetos à concessão, que a partir de 2027 se reduz devido à finalização do período de vida útil do material circulante.

5. Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos verificamos que, embora tal ocorra em 2026, o ML não cumpre no triénio 2026-2028 a maioria das orientações previstas nas Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE), transmitidas pela Entidade do Tesouro e Finanças.

No triénio 2026-2028, o ML evidencia cumprimento das orientações financeiras em 2026, sendo que, na totalidade do período, apenas cumpra na evolução do Volume de Negócios e da sua componente de vendas mercantis, que aumenta de modo sustentado, bem como no financiamento líquido de novos investimentos, que se reduz no triénio.

Tendo em conta o acima mencionado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os pressupostos assumidos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos Previsionais de Gestão da Entidade indicados na "Introdução". E que as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), exceto quanto aos possíveis efeitos das situações relatadas como "Reservas" na Certificação Legal das Contas de 2024.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 11 de maio de 2026

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda.”

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC e registada com o n.º 20161428 na CMVM)

Representada por:

João Amaro Santos Cipriano

(Inscrito na OROC sob o n.º 631 e registado com o n.º 20160277 na CMVM)

Conselho Fiscal



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

PARECER DO CONSELHO FISCAL
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026
METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1. ENQUADRAMENTO

A versão inicial do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) para o exercício de 2026 e para o triénio 2026-2028, foi aprovada por deliberação tomada pelo Conselho de Administração (CA), de 3 de dezembro de 2025. Essa versão mereceu os pareceres do Revisor Oficial de Contas (ROC) e do Conselho Fiscal (CF), ambos de 5 de janeiro de 2026, tendo sido submetida¹ aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do setor de atividade.

Entretanto, o ML informou que os pressupostos que estiveram subjacentes à versão inicial do PAO se encontram desatualizados, havendo necessidade de apresentar uma nova versão que contemple os respetivos efeitos. Em particular, revela o aumento do capital da FERCONSULT - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A (de 1,2 milhões de euros – M€) e o impacto da devolução dos montantes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) atribuídos para os projetos de expansão da Linha Vermelha e Linha Violeta, num total de 75,31 M€². Foram, ainda, atualizadas as estimativas de 2025.

A nova versão do PAO para 2026 e para o triénio 2026-2028 (*“versão revista do PAO 2026”*) foi aprovada por deliberação do CA, de 06/05/2026, e remetida ao CF para emissão do correspondente parecer.

Nesta conformidade, e em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML, vem o CF emitir o seu parecer, que substitui, assim, o anteriormente emitido em 5 de janeiro de 2026.

2. ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 27 de março de 2024, o Estado e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte de passageiros em vigor (*“Aditamento”*), que prorrogou o prazo de duração da concessão até 1 de julho de 2030 e alterou o clausulado, clarificando, designadamente, o enquadramento dos Investimentos de Longa Duração (ILD) face ao regime financeiro das

¹ Acompanhada dos referidos pareceres.

² Deste total, o ML executou despesa de 31,75 M€ e mantém, nas suas disponibilidades, os restantes 43,56 M€. O apoio financeiro de 31,75 M€ será concretizado na forma de subsídio ao investimento e o registo contabilístico associado à devolução será equiparado a um subsídio reembolsável.

**CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**

Infraestruturas Ferroviárias (definido no anexo ao Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro), bem como a gestão dos ativos e o modelo de remuneração e de reporte do ML, enquanto concessionário.

O Aditamento iniciou a sua vigência e produção de efeitos após a atribuição do visto do Tribunal de Contas, em 15 de julho de 2024, sendo que, por simplificação, considerou-se a data de 1 de agosto de 2024 como data relevante para o início do cálculo das compensações pela prestação de serviço público e cumprimento das obrigações de serviço público.

No PAO 2026 foram tidos em consideração os efeitos decorrentes do Aditamento e, consequentemente, o novo modelo de remuneração do ML como contrapartida pela prestação de serviço público e cumprimento das obrigações de serviço público, conforme descrito no Ponto VI do PAO 2026 (Contrato de Concessão de Serviço Público), aguardando o ML a pronúncia do concedente quanto ao novo modelo financeiro e contabilístico, em conformidade com o previsto no Aditamento (suportado em estudo elaborado por um consultor externo para enquadramento do referido modelo).

Releva-se, ainda, que a apresentação do PAO 2026 pretende dar cumprimento às obrigações contratuais previstas nas cláusulas 31.ª/4 e 32.ª/5 do Aditamento, conforme explicitado no ponto VI do PAO 2026.

3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E PROJEÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS PARA 2026

O PAO apresentado pelo ML procura dar resposta às necessidades de mobilidade urbana na área metropolitana de Lisboa, em alinhamento com a [ODS 13](#) da Agenda 2030 da ONU, bem como com o cumprimento do objetivo da neutralidade carbónica até 2050, previsto na Lei de Bases do Clima.

O ML definiu como linhas de ação para o desenvolvimento da atividade de exploração e de investimento da empresa e suas subsidiárias³ para o triénio 2026-2028, nomeadamente: i) Promover ativamente, em articulação com os outros operadores e partes interessadas, a satisfação dos clientes da Rede de Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa; ii) Promover uma experiência de viagem agradável e inclusiva aos clientes; iii) Apostar na inovação e na transformação digital; iv) Planear os ativos do futuro e valorizar os ativos existentes; v) Promover a sustentabilidade ambiental, energética

³ FERCONSULT – Projetos e Engenharia de Transportes, SA e METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, SA, nas quais o ML detém (diretamente) 100% do capital social.

A FERCONSULT não desenvolve qualquer atividade, tendo sido, por Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro, autorizada a incorporação dos seus 47 trabalhadores no ML e a manutenção da FERCONSULT enquanto “sociedade instrumental detida pelo ML e que deverá ser extinta logo que reunidas as condições necessárias”. Por este motivo, o PAO 2026 não divulga o cumprimento das orientações do acionista por parte da FERCONSULT.

O PAO para 2026 divulga o cumprimento das orientações do acionista por parte da empresa participada METROCOM, no que respeita aos princípios financeiros de referência (eficiência operacional e plano de redução de custos).

**CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**

e social; vi) Assegurar a sustentabilidade financeira; e vii) Promover o bem-estar e a motivação dos trabalhadores.

De acordo com informação prestada pelo ML, estas linhas de ação são monitorizáveis através de metas quantificáveis e encontram-se em consonância com as obrigações emergentes do contrato de concessão de Serviço Público em vigor e o respetivo Aditamento.

Na prossecução dos objetivos acima expostos e com base nos pressupostos delineados pelo ML, a **atividade operacional** da empresa, no triénio em análise, com foco no ano de **2026**, assenta nomeadamente:

- a) Projeção de um total de 947,0 milhões de passageiros transportadosxKm⁴, representando um aumento de 5,3% na procura, face a 2025 (estimativa de 899,3 milhões de passageiros transportadosxKm), considerando a abertura da Linha Circular no quarto trimestre de 2026;
- b) Projeção de um total de 4.552 milhões de lugares oferecidosxKm (+ 742,1 milhões (+19,5%) de lugares oferecidosxKm do que o estimado para 2025), tendo em consideração os seguintes pressupostos: a utilização de comboios de 6 carruagens durante todo o período de exploração; a definição de acordo com a configuração de rede de 2025, com base no projeto de modernização, e o início da operação com utilização do CBTC na linha Azul, a partir de janeiro de 2026;
- c) Evolução favorável do indicador de eficiência energética, por via da redução do consumo de energia por carruagem/km, face à estimativa para 2025 (1,847 KWh/carr.Km em 2025|1,660 KWh/carr.Km em 2026);
- d) Aumento do indicador de disponibilidade do material circulante em +6.6 p.p. face a 2025 (83% em 2025|90% em 2026), estando prevista, para 2026, a renovação do interior dos salões, dos sistemas de vídeo e instalação de sistema de deteção de incêndio, bem como dos sistemas de alimentação elétrica;
- e) Agravamento do indicador de indisponibilidade da infraestrutura principal para 4,0 horas/mês, face à estimativa para 2025 (1,7 horas/mês). Estão previstas atividades regulares de manutenção e conservação das infraestruturas fixas, bem como atividades específicas de renovação por fim de vida ou beneficiação de equipamentos e instalações;

⁴ Passageiros transportados por quilómetro, considerando as validações dos títulos pagos e gratuitos e uma taxa de 2,7% de fraude.



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

- f) Projeção de um quadro de pessoal com 1.739 trabalhadores (sem órgãos sociais), a 31/12/2026, o que representa um aumento líquido de 88 trabalhadores em relação aos 1.651 estimados para o final de 2025, decorrente de: 49 novas contratações⁵ e 39 contratações por substituição de saídas que transitam de 2025 (incluindo 9 contratações no âmbito do PRR);

Da análise **económica e financeira** do PAO para 2026, salientam-se os seguintes aspetos:

- g) Previsão de um resultado líquido de 6,7 M€ que compara com um prejuízo estimado de 2,7M€ para 2025. A evolução favorável prevista decorre da combinação de um conjunto de fatores, destacando-se o aumento dos subsídios à exploração em 48,7M€ que compensa o aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos – FSE – (+12,0M€) e com juros (+33,7M€)⁶;
- h) Previsão de aumento dos gastos operacionais⁷ em 16,2% (24,3M€), incluindo aumentos de 12,0M€, 9,2M€ e 3,0M€, respetivamente, dos FSE, GcP e CMVMC, face a 2025 (estimativas).

A referida evolução dos gastos com FSE é essencialmente justificada pelo aumento dos gastos com conservação e reparação (+9,9M€)⁸ e dos gastos com estudos, pareceres e consultoria (+2,9M€)⁹.

O aumento dos GcP resulta de diferentes fatores, destacando-se o acréscimo de 6,5 M€ (9%) das remunerações do pessoal e de 2,6M€ (15%) dos outros encargos;

- i) Previsão de vendas e serviços prestados de 137,9M€ (+7,5M€ face à estimativa para 2025), incluindo receitas tarifárias de 131,2M€ (vendas de bilhetes e passes, compensações financeiras diversas e compensação pelo cumprimento de obrigações de serviço público – COSP - tarifária) e receitas complementares de 6,7M€;
- j) Previsão de subsídios à exploração de 89,6M€ (40,9M€ | 2025), decorrente do reconhecimento de 40,9M€ de compensação COSP – Concessão¹⁰ e 48,9 M€ de remuneração autónoma¹¹

⁵ 38 agentes de tráfego e 11 técnicos superiores.

⁶ Decorrente da alteração do modelo de contabilização dos gastos financeiros ILD.

⁷ Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), FSE e gastos com pessoal (GcP).

⁸ Sendo de destacar os contratos de assistência técnica a escadas mecânicas e elevadores; a aquisição de serviços de manutenção das unidades permanentemente socorridas (UPS) da rede de energia, aquisição de serviços de manutenção do centro de comando centralizado de energia e unidades remotas de telecomando (URT) da rede de energia e grande reparação de foles de intercirculação.

⁹ Destaca-se os custos previstos com o prolongamento do Metro Sul do Tejo, o projeto de loteamento de Sete Rios/PMOI e outros previstos no âmbito da expansão da rede.

¹⁰ Modelo de remuneração previsto na cláusula 31.ª do Aditamento.

¹¹ Modelo de remuneração previsto na cláusula 32.ª do Aditamento “o concessionário tem direito ao reembolso das despesas e encargos com atividades desenvolvidas por conta do Concedente, designadamente com o investimento e grandes reparações em Infraestruturas Ferroviárias e Material Circulante, serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego, bem como todas as despesas e encargos que não correspondam aos custos correntes de exploração do serviço público de transporte.”



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

(respeitante aos encargos com pensões, encargos financeiros e reconhecimento de justo valor);

- k) Previsão de juros e gastos similares suportados de 36,3M€¹² (2,6M€| estimativa para 2025), relevando que houve uma alteração na contabilização de gastos financeiros ILD, que até à entrada em vigor do Aditamento ao Contrato de Concessão eram anulados e reconhecidos como ativo a receber pelo Estado, passando depois disso a ser incluídos na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*” pela assunção do seu financiamento por remuneração autónoma;
- l) Previsão de redução de 7,3% do valor global do Ativo (5.603,8M€) face ao estimado para 2025 (6.046,4M€), destacando-se a diminuição do saldo da rubrica “outras contas a receber” (corrente e não corrente) em cerca de 491,3M€ (2.203,7M€ em 2025|1.712,4M€ em 2026), dado ter sido orçamentado o recebimento da remuneração autónoma para as amortizações de capital, por contrapartida da redução do ativo a receber por conta do Estado;
- m) Previsão de 2.586,3M€ de capital próprio a 31/12/2026 (+107,8M€ face a 31/12/2025), na sequência sobretudo das outras variações no património líquido (reconhecimento de subsídios ao investimento), de +83,3M€ e do resultado líquido orçamentado para 2026 (+9,5M€), bem como da conversão de crédito (ML) em capital;
- n) Previsão de 2.495,0M€ de financiamentos obtidos (corrente e não corrente) a 31/12/2026 (-472,4M€ face a 31/12/2025), tendo como pressupostos: a conversão de dívidas ao Estado (ML) em capital estatutário (16,0M€)¹³, a conversão de dívidas ao Estado (ILD) em Ativo (56,4M€)¹⁴ e a amortização do empréstimo obrigacionista que se vence em 2026 (400,0M€);
- o) Previsão de uma despesa/receita global de 1.039,6M€ (**ótica financeira**), a qual não está em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2026 (despesa/receita de 510,3M€). Sobre esta matéria, ver desenvolvimento no ponto 4 do presente parecer.

Do plano de investimentos, que integra o PAO 2026-2028, destaca-se:

¹² Montante não comparável com o executado em 2024 e orçamentado no PAO para 2025, atendendo a que houve uma alteração do critério de reconhecimento contabilístico dos juros associados aos financiamentos ILD, decorrente do Aditamento.

¹³ A que acrescem juros de 0,5M€.

¹⁴ A que acrescem juros de 0,4M€.



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

- p) Os investimentos projetados para o triénio 2026-2028 estão listados, bem como as respetivas fontes de financiamento. O PAO indica, ainda, as Portarias de Extensão de Encargos publicadas.

Ainda assim, quanto aos projetos de investimento em curso, **o plano não evidencia o grau de execução física e financeira de cada projeto**, nem os valores aprovados em anteriores PAO e os desvios face ao planeado, bem como **não identifica o valor remanescente do investimento a realizar pós 2028**¹⁵;

- q) A estratégia a desenvolver pelo ML no triénio 2026-2028 assenta sobretudo na continuidade do Plano de Expansão da Rede do ML, modernização e melhoria de acessibilidades e intraconectividade da rede com outros meios de transporte;
- r) O plano plurianual de investimentos para 2026-2028 (formação bruta de capital fixo) ascende a 977M€¹⁶, dos quais 317,1M€ a realizar em 2026 (32%), 321,2M€ em 2027 (33%) e 338,7M€ em 2028 (35%);

¹⁵ De acordo com o Ponto 6 das Instruções para a Elaboração dos PAO para 2026-2028, e, quanto “...aos projetos de investimento em curso, deve ser indicado o respetivo grau de execução física e financeira, o valor aprovado (no âmbito de PAO anteriores), a estimativa de execução até ao final do ano de referência, bem como o valor remanescente de investimento a realizar em cada ano do triénio e pós 2028 (quando aplicável), desagregados por fonte de financiamento”.

¹⁶ Dos investimentos previstos para o triénio 2026-2028, destacam-se os seguintes:

- i) Linha Circular (**Prolongamento Rato/Cais do Sodré**), aprovado através da RCM n.º 173/2018, de 14 de dezembro. A RCM n.º 89/2023, de 4 de agosto, autorizou a atualização do valor da despesa em 331,4M€ e a conclusão dos trabalhos no último trimestre de 2025. Prevê-se a abertura à exploração no quarto trimestre de 2026 e, para 2027, preveem-se gastos com assessorias e fiscalização.
- ii) **Expansão da Linha Vermelha até Alcântara**, aprovado em julho de 2021, pelo Conselho da União Europeia, no Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Conforme decisão de execução n.º 15796/25, de 4 de dezembro, este investimento foi retirado do PRR. Prevê-se que o início dos trabalhos de construção civil ocorra até ao final do primeiro semestre de 2026 e que a abertura à exploração ocorra no último trimestre de 2029.
- iii) **Metro ligeiro de superfície de Odivelas/Loures**. Através da RCM n.º 155/2023, de 27 de novembro, foi aprovada despesa, o valor global de 667,5M€. Conforme decisão de execução n.º 15796/25, de 4 de dezembro, este investimento foi retirado do PRR. Decorre um procedimento de investigação da CE para averiguação das exigências resultantes do Regulamento (UE) n.º 2022/2560, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativo a subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno. No decurso destas averiguações não pode haver lugar à tomada de decisão de adjudicação no concurso da Linha Violeta, lançado em 30/07/2025.
- iv) Projeto **modernização do sistema de sinalização (CBTC)**, a instalar nas Linhas Azul, Verde e Amarela e nos Parques de Material e Oficinas (PMO), e a instalação de equipamento embarcado CBTC em 70 das 111 UT existentes e aquisição de 14 novas UT equipadas com nova sinalização, aprovada pela RCM n.º 107/2018, de 30 de agosto, e cuja repartição dos encargos plurianuais foi aprovada pela RCM n.º 45-B/2021, de 28 de abril, até ao valor global de 120M€ (início em 2021 e conclusão em 2027).
- v) **Aquisição de 24 UT**, cuja despesa foi autorizada pela RCM n.º 122/2023, de 9 de outubro, no montante de 140M€ (início em 2024 e conclusão em 2027).
- vi) **Plano de Promoção Acessibilidades**. Este projeto visa dotar todas as estações da rede ML com meios mecânicos acessíveis a pessoas de mobilidade reduzida. O projeto insere-se num vasto plano de adaptação e modernização das estações que o ML tem vindo a concretizar, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” estabelecido no DL n.º 163/2006, de 8 de agosto.



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

- s) No quadro infra, evidenciam-se os projetos de investimento superiores a 5M€ (formação bruta de capital fixo), que constituem cerca de 87% do total do investimento estimado para 2026, bem como a respetiva cobertura financeira:

Projetos de investimento (FBCF) (ano 2026)	(em euros)	Cobertura Financeira					
		Fundo Coesão PACS - 2030	Fundo Ambiental	GPIAFF (ex-PIDDAC)	Remuneração Autónoma	Receita Própria	Dotações capital
Valor Total	317 104 641	67 272 875	45 447 163	800 000	201 848 221	536 382	1 200 000
do qual: (>5M€)	275 163 003	67 272 875	45 447 163	800 000	161 642 965	0	0
1. Metro Ligeiro de superfície Odivelas-Loures	30 981 876				30 981 876		
2. Prolongamento S.Sebastião/Alcântara	98 564 776				98 564 776		
3. Prolongamento Rato/Cais do Sodré	51 006 777	29 990 455	21 016 322				
4. Projeto modernização sistema sinalização e do material circulante - linhas azul, amarela e verde	46 026 352	29 731 962	16 294 391				
5. Aquisição de 24 UT	15 686 908	7 550 459	8 136 449				
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	8 300 451				8 300 451		
6. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	10 281 319				10 281 319		
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	8 712 478			800 000	7 912 478		
8. Máquina Esmeriladora	5 602 066				5 602 066		

- t) O plano de investimento integra a concretização, em 2026, do aumento de capital na participada FERCONSULT, no montante de 1,2M€¹⁷ (cfr. ponto 1 do presente parecer);
- u) O investimento projetado para 2026 (formação bruta de capital fixo), será coberto pelas seguintes fontes de financiamento: Fundo de Coesão-PACS 2030 (21,2%), Fundo Ambiental (14,3%), remuneração autónoma (63,7%), dotações de capital (0,4%), receita própria (0,2%) e GPIAFF (0,2%).

4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA PARA ELABORAÇÃO DO PAO 2026-2028

No quadro infra sintetizam-se as orientações constantes nos pontos 2. (orientações financeiras), 3. (princípios da elaboração do PAO) e 5. (endividamento) das *Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028*, bem como o cumprimento/incumprimento das mesmas face às projeções constantes no PAO 2026¹⁸:

Instruções	Indicador e Objetivo (tríénio)	Apreciação do Conselho Fiscal (ano de 2026)
Ponto 2. a)	Crescimento gradual do volume de negócios (VN) e maximização das receitas	Em 2026, o PAO prevê um VN de 227,6 M€ ¹⁹ , o qual representa um crescimento de 32,8% face ao estimado para 2025 (171,3 M€).

¹⁷ Por deliberação de 18/03/2026 do CA é referido que a FERCONSULT “...tem um processo de litígio com um prestador de serviços, devido ao atraso do pagamento de créditos com elevada antiguidade, por falta de liquidez...” e a suas contas “...evidenciam estar perdida mais de metade do capital social, pelo que o ML, enquanto acionista, e para assegurar o cumprimento do previsto no art.º 35.º do CSC, deverá tomar as medidas convenientes para resolução desta matéria, nomeadamente através da realização de capital”.

¹⁸ Valores nominais.

¹⁹ O VN orçamentado para 2026 (e anos seguintes) tem como pressupostos o exposto nas alíneas i) e j) do ponto 3. do presente parecer, ou seja, integra, as vendas e serviços prestados, bem como a COSP – Concessão e a remuneração autónoma.



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Instruções	Indicador e Objetivo (tríénio)	Apreciação do Conselho Fiscal (ano de 2026)
	mercantis (sustentado em estimativas fundamentadas).	Para 2027 e 2028, estão orçamentados VN de 196,5M€ (-13,7%) e 179,1 M€ (-8,8%), respetivamente. Considera-se cumprida a orientação para 2026.
Ponto 2. b)	Taxa de crescimento dos gastos operacionais inferior à do volume de negócios.	A taxa de crescimento dos GO, em 2026, é de 16,2%, inferior aos 32,8% que se prevê para o aumento do VN. Em 2027 e 2028, prevê-se um decréscimo dos GO, na ordem de -2,8% e um crescimento de 2,1%, respetivamente. Considera-se cumprida a orientação para 2026.
Ponto 2. c)	GcP – aumento percentual inferior ao crescimento do volume de negócios, exceto atualizações salariais obrigatórias, imposições do acionista ou contratações autorizadas.	Em 2026, os GcP (com ajustamentos) aumentam 11,8%, inferior ao crescimento do VN. Em 2027 e 2028, prevêem-se aumentos anuais de GO, na ordem de 1,6%. Considera-se cumprida a orientação para 2026.
Ponto 2. d)	Fornecimentos e serviços externos - aumento da despesa, em termos reais, deve ser inferior à taxa de crescimento do volume de negócios, descontando autorizações excecionais de 2025.	Em 2026, 2027 e 2028, em termos reais ²⁰ , as variações dos FSE correspondem a 27,2%, -7,3% e +3,2%. O VN, em termos reais, em 2026, aumenta 30% e em 2027 e 2028, diminui 15% e 10,61%, respetivamente. O crescimento de gastos desta natureza está fundamentado no capítulo <u>1.2. Eficiência Operacional do PAO 2026/2028</u> . Considera-se cumprida a orientação para 2026.
Ponto 2. e) e 3.1.	Eficiência Operacional - rácio de eficiência (“gastos operacionais - GO ²¹ /VN”) igual ou inferior ao ano anterior.	A previsão deste indicador é de 84% em 2025, 75% em 2026, 85% em 2027 e 95% em 2028. A evolução desfavorável do rácio de eficiência, de 2026 a 2028, decorre da tendência decrescente dos subsídios à exploração. Atenta a evolução favorável do rácio em 2026 face a 2025, considera-se cumprida a orientação para 2026 .
Ponto 2. f)	Melhorar o resultado operacional (RO) corrigido ²² .	Para 2026, é projetado um RO (corrigido) de 43,3 M€, o que representa uma evolução face ao RO (corrigido) estimado para 2025 (- 203 mil euros).

²⁰ Corrigido do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), fixado em 2% para o tríénio 2026-2028, de acordo com os pressupostos macroeconómicos de referência, considerados nas instruções do acionista para efeito de elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2026.

²¹ Os gastos operacionais (GO), para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal, excluídos os impactos extraordinários e os impactos decorrentes de obrigações legais.

²² Líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Instruções	Indicador e Objetivo (triénio)	Apreciação do Conselho Fiscal (ano de 2026)
		Todavia, a evolução do indicador é desfavorável em 2027 e 2028 (em termos previsionais). Considera-se cumprida a orientação para 2026.
Ponto 2. g)	Melhorar o resultado líquido (RL).	O RL orçamentado para 2026 (6,7M€) evolui favoravelmente face ao estimado para 2025 (-2,7M€). Todavia, a evolução do indicador é desfavorável em 2027 e 2028 (em termos previsionais). Considera-se cumprida a orientação para 2026.
Ponto 2. h)	Melhoria do rácio de eficiência de RH ²³ - condição <i>sine qua non</i> para a autorização do aumento do n.º de trabalhadores	Regista-se uma evolução desfavorável do rácio ao longo do triénio em análise (apesar da evolução positiva de 2026 face a 2025), resultando no incumprimento da orientação .
Ponto 2. i)	Novos investimentos - com impacto positivo no resultado operacional ou serviço público contratualizado.	O ML justifica que “ os novos investimentos a considerar são necessários ao aumento da qualidade do serviço público prestado.” O PAO é omissivo quanto aos impactos de novos investimentos no resultado operacional ou no serviço público contratualizado.
Ponto 2. j)	Demonstração do plano financeiro para o período, com indicação da sustentabilidade, fontes de financiamento, ativos e passivos contingentes, garantias bancárias ou outras, financiamento da atividade operacional e do investimento.	O PAO 2026/2028 apresenta o plano financeiro e as respetivas fontes de financiamento por atividade (operacional, de investimento e de financiamento), no valor global de 2.506M€ (1.040M€ em 2026, 940M€ em 2027 e 526,8M€ em 2028). Considera-se cumprida a orientação.
Ponto 2. j)	Melhorar a rentabilidade do ativo (ROE) ²⁴	Observa-se uma evolução irregular ao longo do triénio. Em 2026 o ROE regista uma melhoria (+0,37 p.p), seguida de uma deterioração em 2027 (-0,47 p.p) e 2028 (-0,38 p.p). Considera-se cumprida a orientação para 2026.
Ponto 2. k)	Reduzir o endividamento, em termos nominais.	O endividamento evolui favoravelmente em 2026 (-6,15%) e em 2027 (-6,23%), ao contrário do previsto para 2028 (+0,08%). Considera-se cumprida a orientação para 2026 e 2027.
Ponto 2. l)	Reduzir o volume dos pagamentos em atraso (<i>arrears</i>), com vista à sua eliminação no final de 2026.	É projetada a inexistência de dívidas em atraso nos três anos. Considera-se cumprida a orientação.

²³ Resultado operacional/n.º de trabalhadores (rácio de rentabilidade de RH).

²⁴ Resultado Líquido/Capital Próprio



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Instruções	Indicador e Objetivo (trienio)	Apreciação do Conselho Fiscal (ano de 2026)
Ponto 2. m)	Cumprir o prazo médio de pagamentos, calculado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22/02.	O prazo médio de pagamentos previsto para o triénio 2026-2028 mantém-se constante (40 dias). Considera-se cumprida a orientação.
Ponto 3.2.	Otimização de Gastos, traduzida em GO ²⁵ iguais ou inferiores aos estimados para o ano anterior, corrigidos da taxa de inflação prevista ²⁶ .	Os GO orçamentados para 2026, corrigidos do IHPC (168,1M€) evoluem desfavoravelmente, quando comparados com os GO estimados para 2025 (144,6M€). Considera-se a orientação incumprida para 2026 , carecendo de autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças, em sede de aprovação do PAO 2026. Em 2027 e 2028, os GO corrigidos do IPC, ascendem a cerca de 164,3M€ e 167,7M€ respetivamente, o que traduz a expectativa de cumprimento da orientação no ano de 2027.
Ponto 3.3.	Contratação de serviços de consultoria ou estudos excecionais são fundamentadas e aquisições/locações de veículos incluem análise custo-benefício.	Apenas é referido que se prevê o aumento de um veículo da frota não operacional (cujos gastos estão incluídos no orçamento), face ao facto do novo Conselho de Administração ser composto por 5 membros, conforme previsto estatutariamente (atualmente existem 4 viaturas). Considera-se cumprida a orientação.
Ponto 3.4.	Desagregação e fundamentação dos Gastos com o Pessoal, com órgãos sociais, imposições legais, absentismo e indemnizações.	O PAO 2026-2028 indica as medidas de política salarial, a gestão do efetivo e desagrega os GcP, indicando os respetivos acréscimos. Considera-se cumprida a orientação.
Ponto 3.4.	Contratação de trabalhadores que implique aumento dos gastos com o pessoal ou aumento do número efetivo de trabalhadores deve ser devidamente fundamentado, com análise económica e financeira completa.	O PAO projeta um aumento líquido de 88 trabalhadores (incluindo 39 contratações autorizadas no PAO 2025) e a análise de custo-benefício de 49 novas contratações previstas para 2026. Considera-se cumprida a orientação. Sublinha-se que as contratações propostas e o aumento dos GcP carecem de autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças, em sede de aprovação do PAO para 2026.
Ponto 3.4.	Absentismo se superior à média setorial/nacional análise do absentismo, inclui medidas	Nada é referido no PAO sobre esta matéria.

²⁵ Calculado de acordo com o ponto 3.1 das instruções para a elaboração do PAO 2026-2028

²⁶ Considerando o Índice de Preços do Consumidor (IPC) - pressupostos macroeconómicos de referência.



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Instruções	Indicador e Objetivo (triénio)	Apreciação do Conselho Fiscal (ano de 2026)
	corretivas sem aumento de custos no curto/médio prazo (mínimo 5 anos).	
Ponto 3.4.	Cumprimento das obrigações de reporte (Lei n.º 104/2019, de 6/09 e outras), e evidência de informação atempada ao acionista Estado.	Nada é referido no PAO sobre esta matéria.
Ponto 3.5.	Conformidade com o Orçamento do Estado para 2026 (quadro “DFC vs OE”)	Os valores reportados, em sede de PAO para 2026, não são totalmente consistentes com os que constam dos mapas designados “ Desenvolvimentos Orçamentais ” do Ministério das Infraestruturas e Habitação, com destaque para os Investimentos e a Aquisição de Bens e Serviços/Pagamentos a fornecedores. De relevar que o valor do serviço da dívida/amortização e juros (437,3M€), previsto na proposta inicial do ML (agrupamentos 03 e 10), não foi identificado na LOE para 2026, nem nos respetivos mapas.
Ponto 5.	Crescimento do endividamento limitado a 2% face a 2025, de acordo com artigo 42.º da LOE para 2026	O PAO prevê que o endividamento, em 2026, apresente uma variação de -6,15% (inferior ao limite estabelecido de 2%), por aplicação da fórmula de cálculo da variação do endividamento, pelo que se considera cumprida a orientação . De relevar que a referida variação do endividamento, tem como pressupostos (entre outros) a conversão de dívidas ao Estado (ML) em capital estatutário e a conversão de dívidas ao Estado (ILD) em Ativo, cujos montantes são materialmente relevantes. Estas operações têm vindo a ser orçamentadas e sucessivamente não executadas.

5. PARECER

Na sequência da análise efetuada, o PAO para 2026, aprovado por deliberação de 6/05/2026 (que atualizou a anterior deliberação de 18/03/2026) do Conselho de Administração, merece as seguintes observações:

- A apresentação do PAO 2026 pretende dar cumprimento às obrigações contratuais previstas nas cláusulas 31.ª/4 e 32.ª/5 do Aditamento ao Contrato de Concessão, conforme descrito no ponto 2 do presente parecer;



CONSELHO FISCAL, Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

- b) As demonstrações financeiras previsionais foram elaboradas tendo em consideração um conjunto de pressupostos, sobretudo quanto ao modelo de remuneração/financiamento do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em conformidade com o previsto no Aditamento ao Contrato de Concessão;
- c) As demonstrações financeiras previsionais para 2026 não estão em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado para 2026;
- d) O PAO 2026 não dá cumprimento a algumas das orientações transmitidas pelo acionista/ETF para 2026, conforme descrito nos pontos 3., alínea p) e 4. do presente parecer.

Acresce que o presente parecer:

- e) É emitido à luz das instruções transmitidas pelo acionista/ETF e da Circular Série A, n.º 1412, da EO,
- f) Teve em consideração o relatório emitido pelo ROC, a 11/05/2026, sobre o PAO para 2026, o qual é de opinião que: *“(...) nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os pressupostos assumidos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos Previsionais de Gestão da Entidade indicados na “Introdução”. E que as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), exceto quanto aos possíveis efeitos das situações relacionadas como “Reservas” na Certificação Legal das Contas de 2024.”*

Face ao exposto, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de opinião de que o PAO para 2026 do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., reflete, numa base razoável, as previsões da atividade da empresa.

Lisboa, em 13 maio de 2026.

O Conselho Fiscal

**JOSÉ
HENRIQUE
RODRIGUES
POLACO
S POLACO**

Digitally signed by
JOSE HENRIQUE
RODRIGUES
POLACO
Date: 2026.05.13
21:27:00 +01'00'

Assinado por: **Margarida Carla Campos Freitas
Taborda**
Num. de Identificação: 09504700
Data: 2026.05.13 22:17:11+01'00'

Assinado por: **Maria Teresa de Figueiredo
Ferreira Alves Carvalho**
Num. de Identificação: 08473271
Data: 2026.05.13 22:00:19+01'00'

Presidente

Vogal

Vogal

2. Demonstrações Financeiras Previsionais

Balanço 2024 – 2028

Unidade EUR										
Rubricas	Notas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		3.567.806.398 €	3.950.843.245 €	3.595.936.480 €	3.646.771.576 €	3.669.604.292 €	3.690.655.908 €	3.702.135.608 €	3.733.657.448 €	3.778.992.921 €
Propriedades de Investimento		14.374.082 €	15.691.354 €	15.838.009 €	15.753.005 €	15.668.041 €	15.583.084 €	15.497.770 €	15.037.219 €	14.576.668 €
Ativos intangíveis		9.067.929 €	9.080.865 €	8.710.963 €	8.710.963 €	8.710.963 €	8.710.963 €	8.710.963 €	8.710.963 €	8.710.963 €
Participações financeiras		49.972.581 €	76.870.533 €	25.337.994 €	25.337.994 €	25.386.005 €	25.386.005 €	21.862.668 €	18.339.261 €	14.815.924 €
Outros ativos financeiros		25.692.781 €	22.299.241 €	18.196.187 €	18.196.187 €	18.784.778 €	18.784.778 €	18.703.324 €	18.762.123 €	18.800.181 €
Outras contas a receber		2.035.774.308 €	2.014.015.846 €	2.079.912.706 €	2.080.020.215 €	2.020.183.418 €	2.020.290.928 €	1.592.204.367 €	1.154.128.616 €	1.138.785.792 €
Subtotal		5.702.688.079 €	6.088.801.084 €	5.743.932.339 €	5.794.789.940 €	5.758.337.497 €	5.779.411.666 €	5.359.114.700 €	4.948.635.630 €	4.974.682.449 €
Ativo corrente										
Inventários		9.998.665 €	11.471.245 €	9.354.266 €	9.739.239 €	9.832.871 €	9.926.612 €	10.032.171 €	12.148.565 €	13.508.336 €
Clientes, contribuintes e utentes		701.471 €	1.179.874 €	598.122 €	598.122 €	598.122 €	598.122 €	599.922 €	599.922 €	599.922 €
Estado e outros entes públicos		3.304.017 €	20.785.904 €	5.386.070 €	13.849.351 €	16.867.071 €	20.124.899 €	22.673.999 €	25.498.553 €	30.111.295 €
Outras contas a receber		17.817.939 €	12.554.182 €	123.767.556 €	121.726.071 €	123.830.227 €	134.442.174 €	120.195.841 €	120.655.419 €	119.231.062 €
Diferimentos		29.921.290 €	31.375.945 €	22.627.799 €	22.627.799 €	22.627.799 €	22.627.799 €	22.627.799 €	22.627.799 €	22.627.799 €
Outros ativos financeiros		22.767.914 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Caixa e depósitos		138.654.387 €	74.287.446 €	140.713.878 €	128.350.707 €	80.557.207 €	77.697.060 €	68.537.408 €	59.736.928 €	48.057.952 €
Subtotal		223.165.683 €	151.654.596 €	302.447.692 €	296.891.290 €	254.313.298 €	265.416.667 €	244.667.141 €	241.267.186 €	234.136.366 €
Total do Ativo		5.925.853.762 €	6.240.455.680 €	6.046.380.032 €	6.091.681.230 €	6.012.650.795 €	6.044.828.333 €	5.603.781.841 €	5.189.902.816 €	5.208.818.816 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património / Capital		4.276.458.143 €	4.551.072.115 €	4.429.928.143 €	4.430.056.339 €	4.439.398.531 €	4.439.526.727 €	4.447.668.159 €	4.460.302.021 €	4.470.452.084 €
Reservas		1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €	1.523.475 €
Resultados transitados		-2.008.841.945 €	-2.024.102.127 €	-2.028.683.255 €	-2.031.427.611 €	-2.031.427.611 €	-2.031.427.611 €	-2.031.427.611 €	-2.024.706.327 €	-2.030.325.076 €
Excedentes de revalorização		37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €
Outras variações no Património Líquido		3.514.283 €	297.973.740 €	41.297.610 €	75.587.199 €	90.760.687 €	104.372.949 €	124.603.485 €	151.078.814 €	181.168.698 €
Resultado líquido do período		-19.841.311 €	-10.534.623 €	-2.744.356 €	1.266.218 €	1.911.377 €	11.495.438 €	6.721.284 €	-5.618.750 €	-15.660.480 €
Total do Património Líquido		2.290.046.721 €	2.853.166.656 €	2.478.555.692 €	2.514.239.697 €	2.539.400.534 €	2.562.725.054 €	2.586.322.868 €	2.619.813.309 €	2.644.392.777 €
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		8.670.698 €	9.335.001 €	11.812.888 €	11.812.888 €	10.660.899 €	10.660.899 €	10.660.899 €	10.660.899 €	10.660.899 €
Financiamentos obtidos		962.418.430 €	552.857.955 €	490.008.774 €	490.008.774 €	490.008.774 €	490.008.774 €	439.579.915 €	19.939.249 €	31.915.297 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		279.899.630 €	260.266.752 €	284.379.866 €	284.564.513 €	284.770.373 €	284.107.605 €	284.379.866 €	283.431.747 €	282.470.354 €
Outras contas a pagar		3.501.878 €	936.328 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subtotal		1.254.490.634 €	823.396.036 €	786.201.528 €	786.386.175 €	785.440.046 €	784.777.279 €	734.620.681 €	314.031.895 €	325.046.551 €
Passivo corrente										
Fornecedores		2.996.044 €	3.526.737 €	6.167.568 €	6.244.828 €	5.165.005 €	5.325.504 €	5.486.004 €	5.486.004 €	5.486.004 €
Estado e outros entes públicos		3.616.051 €	4.039.085 €	3.430.822 €	3.430.822 €	3.430.822 €	3.430.822 €	3.430.822 €	3.430.822 €	3.430.822 €
Financiamentos obtidos		2.115.029.533 €	2.262.396.410 €	2.477.439.188 €	2.477.439.188 €	2.441.234.361 €	2.441.234.361 €	2.055.458.392 €	2.029.706.217 €	2.012.896.934 €
Outras contas a pagar		253.685.979 €	289.416.576 €	290.164.741 €	299.520.029 €	233.559.535 €	242.914.822 €	214.042.583 €	213.014.078 €	213.145.237 €
Diferimentos		5.988.798 €	4.514.180 €	4.420.491 €	4.420.491 €	4.420.491 €	4.420.491 €	4.420.491 €	4.420.491 €	4.420.491 €
Subtotal		2.381.316.406 €	2.563.892.988 €	2.781.622.811 €	2.791.055.358 €	2.687.810.214 €	2.697.326.001 €	2.282.838.292 €	2.256.057.612 €	2.239.379.488 €
Total do Passivo		3.635.807.041 €	3.387.289.024 €	3.567.824.339 €	3.577.441.533 €	3.473.250.261 €	3.482.103.279 €	3.017.458.973 €	2.570.089.507 €	2.564.426.039 €
Total do Património Líquido e Passivo		5.925.853.762 €	6.240.455.680 €	6.046.380.032 €	6.091.681.230 €	6.012.650.795 €	6.044.828.333 €	5.603.781.841 €	5.189.902.816 €	5.208.818.816 €

Demonstração de Resultados por Natureza 2024 – 2028

Unidade EUR

Rendimentos e Gastos	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	2026	2027	2028
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas	11.924 €	33.500 €	28.513 €	834 €	1.727 €	2.621 €	3.514 €	3.649 €	3.726 €
Prestações de serviços	132.244.626 €	138.069.443 €	130.381.681 €	32.507.645 €	66.336.172 €	99.737.726 €	137.916.291 €	148.418.674 €	164.267.211 €
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos	6.214.575 €	10.925.680 €	40.902.890 €	21.253.314 €	43.906.866 €	77.614.534 €	89.636.035 €	48.059.933 €	14.869.118 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp. conjuntos	-9.963.415 €	0 €	-6.748.785 €	0 €	0 €	0 €	-3.523.337 €	-3.523.407 €	-3.523.337 €
Trabalhos para a própria entidade	6.716.249 €	6.934.835 €	6.966.311 €	0 €	0 €	0 €	7.545.609 €	7.662.352 €	7.783.364 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3.097.100 €	-3.652.426 €	-3.741.287 €	-1.464.659 €	-3.237.163 €	-5.009.558 €	-6.770.135 €	-4.929.628 €	-5.022.347 €
Fornecimentos e serviços externos	-38.198.439 €	-45.181.871 €	-40.419.609 €	-11.521.885 €	-24.933.566 €	-38.973.619 €	-52.422.588 €	-48.583.229 €	-50.143.391 €
Gastos com pessoal	-102.288.041 €	-107.041.983 €	-105.181.050 €	-26.566.719 €	-54.662.956 €	-83.114.950 €	-114.416.164 €	-115.225.035 €	-117.076.206 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0 €	0 €	-975.063 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-35.306 €	0 €	-295.177 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões (aumentos/reduções)	-592.250 €	0 €	-3.448.164 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-1.000.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Aumentos / reduções de justo valor	1.527.650 €	753.511 €	4.367.225 €	0 €	-171.235 €	-171.235 €	-252.689 €	18.800 €	-1.942 €
Outros rendimentos e ganhos	4.003.961 €	794.267 €	1.544.349 €	389.418 €	1.395.704 €	1.682.165 €	1.968.626 €	1.168.945 €	1.192.513 €
Outros gastos e perdas	-1.886.423 €	-872.740 €	-4.978.806 €	-136.191 €	-341.484 €	-711.334 €	-887.521 €	-859.399 €	-874.406 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	- 6.341.990 €	762.216 €	18.403.029 €	14.461.756 €	28.294.065 €	51.056.349 €	58.797.641 €	32.211.655 €	11.474.301 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	- 12.603.695 €	- 10.708.375 €	- 18.558.939 €	- 3.819.563 €	- 7.630.740 €	- 11.432.988 €	- 15.741.197 €	- 18.579.556 €	- 26.187.418 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	30.488 €	- €	7.531 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado operacional (EBIT)	-18.915.197 €	- 9.946.159 €	- 148.379 €	10.642.193 €	20.663.325 €	39.623.361 €	43.056.444 €	13.632.099 €	-14.713.117 €
Resultado operac. líquido de provisões, imparidades e correções justo valor	-18.815.291 €	-10.699.670 €	202.800 €	10.642.193 €	20.834.560 €	39.794.596 €	43.309.133 €	13.613.300 €	-14.711.175 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Juros e gastos similares suportados	-909.000 €	-588.464 €	-2.595.977 €	-9.375.974 €	-18.751.949 €	-28.127.923 €	-36.335.160 €	-19.250.849 €	-947.363 €
Resultado antes de impostos	-19.824.197 €	-10.534.623 €	- 2.744.356 €	1.266.218 €	1.911.377 €	11.495.438 €	6.721.284 €	- 5.618.750 €	-15.660.480 €
Imposto sobre o rendimento	-17.114 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Resultado líquido do período	-19.841.311 €	-10.534.623 €	- 2.744.356 €	1.266.218 €	1.911.377 €	11.495.438 €	6.721.284 €	- 5.618.750 €	-15.660.480 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa 2024 – 2028

Unidade EUR										
Rubricas	Notas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais										
Recebimentos de clientes		136.485.179 €	158.208.092 €	136.897.695 €	30.904.235 €	70.483.827 €	105.905.618 €	146.391.041 €	184.898.054 €	190.388.654 €
Recebimentos de contribuintes		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Recebimentos de utentes		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Pagamentos a fornecedores		-56.280.176 €	-64.967.165 €	-53.144.519 €	-17.238.942 €	-36.733.588 €	-56.879.406 €	-77.145.964 €	-72.215.480 €	-73.600.066 €
Pagamentos ao pessoal		-97.898.187 €	-105.212.736 €	-100.946.967 €	-25.338.297 €	-52.224.503 €	-80.370.890 €	-109.700.029 €	-111.220.779 €	-112.778.760 €
Caixa gerada pelas operações		- 17.693.183 €	- 11.971.809 €	- 17.193.791 €	- 11.673.004 €	- 18.474.264 €	- 31.344.679 €	- 40.454.952 €	1.461.795 €	4.009.828 €
Outros recebimentos/pagamentos		5.491.735 €	10.874.413 €	20.638.508 €	11.462.471 €	30.370.097 €	57.146.356 €	63.625.263 €	19.599.742 €	18.564.764 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		- 12.201.448 €	- 1.097.396 €	3.444.717 €	- 210.533 €	11.895.833 €	25.801.677 €	23.170.311 €	21.061.537 €	22.574.592 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis		-92.727.864 €	-344.816.015 €	-102.858.520 €	-79.259.368 €	-143.727.495 €	-251.371.268 €	-338.427.375 €	-340.540.314 €	-359.520.437 €
Ativos intangíveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Propriedades de investimento		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Investimentos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	-1.200.000 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Ativos		-1.000.000 €	0 €	0 €	0 €	-75.315.781 €	-76.515.781 €	-76.515.781 €	0 €	0 €
Recebimentos provenientes de:										
Ativos fixos tangíveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ativos intangíveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Propriedades de investimento		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Investimentos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Ativos		0 €	23.169.359 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios ao investimento		39.080.082 €	191.059.200 €	75.756.312 €	67.120.834 €	147.058.773 €	237.950.598 €	318.507.569 €	305.711.161 €	305.484.736 €
Transferências de capital		63.236 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Juros e rendimentos similares		0 €	0 €	12.293 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Dividendos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 54.584.547 €	- 130.587.457 €	- 27.089.915 €	- 12.138.534 €	- 73.184.503 €	- 89.936.451 €	- 96.435.587 €	- 34.829.153 €	- 54.035.701 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Financiamentos obtidos		7.520.109 €	52.448.614 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	5.036.018 €	19.843.449 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		369.652.488 €	186.999.839 €	153.470.000 €	0 €	1.200.000 €	1.200.000 €	1.200.000 €	0 €	0 €
Cobertura de prejuízos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Doações		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras operações de financiamento		2.901.156 €	0 €	27.746.723 €	0 €	0 €	0 €	437.056.311 €	419.998.600 €	0 €
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos		-300.000.000 €	-110.000.000 €	-110.000.000 €	0 €	0 €	0 €	-400.000.000 €	-400.000.000 €	0 €
Juros e gastos similares		-59.569.528 €	-45.405.200 €	-45.512.034 €	-14.104 €	-68.001 €	-82.045 €	-37.167.505 €	-20.067.482 €	-61.317 €
Dividendos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras operações de financiamento		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		20.504.225 €	84.043.253 €	25.704.689 €	- 14.104 €	1.131.999 €	1.117.955 €	1.088.806 €	4.967.136 €	19.782.132 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		- 46.281.769 €	- 47.641.601 €	2.059.491 €	- 12.363.171 €	- 60.156.671 €	- 63.016.818 €	- 72.176.470 €	- 8.800.480 €	- 11.678.976 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		184.936.157 €	121.929.047 €	138.654.387 €	140.713.878 €	140.713.878 €	140.713.878 €	140.713.878 €	68.537.408 €	59.736.928 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		138.654.387 €	74.287.446 €	140.713.878 €	128.350.707 €	80.557.207 €	77.697.060 €	68.537.408 €	59.736.928 €	48.057.952 €

3. Planificação de Recursos Humanos

Mapa de Pessoal, assinado pela Tutela



APROVO,
A Secretária de Estado da Mobilidade

Cristina
Pinto Dias

Assinado de forma
digital por Cristina
Pinto Dias
Dados: 2025.07.28
18:57:58 +01'00'

(Cristina Pinto Dias)

Metropolitano de Lisboa, EPE Mapa de Pessoal 2026

MAPA RESUMO

OE 2026

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho	Observações (a); (b)
Dirigentes	5	
Director de Serviços	22	
Chefe de Divisão	84	
Técnico Superior	197	
Assistente Técnico	265	
Assistente Operacional	1171	
Outras (Conselho Fiscal)	3	
Total	1747	

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial

MAPA DE PESSOAL (POSTOS DE TRABALHO)
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

OE 2026

Atribuições/ Competências/ actividades	Unidade Orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de actividades	Cargos/Carreiras/Categorias								Área de Formação Académica e/ou Profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a);(b);(c)
		Director-Geral (1)	Subdirector- Geral (1)	Director de Serviços (1)	Chefe de Divisão (1)	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	*Outras... (identificar)			
	Conselho de Administração	1	4								5	
	Conselho Fiscal								3		3	Conselho Fiscal
	Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável			1	5	6	3				15	
	Direção de Coordenação de Empreendimentos			6	11	60	33	9			119	
	Direção de Capital Humano			1	7	22	17	2			49	
	Direção de Comunicação			1	4	14	9				28	
	Direção de Clientes, Comercial e Marketing			2	16	8	93	441			560	
	Direção Financeira			1	5	17	9				32	
	Direção de Logística			1	3	7	17				28	
	Direção de Manutenção			3	17	17	39	311			387	
	Direção de Operação			1	3	7		407			418	
	Direção de Segurança e Vigilância			1	3	2	14	1			21	
	Direção de Tecnologias de Informação			1	3	15	7				26	
	Gabinete de Auditoria Interna			1	1	4	1				7	
	Gabinete Jurídico e de Contencioso			1	2	8	4				15	
	Secretaria Geral			1	4	10	19				34	
		1	4	22	84	197	265	1171	3		1747	

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial

(c) - mencionar número de postos de trabalho a recrutar na sequência de procedimento concursal acessível a trabalhadores sem vínculo de emprego público, ou com vínculo a termo.

* Abrir tantas colunas quantas as necessárias para outras carreiras não elencadas

**MAPA COMPARATIVO
POSTOS DE TRABALHO/ENCARGOS**

PREP. OE 2026

SERVIÇO: Metropolitano de Lisboa, EPE

CARREIRAS (SIOE) (1)	Efetivos atuais (2)	2025		2026		Diferencial		Obs.
		Nº Postos Trabalho aprovados (3)	Encargos orçamentados (4)	Nº Postos Trabalho Propostos (5)	Encargos a orçamentar (6)	Postos de Trabalho (5-3)	Encargos (6-4)	
DIRIGENTES								
Dirigente Superior 1º Grau		1	77.476 €	1	159.217 €	0	81.741 €	PCA
Dirigente Superior 2º Grau	3	4	368.697 €	4	512.644 €	0	143.947 €	VCA
Dirigente Intermédio 1º Grau	22	22	2.433.069 €	22	2.440.596 €	0	7.527 €	
Dirigente Intermédio 2º Grau	78	84	6.607.744 €	84	6.670.826 €	0	63.082 €	
Subtotal	103	111	9.486.986 €	111	9.783.283 €	0	296.297 €	
TÉCNICOS SUPERIORES								
Técnico superior	173	181	11.343.799 €	197	12.442.676 €	16	1.098.877 €	
Subtotal	173	181	11.343.799 €	197	12.442.676 €	16	1.098.877 €	
ASSISTENTE TÉCNICO								
Coordenador Técnico								
Assistente Técnico	255	258	12.646.192 €	265	12.897.302 €	7	251.110 €	
Subtotal	255	258	12.646.192 €	265	12.897.302 €	7	251.110 €	
ASSISTENTE OPERACIONAL								
Assistente Operacional	1048	1106	58.288.915 €	1171	61.553.423 €	65	3.264.508 €	
Subtotal	1048	1106	58.288.915 €	1171	61.553.423 €	65	3.264.508 €	
OUTRAS CARREIRAS								
Pessoal de Informática						0	- €	
Pessoal de Inspeção						0	- €	
Pessoal de Investigação Científica						0	- €	
Outros (indique qual em Obs.)	3	3	56.244 €	3	61.627 €	0	5.383 €	Conselho Fiscal
Encargos com Pensões			12.961.717 €		12.961.717 €	0	- €	
Subtotal	3	3	13.017.961 €	3	13.023.344 €	0	5.383 €	
TOTAIS	1582	1659	104.783.854 €	1747	109.700.029 €	88	4.916.175 €	

MAPA DE PESSOAL 2026 NOTA JUSTIFICATIVA

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

OE 2026

Cargo/Carreira	Efetivos Existentes	Postos de Trabalho Aprovados 2025	Postos de Trabalho Propostos 2026
Dirigente Superior 1º Grau	0	1	1
Dirigente Superior 2º Grau	3	4	4
Dirigente Intermédio 1º Grau	22	22	22
Dirigente Intermédio 2º Grau	78	84	84
Técnico superior	173	181	197
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	255	258	265
Assistente Operacional	1048	1106	1171
Pessoal de Informática	0	0	0
Pessoal de Inspeção	0	0	0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0
Outros (indique qual em Obs.)	3	3	3
Total	1582	1659	1747

Mapa supra de preenchimento automático em face dos dados do mapa de encargos

Nota justificativa relativa aos postos de trabalho propostos:

A 30 de junho de 2025, o Metropolitano de Lisboa é composto por 1579 trabalhadores. Na mesma data, encontram-se por preencher 114 vagas, distribuídas da seguinte forma: 5 vagas autorizadas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), 79 referentes a substituições e 30 incluídas no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023.

A empresa prevê preencher 75 destas vagas até ao final do ano de 2025, estando igualmente prevista a nomeação de dois Dirigentes Superiores de 1.º e 2.º grau, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2025. Neste contexto, estima-se que, a 31 de dezembro de 2025, o efetivo do Metropolitano de Lisboa seja composto por 1659 trabalhadores (inclui 5 membros do CA e 3 do CF).

Na sequência do apuramento das necessidades de postos de trabalho das diferentes áreas da Empresa, identificou-se a necessidade de contratação de 49 trabalhadores, nomeadamente:

- de 38 Agentes de Tráfego, destinados ao guarnecimento da futura Linha Circular até outubro de 2026, que permitirá a movimentação de Operadores Comerciais para Maquinistas, bem como a motivimentação de alguns trabalhadores para a categoria de Técnicos Auxiliares e/ou Administrativos;
- de 11 Técnicos Superiores, cuja integração visa não apenas assegurar o rejuvenescimento da estrutura, mas também a transferência de know how. A contratação destes Técnicos Superiores revela-se fundamental para garantir a continuidade do trabalho técnico especializado atualmente em desenvolvimento, possibilitando a transferência de conhecimento, a preservação das competências críticas da organização e a captação de novos perfis de talento, essenciais para enfrentar os desafios de modernização, inovação e sustentabilidade da Empresa a médio e longo prazo.

Para 2026, a Empresa prevê o preenchimento das 39 vagas por substituição transitadas de 2025, bem como o recrutamento de 49 novos elementos, no âmbito das necessidades identificadas no PAO 2026, totalizando 88 admissões ao longo do ano. Assim, estima-se que, a 31 de dezembro de 2026, o Metropolitano de Lisboa seja composto por 1747 postos de trabalho ((inclui 5 membros do CA e 3 do CF).

Identificação das áreas com maior carência de recursos Humanos, por carreira/categoria, evidenciando a evolução global dos efetivos nos últimos anos.

O Metropolitano de Lisboa enfrenta, atualmente, uma significativa carência de recursos humanos, com especial destaque nos Técnicos Superiores com perfis de Engenharia, e nas áreas oficiais para Eletricistas, Eletromecânicos e Técnicos de Eletrónica. Estas funções são essenciais ao funcionamento regular da operação e da manutenção da infraestrutura, sendo que a principal limitação prende-se com a estrutura remuneratória da empresa, que se revela menos competitiva face ao que é atualmente praticado no mercado de trabalho. Adicionalmente, o regime de trabalho noturno, associado a muitas destas funções, representa um desafio acrescido à atratividade dos postos de trabalho, devido às suas exigências e impacto na vida pessoal e familiar dos trabalhadores.

Das 114 vagas atualmente por preencher por substituição, cerca de 65% dizem respeito a necessidades nas áreas de manutenção, onde a escassez de mão de obra especializada é cada vez mais evidente e a sua captação e retenção representam um desafio crescente, dada a reduzida oferta no mercado e a elevada procura por este tipo de perfis técnicos.

Mapa de Recursos Humanos – 2024–2026

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 01.01.2026			Movimentos de Pessoal – 2026						Situação a 31/12/2026
			Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2024	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2025 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	6	8	55	1	0	0	0	0	0	0	0	8
Cargos de direção (s/ OS)	23	22	57	7	3	3	0	0	0	3	0	22
Dirigente Intermédio de 2º Grau e seguintes	44	48	55	14	2	2	0	0	2	0	0	48
Dirigente Intermédio de 3º Grau e seguintes	35	36	57	12	2	2	0	0	2	0	0	36
Técnico Superior	171	186	48	26	4	4	5	0	4	0	11	197
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	253	260	54	61	25	25	1	0	30	0	0	265
Assistente operacional, operário, auxiliar	1.041	1.099	49	107	29	29	0	0	63	0	38	1171
Total	1573	1659	376	228	65	65	6	0	104	0	49	1747

Mapa de Recursos Humanos – 2027–2028

Grupo Profissional	Movimentos de Pessoal – 2027					Situação a 31/12/2027	Movimentos de Pessoal – 2028					Situação a 31/12/2028
	Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas		Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2027 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
	(2)		(4)	(5)	(6)	= 2024 - (2) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= 2025 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	8
Cargos de direção (s/ OS)	1	0	1	0	0	22	1	0	1	0	0	22
Dirigente Intermédio de 2º Grau e seguintes	2	0	2	0	0	48	2	0	2	0	0	48
Dirigente Intermédio de 3º Grau e seguintes	1	0	1	0	0	36	2	0	2	0	0	36
Técnico Superior	2	5	2	0	7	204	2	5	2	0	1	205
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	9	1	9	0	0	265	6	1	6	0	0	265
Assistente operacional, operário, auxiliar	11	0	11	0	0	1171	29	0	29	0	0	1171
Total	26	6	26	0	7	1754	42	6	42	0	1	1755

Considerando que:

1. O n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), estabelece que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do sector de atividade;
2. A Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) submeteu, no Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado (SISEE), o PAO para o período de 2026, sobre o qual os órgãos de fiscalização emitiram parecer favorável;
3. Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, a Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), elaborou o Relatório de Análise n.º 193/2026, de 10 de agosto, no qual conclui que o PAO 2026 da ML se encontra em condições de merecer aprovação, com as condicionantes identificadas na respetiva conclusão; e
4. O Relatório de Análise referido no número anterior foi aprovado por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, no qual foram concedidas as autorizações legalmente necessárias, conforme previstas no referido Despacho.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, aprova-se o PAO 2026 da ML, circunscrito ao exercício de 2026 e com as condicionantes enunciadas acima.

O Secretário de Estado do
Tesouro e das Finanças,

**João
Silva
Lopes**

(João Silva Lopes)

Assinado de
forma digital por
João Silva Lopes
Dados:
2026.08.20
09:34:57 +01'00'

A Secretária de Estado da
Mobilidade,

**Cristina
Pinto Dias**

(Cristina Pinto Dias)

Assinado de forma
digital por Cristina Pinto
Dias
Dados: 2026.08.19
16:19:15 +01'00'